

IGREJA E MINERAÇÃO

EM DEFESA DA VIDA E DOS TERRITÓRIOS



COMISSÃO EPISCOPAL PASTORAL PARA
O SERVIÇO DA CARIDADE, JUSTIÇA E PAZ

INDICE

Apresentação (Dom Guillerme Antônio Werlang)	3
O que a Igreja tem a ver com a mineração? (Afonso Murad, Dário Bossi)	4
Uma luta desigual. Que vitória é possível? (Dário Bossi)	7
Igrejas e Mineração. Um olhar a partir dos Povos Indígenas (Egon Heck)	16
Mineração: desafio para um povo que caminha na fé (Ruben Siqueira)	28
A peleja da vida contra o urânio (Thiago Valentim)	36
O trem passa, a sujeira fica. Tampa o trem (Guilherme Gonzaga, Nancy Cardoso)	43
Vida, Bíblia e Mineração (Sandro Gallazzi)	51
Igreja e Mineração – A busca da mística de resistência e vida (Rodrigo Peret)	61
Mineração e Igreja: contexto e critérios, a título de conclusão:	
O Brasil no contexto da mineração global (Bruno Milanez)	71
A aliança com a criação. Um olhar bíblico-teológico (Marcelo Barros)	74
A Igreja diante da mineração. Critérios pastorais (Ari Antônio dos Reis)	75

Apresentação

Meu irmão, minha irmã:

No cerrado brasileiro, existe um fruto muito apreciado pela população, o pequi. Sua árvore é relativamente pequena e vistosa, com os galhos retorcidos. O pequizeiro resiste à seca prolongada, mantendo as folhas sempre verdes. Aguenta até as queimadas naturais do cerrado. A flor amarela é muito bonita. O fruto, envolvido numa casca verde escura, tem cheiro forte e um sabor sem igual. Rico em proteínas, o pequi é usado na culinária dos Povos do Cerrado, especialmente, os pobres e o povo da roça. Cozido puro, com arroz, misturado com frango, ou na tradicional "galinhada"... Uma delícia! É preciso comer com cuidado aquela camada fina e amarela, pois debaixo dela tem espinhos...

Este livro, que você tem em mãos, é como o pequi do cerrado: resistente, belo e nutritivo. Escrito por muitas pessoas, expressa a dura luta de comunidades, pastorais, paróquias, dioceses, em parceria com movimentos sociais, em defesa da vida e do território, no confronto com a mineração. Sua beleza reside na autenticidade dos testemunhos, na fé que marca o Povo de Deus em sua caminhada por justiça, fraternidade e cuidado com a Terra. Os artigos ajudarão a alimentar a reflexão e a prática transformadoras.

Espero que a leitura desta obra, como também o apoio da CNBB às iniciativas da articulação de "Igrejas e mineração", seja uma resposta ao "grito da Terra" e ao "clamor dos pobres", como nos convoca o Papa Francisco, na sua encíclica "Laudato Si" (Sejas Louvado) sobre a Ecologia.

Fraternalmente,



Dom Guilherme Antonio Werlang, M.S.F.

Bispo Diocesano de Ipameri

*Presidente da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço,
da Caridade, da Justiça e da Paz da CNBB*

O que a Igreja tem a ver com a mineração?

A título de Introdução

Quando era criança, Afonso nem sabia o que era a tal mineração. Mas ela fazia parte de seu dia a dia. Morava no interior do estado do Espírito Santo. O centro da cidade era cortado ao meio pela linha de trem. Em vários momentos do dia ouvia-se o barulho da locomotiva e dos vagões carregados de minério de ferro. E sentia-se o estremecimento nas casas, além da poeira e do pó do minério; o que dobrava o trabalho das donas de casa, para manter os lares limpos. Por vezes, quando ia à escola, ele tinha que ficar esperando até que a composição passasse. E, para se distrair, contava o número de vagões: 34,35,36..... O pior era quando o trem parava no centro da cidade e fazia umas operações de troca de locomotivas ou de ajustamento nas linhas. Pedestres, ônibus, bicicletas, ficavam todos ali parados, sujeitos ao ritmo do trem.

Quando era adolescente, Afonso foi a Vitória, numa excursão da sua escola, para conhecer o Porto de Tubarão. Ali ele entendeu para onde ia o minério. Ficou impressionado com as esteiras que transportavam o material até os imensos navios. E aquela máquina que tomava um vagão inteiro e o virava “de boca abaixo”, como se fosse uma concha cheia de feijão, que a gente derrama no prato! Na sua lembrança, então, mineração se associou como algo grande e poderoso. Mas, ao mesmo tempo, que interferia no seu dia a dia. Anos mais tarde, o jovem Afonso veio de trem para Minas Gerais. Ali conheceu as áreas de extração do minério de ferro. Viu também as siderúrgicas e sentiu a poluição do ar. Agora ele já entendia de onde vinha o minério, por onde passava e para onde ia. Mas faltava ainda compreender outras coisas, que somente o tempo e a experiência mostraram.

Muitos anos depois, Afonso foi convidado para participar do Encontro latino-americano de “Igrejas e mineração”, em Brasília. Ao ouvir os relatos de muitas comunidades atingidas pelas mineradoras, sobre as lutas para fazer valer os direitos dos pobres e da terra, a sua história da infância voltou à tona. E se ampliou com novas perguntas. Afinal, como a atividade mineradora impacta na nossa vida? O que a fé cristã tem a dizer sobre isso? Como as Igrejas se posicionam em situações de conflito entre as comunidades atingidas e os interesses das mineradoras? Como a visão cristã de “cuidado com a criação” se traduz em atitudes em defesa da “teia da vida”, que sofre duros golpes com a atividade mineradora intensiva?

Este livro procura responder a estas e outras questões. Daí o título deste capítulo introdutório: “o que a Igreja tem a ver com a mineração?” Concebido no Encontro Latino-americano “Iglesias y minería”, o livro foi cuidadosamente gestado no correr de alguns meses. Ele reúne depoimentos, análises e reflexões de vários autores, que atuam em diferentes regiões do Brasil. Talvez sua originalidade consista em articular, no mesmo discurso, o relato de experiências, o estudo crítico com o olhar das ciências sociais e ambientais, e a visão de fé. Esta conjugação de vários olhares (experienciais, teóricos, metodológicos, espirituais) torna a obra atraente. Fascinante, até. Os autores não se limitam a denunciar os impactos sociais e ambientais da atividade mineradora. Apontam também experiências bem sucedidas de resistência, articulação e busca de soluções, em vista de uma sociedade justa, inclusiva e sustentável. Alguns capítulos ou partes são dedicados à reflexão bíblica, teológica e pastoral.

A mineração é importante para a sociedade. Mas defendemos que ela deve ser realizada na medida essencial, com controle de ritmos e taxas de extração, com respeito às

comunidades locais e ao meio ambiente. Para a grande parte da nossa população, que hoje habita em cidades de porte médio e grande, a questão da mineração é invisível. Está longe dos seus olhos e de seus interesses imediatos. Em algumas regiões, marcadas pela mineração, somente se vê as propagandas das empresas, que patrocinam eventos e praças. Então, a gente nem se pergunta como a mineração impacta no meio ambiente e na vida concreta de tantas comunidades. Está na hora de mostrar que a mineração está bem mais perto de nós do que imaginamos. Ela se situa numa ponta escondida da cadeia produtiva, próxima às comunidades, afetando muitas pessoas humanas. E num contexto ambiental de delicados equilíbrios entre a água, o solo, o ar, os micro-organismos, as plantas e os animais. Na outra ponta, estão os consumidores, nas cidades do mundo inteiro. Por isso, tocar no tema da mineração nos leva a refletir também sobre o modelo da economia de mercado, com toda a cadeia produtiva (extração, transporte, exportação, produção industrial, distribuição, venda, consumo e descarte). E levanta uma pergunta decisiva para a fé cristã: em que sentido este modelo mantém/promove a vida da população e do meio ambiente, ou a destrói?

Convém recordar que a mineração inclui uma série de atividades extrativas, desde a mais simples, realizada por um indivíduo que garimpa no rio em busca de pedras de valor, até a complexa extração de petróleo. Constitui um amplo leque, que contempla a exploração do minério de ferro, para siderurgia; o fosfato destinado a adubo químico; o cobiçado ouro, para confecção de jóias e como lastro de moeda; o urânio usado para energia atômica; o neóbio, metal nobre utilizado para foguetes, etc. Neste livro serão abordados somente alguns aspectos da mineração em grande escala e com fortes impactos, realizada por empresas mineradoras.

Optamos em começar com os capítulos que privilegiam as lutas em defesa dos territórios humanos e da teia da vida, no confronto com os projetos de mineração. A seguir, apresentam-se os capítulos em que se privilegia a reflexão bíblica, teológica e pastoral, com acentos na espiritualidade. Mas esses temas não estão rigidamente separados. Antes, expressam a busca de uma concepção unificadora de nossa existência pessoal, coletiva e planetária. Os depoimentos dos agentes de pastoral e de membros de comunidades conferem realismo a esta obra. Pois ela não parte de números frios, mas de situações que envolvem seres humanos e a teia da vida: o solo, a água, o ar, as plantas e os animais. De outro lado, vai além de “contar casos”. Explica os intrincados mecanismos que compõem a mineração, na economia de mercado. Desvela os pactos do poder político com o poder econômico, em detrimento do bem da população e do meio ambiente.

No *primeiro capítulo*, o missionário Dário Bossi narra a sua experiência com a população do município de Açailândia, no interior do Maranhão. Mostra como os projetos extrativistas de mineração do ferro foram implantados em relação íntima com a destruição da parte oriental da floresta amazônica. Esse modelo de desenvolvimento, em vez de gerar riqueza, aumentou a exclusão social. Ao mesmo tempo, Dário reflete sobre mística da resistência, de forma lúcida, profunda e esperançada.

O *capítulo 2*, escrito por Egon Heck, apresenta a situação dos povos indígenas no confronto com os interesses das grandes mineradoras. Mostra a posição dos representantes indígenas diante das tentativas perversas de legalizar a mineração em suas terras. A longa experiência de Egon no CIMI (Conselho Indigenista Missionário) permite-lhe mostrar, com propriedade, como este organismo da Igreja colabora efetivamente na defesa e na organização dos indígenas. Estende sua análise para os povos de raiz do nosso continente. Por fim, articula a defesa dos territórios com o respeito à mãe Terra e uma visão alternativa de sociedade.

Ruben Siqueira, agente de Pastoral da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e mestre em Ciências Sociais, narra no *capítulo 3* a organização das comunidades na paróquia de Campo Alegre de Lourdes, na Diocese de Juazeiro (BA), no confronto com a ação devastadora da mineração de fosfato na região. Traz dados importantes sobre a expansionismo minerário na região nordeste. Conta como a CPT, em parceria com a paróquia e outras entidades, se empenha na organização das comunidades. Mostra como, frente à “maldição da mineração”, o povo de Deus quer optar pela bênção. E celebra sua luta e suas conquistas, na “Romaria em defesa da vida”.

No *Capítulo 4*, Thiago Valentin narra a peleja das comunidades da região de Santa Quitéria, interior do Ceará, diante dos projetos de mineração de urânio e de fosfato. A exploração do urânio está sob controle do governo, por se tratar de matéria prima destinada a uso da energia nuclear. O autor é formado em teologia, com especialização em leitura popular da Bíblia. Seu foco neste capítulo é a metodologia da mobilização popular, no confronto com uma questão tão delicada. Esta experiência ajudará muitas comunidades, que passam por situação semelhante, a encontrarem pistas para os processos de conscientização e organização.

O *Capítulo 5* se ocupa de uma questão urbana. Mostra como a mineração provoca impacto ambiental e social também na cidade, por causa do transporte. O educador Guilherme Gonzaga e a pastora metodista Nancy Cardoso narram acerca da poluição do ar gerada pelo transporte de minério de ferro na ferrovia do aço, no acampamento Dorothy Stang, no sul fluminense. Eles dão a voz aos membros da comunidade. E apresentam as alternativas em curso, para reduzir os impactos negativos da logística da mineração.

Já o *capítulo 6*, de autoria do biblista Sandro Gallazzi, oferece uma leitura bíblica a respeito da mineração, na ótica da fidelidade à aliança. Descortina aspectos inusitados das Escrituras Judaicas e do Novo Testamento. Retoma alguns depoimentos dos capítulos anteriores, na perspectiva da fé bíblica. Realiza assim uma “fusão de horizontes” da experiência libertadora do Povo de Deus, ontem e hoje. Na sua reflexão transparece o compromisso de vida em favor dos pequenos, abandonados pelo poder público e sujeitos à aparente onipotência dos empreendimentos mineradores.

O capítulo 7, do Frei franciscano Rodrigo Péret (de longa experiência de articulação com a CPT em Minas Gerais e em comitês de Justiça, Paz e Integridade da Criação) se inicia como uma reflexão acerca de mineração e territorialidade. Então, relaciona o tema com questões históricas acerca de “Igreja e mineração” no Brasil colônia. E encerra com um olhar bíblico e espiritual, a partir de Francisco de Assis. Contribuição preciosa para uma espiritualidade encarnada e unificadora!

Por fim, o *capítulo 8* reúne a contribuição de três autores, constituindo um belo mosaico. Na primeira parte, Bruno Milanez, doutor em política ambiental, apresenta um breve e articulado quadro sobre o Brasil no contexto da mineração global. A seguir, o conhecido biblista Marcelo Barros nos oferece algumas chaves bíblico-teológicas, a partir do tema da aliança de Deus com a criação, para orientar a prática libertadora e nutrir a espiritualidade. Por fim, o Padre Ari A. dos Reis, mestre em missiologia e assessor das pastorais sociais da CNBB, traça os critérios pastorais para a atuação da Igreja, diante da mineração.

Nosso livro é um mutirão, construído por pessoas concretas, com os pés, as mãos, a mente e o coração imersos em situações de conflito social e ambiental. Não se trata de um mero produto de laboratório, ou de um escrito de natureza ideológica. De outro lado, rejeitamos a neutralidade dos indiferentes ao clamor dos pobres e da Terra. Assumimos uma clara posição, a partir do Evangelho e da convivência com os pequenos. Sentimo-nos em

sintonia com os apelos do Papa Francisco, ao convocar a Igreja promover a inclusão social dos pobres, na Exortação “A alegria do Evangelho”. E quando, na Encíclica sobre a Ecologia, mostra que o amor e o respeito à Criação se expressam em gestos concretos de cuidado com a Terra.

Recomendamos que alguns capítulos deste livro sejam utilizados como subsídio de leitura, reflexão e discussão para grupos. Sugerimos que vejam também o vídeo “Igrejas e mineração”, disponível na Internet¹.

“Igreja e mineração. Em defesa dos territórios e da vida” se destina a um público diversificado. Para os grupos sociais e pastorais que estão empenhados nesta causa, cremos que trará ânimo para continuar lutando. Saberão que não estão sozinhos, que fazem parte de uma “rede do bem”. Aprenderão com os sucessos e os fracassos de movimentos semelhantes. Fortalecerão sua fé no Deus da Vida. Os agentes de pastoral (leigos/as, religiosos/as, presbíteros e bispos) que não conhecem o tema, terão oportunidade de ampliar sua visão. E, quem sabe, despertar-se para ações similares em sua região. Lembramos também daqueles/as que se dedicam à pesquisa sobre questões socioambientais e religiosas. Encontrarão aqui um material valioso para seus estudos.

Agradecemos o apoio institucional da CNBB, especialmente nas pessoas do Padre Ari dos Reis (assessor das pastorais sociais), Dom Guilherme Werlang (presidente da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço, da Caridade, da Justiça e da Paz) e Dom Leonardo Steiner (Secretário Geral da CNBB)

Para todos, desejamos que se deixem tocar pelas palavras sábias e proféticas das pessoas como dona Iva, seu Cláudio e David Yanomani. Que vocês não sejam somente “leitores/as”, mas também “interlocutores/as”: pessoas e grupos com os quais dialogamos e partilhamos práticas, convicções e esperanças. Somem conosco nesta causa de defesa dos territórios e vida do planeta! Que o Espírito Santo nos ilumine com sua luz, nos console como brisa leve e nos encha de energia, como fogo abrasador!

Afonso Murad² e Dário Bossi³ (organizadores)

¹ www.justicanostrilhos.org

² Doutor em Teologia, com MBA em Gestão e Tecnologias ambientais. Irmão Marista. Articulador da Ecoteologia no Brasil. Coordenador da Equipe de Justiça, Paz e Integridade da Criação (JPIC) da CLAR (Conferência dos religiosos/as da América Latina e Caribe).

³ Missionário Comboniano, vive em Piquiá (Açailândia-MA). Membro da rede *Justiça nos Trilhos*, da *Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale*, da *Rede Brasileira de Justiça Ambiental*, do *Observatório de Conflictos Mineros en América Latina*, do grupo *Iglesias y Minería* e da *Red Eclesial Panamazónica*.

(1) Uma luta desigual. Que vitória é possível?

Experiências e reflexões no enfrentamento aos impactos da mineração⁴

Padre Dário Bossi

Introdução

Edvard vive num povoado pequeno, nas periferias de Açailândia, profundo interior do Maranhão. Infelizmente, ele até hoje não é dono de sua história, porque reside onde ninguém gostaria de morar. Quando chegou ao Piquiá, gostou muito do nome daquela localidade: homenagem a uma das maiores árvores da região, com frutos gostosos. Depois de poucos anos, porém, além dele chegou o “desenvolvimento”, que mudou até o nome do povoado transformando-o em “Pequiá”, acrônimo por “Petroquímico Açailândia”. A própria “Cidade do Açaí”, outro fruto saboroso típico da região, perdeu o sentido de seu nome: progresso e respeito da vida aqui não conseguem morar juntos.

Bem ao lado da casa de Edvard instalaram-se 14 fornos siderúrgicos, uma usina termelétrica, uma fábrica de cimento e uma aciaria ainda em construção. Os seres humanos que moram na região são pouco mais que peças dessa máquina industrial.

Nós, missionários e companheiros desse povo sofrido, tentamos acompanhar essa luta pelos direitos sócio-ambientais e, junto com eles, cultivamos a esperança e a utopia. Por isso, emprestamos a caneta ao seu Edvard, que escreveu essa carta para o netinho dele, recém nascido.

Caro Moisés, me desculpe.

Quando você souber ler e conseguir entender minha carta, não sei se ainda estarei aqui (também porque dizem que toda essa poluição, além de partir o coração, mata os pulmões da gente!).

Mas desde já peço desculpa por entregar-lhe uma casa e um povoado tão sujo e destruído.

Tentei de muitas maneiras impedir toda essa violência, sabe? Meu sonho é deixar para você um futuro mais seguro e justo do que essa história sofrida que me tocou viver. (...)

Sabe, Moisés, nunca perca seus sonhos.

Hoje em dia alguém pode até querer comprá-los, como fizeram as firmas do plantio de eucalipto com os meus colegas: compraram suas pequenas terras para dar espaço à monocultura, para produzir carvão para as siderúrgicas, e com isso muitos companheiros meus venderam seus sonhos por dinheiro.

Meu sonho sempre foi sair daqui. Claro, cheguei antes das siderúrgicas e teria direito de ficar em lugar delas. Mas essas firmas são poderosas demais e no começo não conseguimos levantar a voz nem impedir que se instalassem. Elas escolhem os

⁴ Para quem quiser conhecer as estratégias de resistência às violações provocadas pelo ciclo de mineração e siderurgia ao longo do Corredor de Carajás (PA e MA), recomendamos os documentos produzidos pela rede Justiça nos Trilhos (www.justicanostrilhos.org). Este capítulo, sem aprofundar o contexto e as estratégias da rede, tenta resgatar algumas motivações que sustentam os militantes por justiça ambiental e seu vigor na luta.

lugares onde o povo é mais fraco, nos convencem com promessas vagas de trabalho e riqueza, e assim fazem a cabeça dos demais. (...)

Minha revolta encontrou o apoio de outros e decidimos entrar na justiça. Um gesto corajoso: finalmente, pensávamos, essas firmas vão nos escutar. Éramos 21 famílias pedindo indenização por danos à saúde.

Mais uma vez nos organizamos sozinhos e fomos à luta. A beleza dessa luta é que a gente não cansa, e quando houver uma derrota, a gente reage com mais ânimo e convicção: é claro demais que a gente é vítima, há uma injustiça evidente! A lei não poderá se enganar, acreditávamos: seremos ressarcidos!

Às vezes também os avós se iludem e sonham que nem um jovem inexperiente... afinal é a esperança que nos sustenta. Mas aprendi, Moisés, que a esperança é uma criança que precisa de duas irmãs mais velhas: a paciência e a sabedoria.

De fato, a justiça se enganou: até agora estamos esperando uma resposta dela, o processo avança lento demais, dizem que faltam provas suficientes, que não tem como indenizar... (...)

O que te garanto, meu netinho, é que, apesar da decepção, seu avô nunca vai desanimar! Afinal estou lutando não para mim, mas para todas vocês crianças, que não merecem tudo isso.

Para um dos seus próximos aniversários, gostaria de te dar em presente uma nova terra, limpa, sadia, livre! É bem por isso que quando você nasceu, tanto insisti para que seu nome fosse Moisés. A sua geração, tenho certeza, abrirá junto a nós novos caminhos de libertação e vida, neste modelo violento de desenvolvimento.

Aliás, tenho a impressão que para nós em Piquiá o caminho de libertação já começou há tempo. Reunir o povo muitas e muitas vezes sem que ninguém desanime é o milagre da resistência. Conseguir manter uma única voz frente às empresas, sem ceder a possíveis propostas particulares e sedutoras que dividem o grupo, é o milagre da unidade.

É verdade que, enquanto os pobres custam a sobreviver, os grandes continuam crescendo. Mas dessa vez a contradição está sendo gritante aos olhos de muitos, e esses empreendedores têm um medo danado de estragar sua imagem! Aqui no Piquiá costumamos repetir que também nossos gigantes têm os pés de barro!

Somos nós o barro desses poderosos: até quando ficarmos calados e obedientes, eles permanecem de pé. Mas se o barro começa a se mexer, meu amigo... saiam todos da frente!

Moisés: eu me mexi, também em teu nome. Espero que essa onda não se acalme mais.

*Com carinho,
teu avô Edvard*

1. A desproporção de forças

A vida de Edvard se parece àquela de milhares de outros maranhenses e paraenses que desde o começo foram privados de sua própria história: outros a escreveram por eles. Ao longo do Corredor de Carajás, desde a maior mina de minério de ferro do mundo (Parauapebas-PA) até o porto marítimo mais fundo da América Latina (São Luís-MA),

houve nos últimos sessenta anos uma sequência de ciclos econômicos e sociais extremamente violentos⁵.

Vejamos, brevemente. O ciclo da madeira nobre visava arrancar da floresta pujante de nossa região só as árvores mais preciosas, destruindo com tratores tudo o que estava em volta. Em breve, essa ‘mina de ouro vegetal’ se exauriu e os madeireiros começaram a sistematizar o saque, associando-se a centenas de serrarias instaladas nas pequenas cidades da Amazônia Oriental, que começavam a se povoar atraindo imigração de mão-de-obra barata para escoar madeira.

Quando começou a aparecer o fantasma da extinção da floresta, foi necessário estabelecer novas alianças: os madeireiros começaram a migrar floresta adentro, atraindo atrás de si grandes fazendeiros do sul do País e investindo capital, junto com eles, para uma nova colonização dessas regiões: a pastagem e a criação de gado.

Cada ciclo extrativo vinha reiniciando, como um programa de computador escrito desde fora, a história, a paisagem e as relações sociais da região de boa parte do Corredor de Carajás. Para que o gado pudesse aproveitar do território, era necessário eliminar os resquícios de mata (popularmente chamados “juquirá”) e aproveitar de alguma forma dos resíduos de madeira menos interessantes para as serrarias. O desenho de agressão ao território vinha, assim, deixando espaços para o ingresso de novas personagens e o fortalecimento de novas alianças: era a vez do ciclo de mineração e siderurgia. Abria-se no final dos anos 80 a grande ferrovia para o escoamento do minério de ferro, e a ilusão do progresso tinha a logomarca das empresas siderúrgicas, que vinham prometendo emprego e riqueza para a região.

A siderurgia se instalou graças ao consumo dos remanescentes de floresta⁶, para a produção do carvão necessário ao processo de “redução” (fusão e purificação) do minério de ferro. A empresa Vale, à época estatal, estabeleceu sua infraestrutura de escoamento dos bens minerais a partir da garantia de “desenvolvimento” da inteira região de Carajás. Trinta anos depois, a pobreza da região continua, seus equilíbrios naturais resultam profundamente contaminados e a mineradora multinacional, privatizada, decuplicou seus lucros líquidos⁷.

Por décadas, as usinas siderúrgicas sustentaram-se derrubando o que restava da Amazônia Oriental na região de Marabá-PA e Açailândia-MA⁸. A maior parte da produção de carvão, por mais de dez anos, foi atrelada ao fenômeno desumano do trabalho escravo em carvoarias clandestinas⁹. Várias denúncias, em nível nacional e internacional, tentaram frear a devastação da floresta e de vidas humanas para produção de ferro-gusa.

Mas a siderurgia não podia ser interrompida. O “desenvolvimento” trouxe então uma nova solução aos aparentes conflitos socioambientais denunciados. Eis a chegada do último (até agora) ciclo econômico, que está transformando radical e definitivamente

⁵ Vejam-se, para aprofundar o contexto histórico, as atas, documentos e filmes produzidos pelo Seminário internacional “Carajás 30 anos: mobilizações e resistência frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia Oriental”, maio de 2014 – www.seminariocarajas30anos.org

⁶ GREENPEACE. Carvoaria Amazônia - Como a indústria de aço e ferro gusa está destruindo a floresta com a participação de governos.

⁷ PINTO, L. F. . Carajás: ontem, hoje e nunca mais?

⁸ ASSIS, W. S. de ; CARNEIRO, M. D. S. . Uso del carbón vegetal como fuente de energía para el Parque Siderúrgico de Carajás: controversias ambientales, sociales y económicas.

⁹ MARQUES CASARA. A floresta que virou cinza.

nossos territórios: o monocultivo de eucalipto para a produção de carvão vegetal. Aquilo que as empresas batizaram “reflorestamento”, é definido pelos movimentos sociais e as comunidades afetadas como “deserto verde”¹⁰. Expulsão das famílias do campo, enfraquecimento da reforma agrária e dos projetos de agricultura familiar, contaminação por agrotóxicos e assoreamento das reservas de água no solo são algumas das consequências mais evidentes dessa última etapa da colonização do território.

Muitos homens e mulheres simples, como Edvard, foram chacoalhados por essa sequência descontrolada de ondas de desenvolvimento extrativista. A história dos últimos sessenta anos dessa região negou o protagonismo das comunidades locais, ignorou vocações produtivas integradas ao território e alternativas aos ciclos de saque dos recursos locais. Mobilizou grandes massas de pessoas desenraizadas de suas regiões e forçadas a migrações em busca de trabalho não qualificado. Devolveu hoje territórios com uma urbanização descontrolada, um tecido social extremamente frágil e marcado pela violência. Em síntese: total ausência da cultura do cuidado para com o outro e a vida.

Às vezes parece, nessa região, que a mãe terra violada não tenha mais filhos que a reconheçam, mas usuários que só querem aproveitar dela. Nesse contexto de desproporção de forças e de injustiça ambiental estrutural, algumas pessoas, famílias ou pequenas comunidades conseguem igualmente manter-se em pé, na tentativa obstinada de traçar caminhos singelos, em direção contrária.

2. A resistência consumada

A crítica a esse modelo de desenvolvimento não é ameaçada só pela clara constatação da desproporção de forças. Há um vírus muito mais incisivo e menos evidente: a necessidade induzida de consumir, que por sua vez... nos consome! A promessa de desenvolvimento chegou há anos nessa região da Amazônia Oriental e plantou facilmente sua semente, num contexto de comunidades pobres, privadas de seus direitos essenciais, ignoradas pelo poder público e amarradas a mecanismos de dependência e apadrinhamento que paralisam a mobilização e a iniciativa criativa da sociedade civil. É fácil, nessas condições, chegar com poder econômico de investimento e barganhar interesses junto às comunidades: “quem me deixar desenvolver meus grandes interesses, receberá também satisfação para os seus, pequenos”.

Nossa sociedade local está ainda em construção, em busca de sua identidade e raiz no território. Mas vem sendo seduzida, ainda antes de se afirmar, por valores e modelos que não lhe pertencem e nos quais se espelha. São os valores do poder aquisitivo, do status ligado à ostentação de um ou outro objeto simbólico que a mídia ou culturas diversas apontam como fetiche. O bem-estar não está sendo medido pela liberdade, a garantia de direitos e a afirmação das potencialidades criativas da comunidade e do indivíduo, mas sim pela imitação e assimilação do estilo de vida do consumo.

As empresas que se instalam com grandes projetos extrativistas em nossa região, obviamente, sentem-se muito à vontade nesse contexto. Prometem lucro fácil e rápido e iludem as pessoas afirmando, implícita ou explicitamente, que a única alternativa é o modelo no qual elas mesmas se fundam.

Nós trabalhamos por três anos junto a algumas comunidades do interior do Maranhão, tentando promover iniciativas de agroecologia, atividades em mutirão e autoajuda entre famílias, aprendizado e intercâmbio a partir da experiência e das tradições locais. “Perdemos”, porém, vários jovens. Eles preferiram a sedução de um trabalho

¹⁰ REPORTER BRASIL. “Deserto verde” - Os impactos do cultivo de eucalipto e pinus no Brasil.

temporário nos canteiros de obras da empresa Vale, pela ilusão de um salário que por seis meses os fizessem sentir independentes. Ou se mudaram para a cidade, por seu fascínio e suas oportunidades, sujeitando-se porém à precariedade, ao individualismo e à perda de identidade.

Precisaríamos aprofundar esse ponto da reflexão, para não cairmos em clichês superficiais. Fique, aqui, a consideração que a luta em defesa das comunidades frente à afirmação do atual modelo de desenvolvimento é também luta impar contra o poder sedutor do consumo, ao qual ainda não conseguimos contrapor valores suficientemente atrativos e convincentes.

O que aprendemos nesses anos de caminhada é a importância sagrada das poucas pessoas e comunidades que não se deixaram iludir e, fora da gramática do neodesenvolvimentismo, mostram que “há felicidade também por outras palavras”, menos surpreendentes e mais cotidianas.

3. A resistência sufocada

Quando a desproporção de forças não apavora e a sedução não convence, nossa resistência vem sendo atacada de outras maneiras. Nos últimos anos aumentou, na América Latina inteira, a criminalização e a perseguição das lideranças que se opõem a grandes projetos extrativistas. Quem critica os grandes empreendimentos mineiros é exposto à perseguição judiciária, ameaças, calúnias, espionagem, assassinato. O banco de dados sobre conflitos mineiros na América Latina¹¹ apresenta com detalhes 206 casos de conflitos ainda abertos no continente, afetando 311 comunidades.

O ataque aos movimentos sociais e às comunidades é escancarado e público. Até por parte de governos ditos progressistas, como no Equador. O presidente do Equador Rafael Correa, em 2007, disse: “Acabou o anarquismo. Todos os que se opõem ao progresso do País são terroristas. Todos os que farão manifestações com bloqueios nas estradas serão sancionados com todo o rigor da lei. Não são as comunidades que protestam, mas um pequeno grupo de terroristas, os ambientalistas românticos e os ecologistas infantis são aqueles que querem desestabilizar o governo”.

Criticar esse modelo de desenvolvimento e sua profunda injustiça ambiental é considerado não só oposição ao governo, mas sim ao interesse do país inteiro, em nome de pequenas minorias que não aceitariam “sacrificar-se um pouco” para o bem maior de todos. Estudos e dados consolidados demonstram, porém, que essas minorias são sempre as mesmas: há um “racismo ambiental” na escolha de quem deverá padecer os danos necessários do desenvolvimento. E essas vítimas são sempre os mais pobres, as periferias e os excluídos, as chamadas “zonas de sacrifício”.

Nossa caminhada junto às comunidades mais prejudicadas pelos impactos negativos dos grandes projetos extrativos nos leva a crer na importância da resistência. Chegamos a definir essas comunidades como “baluartes”, às vezes totalmente cercadas por instalações “inimigas” de seus modos de vida ou por maiorias favoráveis à implantação de novas atividades mineradoras em sua região. A simples resistência desses baluartes dá visibilidade ao conflito, provoca debate e obriga a uma reflexão mais profunda sobre a melhor maneira de viver num determinado território.

¹¹ <http://www.conflictosmineros.net/>

São exemplos desse tipo de resistência: o projeto do “Parque Nacional da Serra de Gandarela” contra o projeto da mina Apolo da Vale, no estado de Minas Gerais¹²; a postura firme da prefeita Darcira de Açucena (MG) e o prefeito Juninho, de Rio Acima (MG), que negaram a anuência ao mineroduto da empresa Manabi, pretendendo ligar Morro do Pilar (MG) a Linhares (ES), num traçado de 530 Km.

Máxima Chaupe, mulher de Cajamarca (Perú), também é grande exemplo de resistência. Camponesa, sem educação escolar, vive com sua família desde 1994 numa área de sua propriedade, hoje visada pela mineradora Yanacocha. A empresa quer instalar na região a mina Conga, mas Máxima não quer abandonar sua terra e sua “*Laguna Azul*” e denuncia as ilegalidades de Yanacocha e os impactos violentos da mineração de ouro. É apoiada pelas “*Guardianas/es de las Lagunas*”, cujo lema é “*El agua es un tesoro que vale más que el oro*”. Esses guardiões resistem à altura, ao frio e ao vento, à chuva, às pressões da polícia e dos militares e se instalam vigiando as lagoas nos montes de Cajamarca. Pretendem defender seus recursos naturais e evitar que as máquinas passem em cima de tudo o que lhes dá vida.

Esses casos nos ensinam que há algo mais para além da resistência: a própria *existência*. Aprendemos a não identificar as comunidades e as pessoas somente por aquilo a que se opõem, mas sobretudo por aquilo que defendem e que as fortalece: sua mais profunda identidade, seu estilo de vida, seus costumes e sonhos.

Em Cajamarca dizem: “*Uno no defiende lo que no conoce*” (Ninguém defende o que não conhece). É uma provocação grande para evitar que também nosso compromisso em defesa da vida frente à mineração permaneça teórico ou idealista. O que dá razão (e gosto) à nossa luta e resistência é exatamente o sabor da existência compartilhada com as pequenas comunidades nas zonas de sacrifício. Sentir na pele que não estamos defendendo um princípio ou afirmando um modelo contra outro: estamos lutando para que a vida se afirme acima das regras e dos projetos econômicos e políticos.

Em cada mês de caminhada e compromisso contra os impactos da mineração, posso ter passado dias inteiros nas articulações estratégicas, na produção de artigos, pesquisas ou denúncias, na redação de cartilhas bonitas de educação popular ou na divulgação de campanhas sucedidas em favor de uma ou outra causa. Mas aquilo que mais permanece no fundo do coração e dá vontade e força de continuar é a memória de um encontro, a aliança com uma comunidade, a amizade selada com uma liderança que não desanima. A existência dos outros revitaliza a nossa também.

Creio que seja uma maneira de sentir e expressar o que o discípulo João dizia:

Aquilo que existia desde o princípio, o que ouvimos, o que vimos com nossos olhos, o que contemplamos e o que nossas mãos apalparam: falamos da Palavra, que é a Vida. Porque a Vida se manifestou, nós a vimos, dela damos testemunho, e lhes anunciamos a Vida Eterna. Ela estava voltada para o Pai e se manifestou a nós. Isso que vimos e ouvimos, nós agora o anunciamos a vocês, para que vocês estejam em comunhão conosco. (1Jo 1, 1-3)

Concluindo: “Nossa agonia é nossa vitória”

As considerações feitas até agora não respondem, porém, à pergunta do título: numa luta tão desigual, qual vitória é possível? Podemos afirmar que nossas ações estejam efetivamente incidindo na expansão do neoextrativismo e apontando para outro modelo possível? Com certeza, a resistência cada vez mais articulada e organizada entre

¹² <http://www.aguasdogandarela.org/>

comunidades, movimentos sociais e entidades críticas contra a mineração em grande escala está conseguindo pôr freios e limites a projetos de expansão sem escrúpulos. Mas isso talvez não seja suficiente para motivar nossa perseverança. O que é que nos mantém firmes e persistentes em nossas posições, apesar de não estarmos vendo, pelo menos em curto prazo, transformações profundas desse modelo tão impactante?

O senhor Edvard, em sua carta ao neto Moisés, dizia assim: “A beleza dessa luta é que a gente não cansa, e quando houver uma derrota, a gente reage com mais ânimo e convicção”. Tempos atrás, algumas lideranças da mesma comunidade, Piquiá de Baixo, foram convidados a assistir a uma peça teatral sobre a história de Sacco e Vanzetti, dois anarquistas¹³ italianos condenados à morte com acusação infundada, nos Estados Unidos, na década de 1920. Voltando, entusiastas pelo vigor dessa apresentação, mas ainda mais –provavelmente- pela identificação numa história injusta de condenação à morte que se parece muito com aquela de Piquiá, repetiam a frase que Bartolomeo Vanzetti deixou poucos dias antes de ser executado: “Nossa agonia é nossa vitória”¹⁴. Nessa frase o povo que luta se reconhece muito. Não pelo gosto do sofrimento gratuito, ou por uma esperança ilusória de que, ao ver a dor do injustiçado, o algoz se arrependa e deixe de matar. Não é isso.

Chamou-me sempre à atenção como nosso povo maranhense é tão identificado com a dor. Sente-se em casa com isso. Temos o exemplo mais evidente na semana santa: surpreende a participação total da comunidade na procissão de sexta-feira da paixão (até quem, durante o ano, não vai à missa!). Mas as celebrações terminam com isso: bem poucos estarão presentes no sábado de aleluia, renovando na fé o triunfo da ressurreição sobre a morte. Parece que para o povo seja suficiente caminhar juntos na longa sexta-feira de paixão da vida. Isso já, de alguma maneira, parece se afirmar como um sinal de vitória, mais forte que a dor e as forças opressivas.

Nossa agonia é nossa vitória: agonia não é só aflição e sofrimento. É também (por sua etimologia) luta, combate para se manter em vida. E é *nossa*. Vejo nisso uma chave de *r*-existência significativa. Lutar juntos para defender nossa forma de existência: isso dá sentido e apaixonava. Assumimos a vida “na primeira pessoa do plural”: a dor nos aproxima, alimenta nossa solidariedade. Pessoalmente vivo isso quando, nos momentos de desconforto, penso na luta de irmãos/as ou amigos/as distantes, dos quais talvez nem tenha notícias recentes. Mas sei que estão mergulhados em seus desafios e vinculados comigo num pacto de fidelidade e agonia (luta) contra as forças que ameaçam a vida.

Uma vantagem, no caso de nosso trabalho contra a violência ambiental da mineração em grande escala, é que o opositor é conhecido, tem nome e razão social (ou se reconduz facilmente a uma identidade política definida). Isso nos mantém concentrados e focados em nossos objetivos: é muito mais complexa a solidariedade da igreja militante para com os presos, os moradores de rua ou as vítimas das drogas, já que a injustiça não se pode reconduzir a um só ou poucos atores específicos.

Acontece-me, com certa frequência, de celebrar a eucaristia em lugares de particular sofrimento e injustiça ambiental. Levanto o cálice, no meio do pequeno grupo que concelebra, e vejo fora da porta da igreja a fumaça densa da poluição siderúrgica que mata crianças e idosos da comunidade. Ou sinto o barulho ensurdecido do trem da Vale

¹³ Os anarquistas eram um grupo no movimento popular e sindical que defendia a livre organização dos trabalhadores, sem a interferência dos partidos políticos e de outras estruturas de poder.

¹⁴ <http://uniaoanarquista.wordpress.com/2014/08/22/liberdade-ou-morte-o-grito-de-sacco-e-vanzetti-ao-proletariado-internacional/>

que passa a cada hora e ‘sequestra o tempo’ da comunidade bloqueando atividades e mobilidade.

Nesses momentos de aparente impotência, recolhe-se a luta e a agonia de muitas pessoas e comunidades em todo canto do mundo, dores do parto desse cosmos em construção. Renova-se a solidariedade e o compromisso, o sentido de um ‘nós’ que existe e se fortalece na comunhão.

Referências

ASSIS, W. S. de; CARNEIRO, M. D. S. . Uso del carbón vegetal como fuente de energía para el Parque Siderúrgico de Carajás: controversias ambientales, sociales y económicas. In: Fabiano Toni; Roberto Porro. (Org.). **Energía, Medio Ambiente y Desarrollo en la Amazonía**. 1ed. Madrid: Editorial Academica Espanola, 2012, v. 1, p. 242-267.

GREENPEACE. Carvoaria Amazônia - **Como a indústria de aço e ferro gusa está destruindo a floresta com a participação de governos**. 2012. Disponível em: http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/documentos/2012/423%20-%20Pig%20Iron%20D3_portugues.pdf

MARQUES CASARA. A floresta que virou cinza – Revista Observatorio Social. 2011. Disponível em: <http://papelsocial.com.br/2011/02/17/florestaviroucinza-baixepdf/>

PINTO, L. F. Carajás: ontem, hoje e nunca mais? . In: **Justiça nos Trilhos. Revista Não Vale**, 2013, p. 56-61. Disponível em: http://www.justicanostrilhos.org/IMG/pdf/revista_ao_vale_2_-_versao_web_completa.pdf

REPORTER BRASIL. “Deserto verde” - Os impactos do cultivo de eucalipto e pinus no Brasil. 2011. Disponível em: http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/02/8.-caderno_deserto_verde.pdf

(2) Igrejas e Mineração. Um olhar a partir dos Povos Indígenas

Egon Heck¹⁵

“Nos rugidos do monstro: povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, poderão ter seus territórios removidos e transformados em crateras. Está sendo anunciado o aumento de quatro vezes da produção mineral até 2.030”
(J.Roscha)

Introdução

Os minérios, bem como os demais recursos naturais dos territórios indígenas, têm significado permanentes veias abertas na América Latina. Caminhos de genocídio, de guerra, de extermínio. O ouro saqueado dos povos originários das Américas fez brilhar palácios e igrejas, tronos e altares, na Europa e no mundo afora. O que nos deixa estarecidos é que não se trata apenas de um passado remoto, de secular dominação, mas de um processo que chega, com diversas matizes e intensidade, até os nossos dias.

Terão os invasores e seus descendentes feito o “*mea culpa*”, pedido perdão, devolvido parte do roubo e principalmente se empenhado na construção de novas relações entre os povos-vítimas, os Estados Nacionais e as sociedade dos diversos países envolvidos?

O debate sobre a presença e atuação das igrejas nas regiões de mineração é sem dúvida um indicativo de que mais do que a discussão e a troca de experiências, o que está subjacente é a definição de estratégias que levem a profundas mudanças na nossa sociedade e em especial do modelo de desenvolvimento capitalista-neoliberal e neocolonial. Os povos indígenas e seus aliados veem com esperança semelhantes iniciativas (apesar de tardias!), pois novas sementes estão sendo lançadas; sementes que irão forjar um novo mundo e novas e plurais nações e sociedades.

No Brasil, de maneira especial, essa questão é de extrema relevância e urgência. Estamos em cenário de definição de políticas, a partir do novo marco regulatório da mineração e das iniciativas no Congresso, com o objetivo de escancarar os territórios indígenas para a ganância das mineradoras nacionais e multinacionais. O momento é grave e delicado! Aumenta a importância de definições e estratégias, de posicionamentos claros na perspectiva de assegurar a vida e os direitos dos povos indígenas.

1. Mineração NÃO

O primeiro grande questionamento nos vem de uma expressiva liderança indígena, de um povo de pouco contato e muito sofrimento e massacres, os Yanomami. Davi, nos lança de chofre a questão:

“Nós Yanomami não queremos mineração, não queremos que seja feita em nossa terra... Se vocês brancos mostrarem um lugar onde os povos indígenas vivem realmente bem com a mineração, um lugar onde vivem com saúde, respeitando suas culturas, onde os brancos os ajudem de forma correta e não os enganem ao darem dinheiro, onde os indígenas não passem fome e onde não passem sede, se virmos

¹⁵ Bacharel em filosofia e teologia. Há muitos anos, membro ativo do CIMI (Conselho Indigenista Missionário). Veja o blog do autor: <http://egonheck.blogspot.com.br/>

esse lugar, do mesmo tamanho que a nossa floresta, nós, Yanomami, podemos voltar a discutir esse assunto” (David Yanomami in: Porantim – maio 2014)

Pergunta profunda que sem dúvida deverá nos perseguir nos próximos dias, anos e séculos, quiçá! E Davi, enquanto guerreiro e pajé de seu povo, tem vivido experiências traumáticas, com a invasão continuada de seu território por garimpeiros (buscadores de ouro) que chegaram a ser 40 mil no início da década de 80, ocasionando inúmeros conflitos, massacres e epidemias. Estima-se que esse processo tenha matado em torno de 1.500 Yanomami.

Por isso com muita propriedade e experiência, Davi questiona:

“Nós somos contra apenas o desenvolvimento que vocês, brancos, querem empurrar para cima de nós... Para nós, desenvolvimento é ter nossa terra com saúde, permitindo que nossos filhos vivam de forma saudável num lugar cheio de vida...vocês não aprenderam com o que está acontecendo no mundo? Vocês ainda não aprenderam que esse tipo de desenvolvimento pode matar todos nós?” (David Yanomami in: Porantim – maio 2014)

A Terra Indígena Yanomami está praticamente toda loteada e requerida para prospecção e exploração mineral. São mais de 600 requerimentos. Além disso, a presença de garimpeiros é permanente, apesar dos shows pirotécnicos, realizados inúmeras vezes pelo governo, bombardeando as pistas de pouso. Em grande parte isso acontece por haver militares de altas patentes envolvidos na exploração mineral.

Vale a pena refletir sobre as palavras de Davi Yanomami:

“Nós sabemos que existem muitos interesses, mais fortes do que políticos, para fazer a mineração em nossa terra. São interesses de quem tem muito dinheiro, de quem quer ganhar muito mais dinheiro. Nós sabemos que não querem nos ajudar, eles dizem apenas que querem nos ajudar, que farão escola, darão assistência à saúde, darão luz, mas sabemos que por trás dessas palavras falsas está o desejo de fazerem crescer seu dinheiro. Eles podem enganar outras pessoas, mas não nos enganam.

Não somos apenas nós, povos indígenas, que vivemos na nossa terra. Vocês querem perguntar a todos os moradores da floresta o que eles acham sobre a mineração? Então perguntem aos animais, às plantas, ao trovão, ao vento, aos espíritos xapiri, pois todos eles vivem na floresta. A floresta também pode se vingar de nós, quando ela é ferida.

Vocês falam que somos pobres e que nossa vida vai melhorar. Mas o que vocês conhecem da nossa vida para falar o que vai melhorar? Só porque somos diferentes de vocês, que vivemos de forma diferente, que damos valor para coisas diferentes, isso não quer dizer que somos pobres. Nós Yanomami temos outras riquezas deixadas pelos nossos antigos que vocês, brancos, não conseguem enxergar: a terra que nos dá vida, a água limpa que tomamos, nossas crianças satisfeitas.

Vocês brancos pensam que nós somos pássaros, ou somos cotias, para nos darem apenas o direito a comer os frutos que nascem em nossas terras? Não pensamos as

coisas de forma dividida, pensamos na nossa terra-floresta como um todo. Se vocês destruírem o que está abaixo do solo, tudo que está acima também sofrerá”¹⁶.

2. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

Na minha experiência de mais de quatro décadas junto aos povos indígenas, confesso que não vi nada mais que violências e desgraças propiciadas pela mineração em terras indígenas. Para ser mais exato, conheci uma experiência pontual de garimpo indígena, em forma comunitária e baixo rendimento, na região da Raposa Serra do Sol, em Roraima. A atividade garimpeira indígena ali tinha apenas um objetivo: ganhar dinheiro para comprar gado que ajudasse a expulsar os fazendeiros de seu território.

O movimento indígena brasileiro, desde as primeiras Assembleias, na década de 70, tem denunciado sistematicamente as invasões de garimpeiros e mineradoras e os impactos desastrosos dessas presenças. Por outro lado o Estado brasileiro, em particular as elites políticas e econômicas ligados ao setor mineral, nunca deixaram de manifestar sua voracidade com relação ao potencial de minérios em territórios indígenas. Foram inúmeras as propostas de escancarar as terras indígenas, sejam elas vindas do poder Legislativo ou do Executivo.

Apesar de não haver uma unanimidade dos povos indígenas contrários à mineração em suas terras, podemos afirmar que a grande maioria das organizações e dos povos é cabalmente contrária.

No mês de maio de 2014, povos indígenas de Roraima, Guiana e Venezuela, junto com o *CIMI*, o *ISA* (Instituto Socioambiental) e outros, reuniram-se na comunidade de Tabalascada no *I Seminário sobre Mineração e Hidrelétricas em Terras Indígenas*. Nesse encontro, os povos indígenas levantaram sua voz firme e clara contra esses grandes projetos em seus territórios. “Para nós, o que tem importância é a terra, a vida, as florestas, os animais, a cultura, a tranquilidade e essa forma de vida garantida para nossas futuras gerações”, afirma o documento final do encontro. Do território guianense, 68% podem ser afetados por projetos de mineração e hidrelétricas. Na Venezuela, avançam as concessões de vastas áreas amazônicas do país para empresas chinesas, enquanto 90% das terras indígenas ainda não foram demarcadas.

O Brasil, além de encaminhar propostas legislativas visando permitir e facilitar esses empreendimentos nos territórios indígenas, já vem comprometendo recursos públicos (de todos nós!) no financiamento de grandes projetos em países vizinhos, como Peru, Bolívia e Guiana.

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, diante da iminência de ser colocado em votação o substitutivo de autoria do Deputado Édio Lopes, do PMDB de Roraima, ao Projeto de Lei (PL) 1610/96, que dispõe sobre a mineração em terras indígenas, vem a público manifestar o seu repúdio a mais este ato de grave ameaça e restrição aos direitos dos povos indígenas, assegurados pela Constituição Federal, a Convenção 169 da OIT e a Declaração da ONU sobre os direitos dos Povos Indígenas.

A APIB entende que a tentativa de aprovar o PL 1610 faz parte da seqüência de golpes promovidos e aplicados pelo atual governo e sua base aliada contra os direitos indígenas. Por meio de uma série de medidas administrativas, jurídicas e legislativas, tem, em comum, o propósito de inviabilizar a demarcação de terras indígenas, reverter procedimentos em curso e disponibilizar os territórios indígenas

¹⁶ Davi Yanomami, Carta Aberta sobre o desenvolvimento dos Yanomami, Boa Vista, 25 fev 2008. Disponível em: http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/hutukaradesenvolvimento.pdf

e suas riquezas à voracidade do capital nacional e transnacional. É esse o contexto das mudanças patrocinadas pela bancada ruralista no Código Florestal e da série de Decretos e Portarias voltadas a flexibilizar a legislação que ampara os povos indígenas, os quilombolas e as áreas de Unidades de Conservação¹⁷.

Os defensores do Projeto da mineração em terras indígenas alegam que o Brasil precisa crescer e se desenvolver. O mesmo relator, deputado Édio Lopes, disse que “o objetivo é que o País possa explorar os minérios e enormes jazidas que estão no subsolo das terras indígenas, ao mesmo tempo em que sejam garantidos os direitos dos povos das áreas envolvidas”. O texto do substitutivo, porém, é declaradamente uma peça enganosa e de retaliação dos direitos indígenas garantidos pela Constituição Federal e a Convenção 169. O texto se preocupa apenas, de forma escandalosa, em disponibilizar as terras indígenas e seus potenciais ao capital financeiro-especulativo, principalmente minerador.

A APIB denuncia que os povos indígenas pagarão o custo da governança e da troca de favores que o governo faz com sua base de sustentação, que reúne senadores e deputados do PMDB, PR e PDT, entre outras siglas partidárias, envolvidos direta ou indiretamente com empreendimentos minerários. Fazem parte dessa lista, entre outros nomes, o ex-ministro das Minas e Energia, Edson Lobão e o Senador Romero Jucá, autor da proposta original do PL 1610. Ambas as autoridades tem filho e filha, respectivamente, em empresas de mineração...

Ao final da carta, a APIB convoca os povos e aliados

“A APIB chama os povos e organizações indígenas e seus aliados a reforçarem a luta pela garantia dos seus direitos especialmente territoriais reconhecidos pela Constituição Federal e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, e que vergonhosamente ignora em prol dos interesses do capital e do modelo neodesenvolvimentista que escolheu para se firmar como hegemônico na comunidade internacional” (Brasília – DF, 23 de outubro de 2012¹⁸).

3. Mineração em terras indígenas: marco legal

Apresento, abaixo, em forma resumida, um breve histórico do marco legal em torno da mineração em terras indígenas, até final de 2014.

1500 a 1973 – livre saque mineral nos territórios indígenas.

1973 – Estatuto do Índio- Lei 6001 – dezembro 1973

Artigo 45 – A exploração das riquezas do subsolo das áreas pertencentes aos índios, ou do domínio da União, mas na posse de comunidades indígenas far-se-á nos termos da lei vigente, observado o disposto nesta lei

§1 O Ministério do Interior, através do órgão competente de assistência aos índios, representará os interesses da União, como proprietária do solo, mas a participação nos resultado da exploração, as indenizações e a renda devida pela ocupação do terreno reverterão em benefício dos índios e constituirão fontes de renda indígena.

§2º Na salvaguarda dos interesses do Patrimônio Indígena e do bem estar dos silvícolas, a autorização de pesquisa ou lavra, a terceiros, nas posses tribais estará condicionada a prévio entendimento com o órgão de assistência ao índio.

¹⁷ APIB. Manifesto: Não à exploração predatória dos territórios e a violação dos direitos. Disponível em: http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=6577&action=read

¹⁸ APIB, Manifesto: Não à exploração predatória dos territórios e a violação dos direitos. Disponível em: http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=6577&action=read

1983 – Decreto 88.985 – Regulamentação de exploração de riquezas minerais em terras indígenas – Responsabilidade atribuída à Funai e ao DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral¹⁹).

1988 – Agosto – violenta campanha desencadeada pelas mineradoras contra os direitos indígenas, atacando o CIMI. Criação de uma CMPI (Comissão Mista Parlamentar de Inquérito) contra o CIMI.

1988 – outubro – aprovada e promulgada a nova Constituição.

Artigo 176 - As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica, constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

§ 1 A pesquisa e lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o “caput” deste artigo somente poderão ser efetuadas mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou por empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no país, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas”.

1990 – Mineração no substitutivo de Estatuto do Índio, de Luciano Pizatto.

1991 – Astutamente, o deputado Romero Jucá retira os artigos sobre a mineração e o transforma em PL (Projeto de Lei).

1996 - PL 1.610, do Deputado Edio Lopes.

1997 – O projeto, aprovado pelo Senado, está pronto para ser enviado ao plenário da Câmara dos Deputados para votação.

2004 – Brasil assina Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho)²⁰

Artigo 15 – 1 - Os direitos dos povos interessados nos recursos naturais existentes nas suas terras deverão ser especialmente protegidos. Esses direitos abrangem o direito desses povos a participarem da utilização, administração e conservação dos recursos mencionados.

2 – Em caso de pertencerem ao Estado, a propriedade dos minérios ou dos recursos do subsolo, ou de ter direitos sobre outros recursos existentes em suas terras, os governos deverão estabelecer ou manter procedimentos com vista a consultar os povos interessados, a fim de se determinar se os interesses desses povos seriam prejudicados e em que medida, antes de empreender ou autorizar qualquer programa de prospecção ou exploração dos recursos existentes nas suas terras. Os povos interessados deverão participar sempre que for possível, dos benefícios que essas atividades produzam e receber indenização equitativa por qualquer dano que possam sofrer como resultado dessas atividades.

2012 – Tentativa de aprovação da PL 1.610 . Resistência indígena com os aliados.

2013 – Criação da Comissão Especial. Resistência dos Povos

2014 – deputado Edio Lopes, secretário da Comissão Especial, afirma que quer ainda enviar o relatório para ser votado na Câmara dos deputados.

Há 18 anos, um projeto de lei para regulamentar a exploração mineral em terras Indígenas tramita no Congresso Nacional, aguardando aprovação. Atualmente, segundo levantamento feito pelo Instituto Socioambiental (ISA), há 4.220 manifestações de

¹⁹ Órgão do Ministério de Minas e Energia. Mais informações: www.dnpm.gov.br

²⁰ “A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é a agência das Nações Unidas que tem por missão promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade”. Em: www.oit.org.br

interesse em atividades de mineração em 152 terras Indígenas da Amazônia Brasileira. Todas elas esperam uma definição do Congresso; a terra dos Yanomami é que mais cobiça gera.

4. O CIMI em defesa dos direitos indígenas e a virulência da mineração

Na década de '80 as mineradoras e os garimpeiros contavam com um cenário totalmente favorável às suas pretensões de saque mineral. Para tanto tinham a promessa do governo Sarney de que não haveria demarcação de terras indígenas na fronteira e de que não seriam demarcadas áreas grandes. Ao ser indagado pelo presidente da CNBB se isso não era inconstitucional, o presidente simplesmente reafirmou “eu sei”. Da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional – CSN, tinham a promessa de um projeto de ocupação massiva por militares, e a colonização de toda a faixa norte da Amazônia, ou seja, o famigerado *Projeto Calha Norte*. O General Bayma Denis encarregou-se da elaboração do projeto. Só restava garantir um bom lobby das mineradoras no Congresso Constituinte e tudo seria consumado.

Acontece que no início de 1986 o CIMI tomou ciência do dito Projeto Calha Norte. Imediatamente passou a denunciá-lo como genocida. Não tardaram em aparecer as virulentas críticas ao referido projeto. O então secretário do CIMI, Antonio Brand, revelou mais tarde que naquela ocasião os militares teriam dito: “Isso não vai ficar impune”. Juntamente com as mineradoras e órgãos da grande imprensa, passaram a urdir um feroz ataque aos direitos indígenas numa campanha como jamais havia acontecido contra uma entidade da sociedade civil neste país. A farsa foi desmontada através de uma Comissão Mista Parlamentar de Inquérito contra o CIMI.

Antes disso, setores militares, através da Funai, encarregaram-se de “limpar o terreno”, expulsando missionários do CIMI, como veremos abaixo.

Relação dos missionários do CIMI expulsos ou proibidos de entrar em área indígena

9/12/1986 – Egydio Schwade e Doroti Miiler (leigos) da AI Waimiri Atroari

1/01/1987 - Silvio Cavuscens e Marlete de Oliveira (leigos AI Vale do Javari

2/08/1987 – João Safiario, Guilherme Damioli e Irmã Florença Lindey (religiosos) do Parue Yanomami; Jorage Dal Bem, da Missão Surumu, TI Raposa Serra do Sol.

24/08/1987 - Felisberto Damasceno (leigo) e Gunter Loebens, assessor jurídico e coordenador do regional, respectivamente;

Set/1987 –Irmã Celina Valentim, Irmã Maria Ângela Matos e Irmã Leila David, da TI Maxakali

10/01/1988 – Fabio Martins Vilas (leigo) vice-presidente do CIMI- Arquidiocese de Vitória-ES e Fabio Alves dos Santos (leigo) da arquidiocese de Belo Horizonte-MG

Maior de 1988 – Hiláriu Paulus, coordenador do CIMI MS é proibido de entrar em qualquer área indígena do Estado.

Em alguns casos os missionários do CIMI foram substituídos por membros de denominações fundamentalistas norte americanas, numa clara intenção de quebrar qualquer resistência à avidez das mineradoras. Nesta ocasião era presidente da Funai, Romero Jucá, que iniciou uma abertura de exploração madeireira e mineral em terras indígenas. Como prêmio, foi indicado para governador do Estado de Roraima (Cedi – Povos Indígenas 1987-1990).

“O CIMI se solidariza com os povos indígenas frente a mais este cruel ataque patrocinado pelos interesses político-econômicos adversos, ao mesmo tempo em que se associa e reforça a reivindicação histórica do movimento indígena no Brasil segundo o qual o Congresso Nacional não deverá legislar, de forma fracionada, sobre temas que lhes dizem respeito. Por fim, o CIMI se compromete a junto com os povos indígenas fazer uso de todos os meios legítimos para evitar a consumação

desta mortífera ferida aos direitos consagrados e ao futuro dos povos indígenas no Brasil” (Conselho Indigenista Missionário – CIMI - Brasília, 10 de outubro de 2012.)²¹

Vale destacar que o CIMI, em mais de quatro décadas de apoio aos direitos dos povos indígenas, sempre teve uma postura crítica aos interesses minerários em terras indígenas, por entender que o direito desses povos às suas terras e aos recursos naturais nelas existentes era um direito sagrado que precisava ser preservado, cabendo as decisões aos protagonistas desses direitos.

5. Veias abertas na Amazônia

Conforme Egydio Schwade, tanto o Linhão²² como a BR-174 são “veias abertas” da Amazônia e o nosso dinheiro vai sendo utilizado para construir absurdos que, desde a sua concepção, contradizem qualquer princípio humanitário²³.

O conceito de desenvolvimento na História Oficial, portuguesa e brasileira, referente à Amazônia, tem ligação com a alienação dos povos da região, com o (des)envolvimento de sua terra e com a transferência das riquezas naturais para outras partes do mundo, sem objetivar o bem-estar da população local e regional (Casa da Cultura do Urubuí, 23 de julho de 201).

Sobre os minérios que saem da mina do Pitinga (AM), não há registros nos informativos nacionais e mundiais. E não existe fiscalização alguma, como refere o geógrafo da Universidade Federal do Amazonas, Professor José Aldemir de Oliveira em sua tese de doutorado, “Cidades na Selva”. Escreve o Prof. José Aldemir:

“Do município saem diariamente mais de 300 caçambas de minério sem fiscalização alguma. Situação emblemática assistimos aqui em Presidente Figueiredo, onde desfilam diariamente mais de duas centenas de carretas, carregadas de minério, deixando para trás apenas crateras e a rodovia BR-174 cheia de buracos”²⁴.

A CNBB sempre apoiou os missionários que, através do CIMI, lutam pelos direitos dos povos indígenas. Ela manifestou sua preocupação com relação à mineração em terras indígenas:

“A exploração mineral é uma atividade que provoca impactos em povos, comunidades e territórios, gerando conflitos em toda sua cadeia: remoções forçadas de famílias e comunidades; poluição das nascentes, dos rios e do ar; degradação das condições de saúde; desmatamento; acidentes de trabalho; falsas promessas de prosperidade; concentração privada da riqueza e distribuição pública dos impactos; criminalização dos movimentos sociais; descaracterização e desagregação sociocultural.

A mineração em terras indígenas é outra grave preocupação suscitada pelo Projeto de Lei 1.610/96, tramitando no Congresso sem nenhuma interação com o Estatuto

²¹ CIMI. Essa terra tem dono: mineração assim não! Disponível em: http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=6556&action=read&page=5

²² Nota do editor: Linha de transmissão de energia elétrica, com quase 3 mil m de extensão, entre Brasília e Imperatriz (MA). Outro *linhão*, de 1,8 mil Km de extensão, vai da hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, até Macapá, no Amapá, e alcança Manaus, cortando a floresta amazônica em vários pontos.

²³ Egydio Schwade, O linhão e suas mazelas (II), em: ADITAL, 08/08/2014. Disponível em: www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?lang=PT&img=S&cod=81881

²⁴ Citado por Egydio Schwade, Mineração em terras indígenas, em? ADITAL, 21/03/2011. Disponível em: www.adital.org.br/site/noticia_imp.asp?lang=PT&img=N&cod=54824

dos Povos Indígenas, que espera aprovação desde 1991. O Projeto de Lei 1.610/96 desrespeita totalmente a autonomia dos povos indígenas sobre seus territórios, assegurada pela Constituição Federal e pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário. As mesmas ameaças recaem sobre comunidades quilombolas, populações tradicionais, pequenos agricultores e áreas de proteção ambiental” (Presidência da CNBB, Carta aberta sobre o marco regulatório da Mineração, 7 de março de 2013²⁵).

6. Uma questão latino-americana

Parafraseando D. Pedro Casaldáliga, “ou a luta dos povos indígenas é continental ou não tem futuro”, eu diria que o enfrentamento do desafio do saque mineral dos territórios indígenas é continental. Ou será enfrentado como tal, ou será uma batalha vencida de uma causa invencível. Para entender um pouco melhor esse desafio, creio ser importante algumas informações sobre a realidade e lutas dos povos indígenas na América Latina. Trago algumas informações de um trabalho elaborado por Marcela Belchior para debate em encontro na ONU sobre os povos indígenas na América Latina, realizado nos dias 22 e 23 de setembro de 2014.

No que tange aos progressos no reconhecimento dos direitos territoriais dessa população, entre eles o direito à propriedade coletiva de terras, o estudo indica avanços na região, especialmente com relação à demarcação e titulação de terras. Apesar dessa constatação, continua sendo grave a questão territorial e de recursos naturais, em praticamente todos os países. Permanecem estagnadas iniciativas para controle territorial, incluindo o uso de recursos naturais. Nesse âmbito específico, houve, entre 2010 e 2013, mais de 200 conflitos em territórios ameríndios ligados a atividades extrativistas de hidrocarbonetos e mineração.

Dos 45 milhões de indígenas que existem na América Latina, 17 milhões vivem no México e outros 7 milhões no Peru (mais da metade da população indígena). Os países com maior proporção dessa população no continente são Bolívia (62,2%), Guatemala (41%), Peru (24%) e México (15,1%). Atualmente, é possível apontar um incremento do número da população indígena, que contabilizava 642 povos em 2006 e, hoje, soma 826 povos indígenas em território latino-americano. Segundo a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o CARIBE, da ONU), isso se deve ao aperfeiçoamento dos levantamentos estatísticos e à incidência dos povos indígenas às lutas pelo seu reconhecimento. No Brasil um fenômeno importante foi o fato de mais de 50 povos, considerados extintos, assumirem sua identidade indígena e lutar pelos seus direitos. Foram chamados de ressurgidos ou emergentes, mas eles mesmos se autodenominam de “povos resistentes”.

Desse número, o Brasil abriga a maior quantidade de etnias indígenas (305), seguido da Colômbia (102), Peru (85), México (78) e Bolívia (39). Muitas delas se encontram em risco de desaparecimento físico ou cultural, como foi constatado em território brasileiro (70 etnias ameaçadas), colombiano (35) e boliviano (13). Além desses, estima-se que haja outras 200 etnias em isolamento voluntário na Bolívia, Brasil,

²⁵ Disponível em: www.cnbb.org.br/imprensa/noticias/11528-carta-aberta-da-cnbb-sobre-o-marco-regulatorio-da-mineracao

Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Venezuela. Destes, em torno de 90 estão em território Brasileiro, particularmente na região amazônica.



Povos indígenas da América Latina por país – Reprodução CEPAL.

Segundo a secretária executiva da CEPAL, Alicia Bárcena, a resistência dos povos indígenas hoje se expressa na “instauração de novos *status* políticos e territoriais, assim como novos modos de relação institucional entre os Estados e os povos indígenas²⁶”. Conforme o documento da CEPAL (2014)²⁷, é necessário redesenhar os equilíbrios entre o Estado, o mercado e a sociedade para construir pactos em que contribuam aqueles atores que garantam acordos políticos de longo alcance. Um dos principais desafios nessa matéria é a integração dos direitos dos povos indígenas em um novo modelo de governança dos recursos naturais.

"Os conhecimentos ancestrais, as inovações e práticas tradicionais dos povos indígenas para a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica, assim como o desenvolvimento das diferentes modalidades coletivas das economias indígenas, oferecem uma oportunidade valiosa para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento, baseado em uma mudança estrutural para a igualdade e sustentabilidade" (CEPAL, obra citada).

7. Direitos da Mãe Terra e da Humanidade

Para Karl Marx, o capitalismo provocou uma separação artificial e mecânica entre a natureza e o ser humano. A ruptura de equilíbrio no metabolismo, ou seja, o intercâmbio material entre a terra e a satisfação das necessidades dos seres humanos, tal como foi definido pelo processo de acumulação do capital, levou a práticas irracionais,

²⁶ Citado em: www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?lang=PT&img=N&cod=82721

²⁷ CEPAL, Los pueblos indígenas en América Latina. Avances en el último decenio y retos pendientes para la garantía de sus derechos. Síntesis (ano: 2014). Elaborado pelo Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE). Disponível em: <http://www.cepal.org/es/publicaciones/37050-los-pueblos-indigenas-en-america-latina-avances-en-el-ultimo-decenio-y-retos>

desperdícios e destruição (El Capital, Vol. 1, 637-38, citado por Gian Delgado, 2011). Por isso, os fluxos energético-naturais devem ser reduzidos de maneira socialmente justa, para incrementar a qualidade de vida. Segundo Marx, somente o socialismo pode restabelecer o equilíbrio do metabolismo e pôr fim à devastação da natureza.

A civilização moderna, com seu forte controle da natureza e alto grau de urbanização, fez os seres humanos se esquecerem que, em última instância, eles dependem da natureza para viver. Às vezes, as mudanças climáticas, brutalmente, nos recordam essa realidade. Trata-se de definir a relação com a Terra, não como exploração, enquanto fonte de recursos naturais capazes de ser reduzidos ao estatuto de mercadorias, mas como a fonte de toda a vida, em uma atitude de respeito à sua capacidade de regeneração física e biológica. Isso, evidentemente, significa uma mudança filosófica radical. Deve-se criticar o caráter puramente utilitário da relação que, no capitalismo, chega a considerar a destruição ecológica como danos colaterais inevitáveis (a serem reduzidos, na medida do possível). Ou pior ainda, apenas como “fatores externos”, pois não entram nos cálculos do mercado e, por conseguinte, não são considerados na acumulação do capital.

Nas grandes tradições filosóficas do Oriente, a união profunda entre o ser humano e a natureza é uma característica do pensamento. O respeito a toda vida, que se encontra no hinduísmo ou no budismo traduz esta convicção. Entre os povos indígenas do continente americano, o conceito da Mãe Terra (Pacha Mama) é central. Fonte da vida, a terra é personalizada e sua representação inclui características antropomórficas. Os elementos da natureza também têm uma personalidade e são objeto de ritos xamânicos.

Na América Latina, vários textos atuais ultrapassaram o caráter metafórico da expressão Mãe Terra, atribuindo-lhe características de uma pessoa vivente, capaz de escutar, de reagir, de ser amada, e, por estas razões, de ser sujeito de direitos. A declaração final da *Conferência Mundial sobre a Mudança Climática e os Direitos da Mãe Terra* reivindica a revalorização da sabedoria e dos saberes ancestrais para que se possa “reconhecer a Mãe Terra como um ente vivo, com o qual temos uma relação indivisível, interdependente, complementar e espiritual²⁸”. Foi uma forte reafirmação do vínculo entre a natureza e a humanidade, expressada pela cosmovisão dos povos autóctones, que, além disso, ressalta o caráter materno (feminino) da relação.

As referências à Pacha Mama (Terra Mãe) ou ao Sumak Kawsay (Bem Viver), “viver bem” (Sumak Kichwa), dos povos Kichwas; ou Suma Qamaña (“Conviver Bem”, ou “Bem viver”), dos povos Aymara (ALBÓ, 2010, 54-55) pertencem a essas categorias. São conceitos fundadores dos povos indígenas, significando, em suas condições históricas concretas, cosmovisões e práticas de respeito à natureza e de vida coletiva compartilhada. Podem inspirar o pensamento e a organização social contemporânea e fortalecer o símbolo.

A redefinição de “Bem Comum da Humanidade” em função da relação com a natureza é uma tarefa essencial frente aos danos ecológicos e às suas consequências sobre a capacidade de regeneração do planeta e sobre o equilíbrio climático. Esse é um fato novo na consciência coletiva, mas que ainda está longe de ser compartilhado por todos os

²⁸ Conferência Mundial sobre a Mudança Climática e os Direitos da Mãe Terra (Cochabamba, Bolívia, 2010). Disponível em: www.sociologando.com.br/download/declaracao.doc

grupos humanos. As sociedades socialistas, de fato, ainda não integraram esta dimensão em suas perspectivas e isso pode ser comprovado atualmente através do espetacular desenvolvimento econômico de um país como a China, que acontece sem que seja dada muita atenção, pelo menos de maneira imediata, aos efeitos exógenos. O socialismo do século XXI terá que integrar esse aspecto como elemento central.

Apesar dos efeitos devastadores dos atuais regimes políticos e econômicos, em especial o capitalismo neoliberal, houve avanços e conquistas animadoras, especialmente nas constituições da Bolívia e do Equador, países onde foram aprovados os Direitos da Natureza.

As principais bandeiras dos Povos Indígenas no continente são:
Bem Viver - viver em harmonia com a natureza e na convivência
Estados plurinacionais – reconhecimento das autonomias e da autodeterminação.
Democracia comunitária – poder às comunidades – redes de democracias comunitárias.

A título de conclusão

Segundo Leonardo Boff, na América Latina há um conjunto de valores vividos pelas culturas originárias que podem ajudar a humanidade a sair da crise. Especialmente com a característica central do bem-viver, que significa ter outra relação com a natureza, entender a Terra como mãe, que nos dá tudo de que precisamos ou podemos completar com o trabalho.

Os povos indígenas inventaram a democracia comunitária, que não existe no mundo. Assim, os grupos se reúnem e decidem o que é melhor para eles, e o país é feito por redes de grupos de democracias comunitárias. Há uma revisitação das culturas originárias, porque elas têm ainda respeito com a natureza, não conhecem a acumulação. São valores já vividos pelas culturas andinas, sempre desprezadas e hoje estudadas por grandes cientistas e sociólogos, os quais percebem que aqui há princípios que podem nos salvar.

“Essa nova relação com a natureza e o mundo é o que precisamos desenvolver para ter uma relação que não seja destrutiva e possa fazer com que a humanidade sobreviva”²⁹.

Anexo: Mineração em terras indígenas na proposta de Estatuto dos Povos Indígenas CNPI- 2009

Art. 85. A pesquisa e a lavra de recursos minerais em terras indígenas só podem ser realizadas mediante autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, sendo-lhes assegurada participação nos resultados da lavra.

(Restrições)

²⁹ Leonardo Boff, entrevista ao Jornal Sul 21, em 26/jul/2014. Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/leonardo-boff-dentro-do-sistema-capitalista-nao-ha-salvacao/>

Art. 87. É vedada a pesquisa e a lavra de recursos minerais em terras indígenas não demarcadas, ocupadas por indígenas isolados e de contato recente, invadidas, ou em situação de conflito.

(Direito de veto)

Art. 88. As comunidades indígenas afetadas pela exploração mineral têm direito a consulta prévia e informada, com o poder de veto se não concordarem com essa atividade em suas terras.

Art. 89. A exploração mineral em terras indígenas ocorrerá na hipótese de relevante interesse público da União, nos termos do art. 231, §6º da Constituição Federal Art. 90. A pesquisa e a lavra de recursos naturais em terras indígenas, além das ressalvas previstas nesta lei, não poderão ser feitas:

I - quando inviabilizarem a continuidade do modo de vida, das tradições, dos costumes e das crenças das comunidades indígenas afetadas;

II - quando incidirem sobre monumentos históricos, culturais, religiosos e sagrados;

III - em locais de moradias das comunidades indígenas a serem definidas pelos laudos antropológicos e estudos prévios de impacto ambiental;

(Porcentagem)

Art. 126. A participação da comunidade indígena fixado no edital, não poderá ser inferior a **25%** do faturamento bruto resultante da comercialização do produto mineral obtido.

Parágrafo único. Estende-se aos subprodutos comercializáveis do minério extraído, a base de cálculo sobre a qual se define a participação da comunidade indígena no resultado da lavra.

Art. 127. As receitas provenientes dos pagamentos previstos no artigo anterior serão depositadas em conta bancária específica em instituição financeira oficial, a ser gerenciada pelas comunidades indígenas afetadas.

§1º. As receitas de que trata o caput serão aplicadas integralmente nas comunidades indígenas afetadas.

(Estatuto dos Povos Indígenas - Proposta da Comissão Nacional de Política Indigenista - Brasília, 5 de junho de 2009.)

(3) Mineração: desafio para um povo que caminha na fé

Ruben Siqueira³⁰

Introdução

É setembro e o sol na caatinga seca, sob o céu de azul intenso, apressa o passo dos 2.500 que caminham, cantam e rezam nos dois quilômetros entre a comunidade de Barreiro e o sopé do morro Tuiuiú. Era a I Romaria em Defesa da Vida, contra a mineração indiscriminada, em Campo Alegre de Lourdes (CAL), norte da Bahia, promovida pela paróquia, organizações pastorais e movimentos sociais da região. A tomada de consciência do problema da mineração no município e o tema da Campanha da Fraternidade daquele ano (2011), capitaneada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – Fraternidade e a Vida no Planeta –, ensejaram a romaria, que teve sua quarta edição, em 2014.

O número de romeiros é quase 10% da população municipal, que vive quase toda do campo. Apenas 7.000 moram na cidade, onde o comércio e os serviços giram em torno da grande produção agrícola e pecuária, nos anos bons de chuva. Mobilizam-se porque a isto estão acostumados, pois têm uma antiga e consistente trajetória eclesial, social e política, capaz de ligar fé e vida e luta. E se deram conta, com o trabalho da paróquia e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da diocese de Juazeiro-BA, de que sobre 82% do território do município têm interesses minerários. O morro Tuiuiú, que domina a paisagem plana, é o cartão-postal do município. Como contém ferro, titânio, vanádio, ouro, está visado. Um relatório da CPT diocesana informa que foram dimensionados em 134 milhões de toneladas de minério no município³¹.

Um empreendimento no valor de 64,13 milhões de reais já foi contratado entre a *Cia. Baiana de Pesquisa Mineral* (CBPM) e a canadense *Largo Mineração Ltda*. Mas a exploração começou em 2005, no maior povoado – distrito de Angico dos Dias –, com pouco mais que um mil habitantes, quando a Galvani instalou uma unidade de extração de fosfato, que dali vai para Luiz Eduardo Magalhães, no Oeste da Bahia, adubar o agronegócio. Uma experiência – poluição do ar e comprometimento das águas parcas – que não anima a esperar pela chegada do “progresso” com a mineração nos outros cantos do município.

A mineração tornou-se um enorme desafio também para as Igrejas e os cristãos em toda a América Latina, em vista dos impactos devastadores sobre as comunidades e a natureza e os conflitos que ela tem gerado, agravados pela omissão e conivência de empresas e autoridades. Em franca expansão, visa atender, mais do que a uma demanda sustentável por produtos metalúrgicos, à demanda insaciável dos mercados globalizados, em tempos de escassez e disputa pelas matérias-primas restantes no planeta. Por outro lado, rende dividendos aos Estados que os direciona, além dos ganhos de capital, a programas sociais compensatórios para a população mais pobre – um modelo de êxito até

³⁰ Membro da Coordenação Nacional da CPT (Comissão Pastoral da Terra), mora em Salvador, Bahia, e atua em apoio à Articulação Popular *São Francisco Vivo*, na região da bacia hidrográfica do Rio São Francisco. Faz parte do Colegiado Político da *Rede Brasileira de Justiça Ambiental*. É graduado em Filosofia e Pedagogia e mestre em Ciências Sociais.

³¹ Comissão Pastoral da Terra / Juazeiro. *Relatório Mineração na região de Juazeiro – avanços, impactos e resistências das comunidades rurais*. Disponível em: http://www.cptba.org.br/joomla15/download/diagnostico_mineracao_juazeiro_jul2009.pdf

agora, dependente em muito das exportações, sobretudo para a China. Daí estamos sob um verdadeiro e paradoxal neo-extrativismo de traços neocolonialistas³². Nosso passado, então sob a espada e a cruz, no que teve de pior – espoliação, sofrimento, morte e pesada carga histórica -, está a nos visitar? Desta feita, há de ser outra a postura dos seguidores de Jesus!

Nesta perspectiva, as resistências e conquistas populares dos afetados pela mineração são manifestações contemporâneas do Deus do Antigo e do Novo Testamento, que faz história com seu povo, e das melhores tradições das Igrejas. O Deus que se revela salvador no clamor e na ação libertadora dos pobres, na preservação e no cuidado com os bens da Criação, cujo destino original é a honra e glória do Criador, amoroso de seus filhos e de sua obra. Por isso, o ponto de partida para esta reflexão despretensiosa, para a articulação latino-americana “Iglesias y Minería”, é a experiência da Igreja que caminha na fé e enfrenta a mineração desenfreada, como tem enfrentado há pelo menos 40 anos a luta pela vida, pelo Reinado de Deus, em CAL (Campo Alegre de Lourde). Interessa-nos aqui a resposta pastoral que vem sendo dada por aquela Igreja, com o apoio da CPT.

1. Expansionismo minerário

No Brasil já são 3.000 minas e 9.000 mineradoras, sem contar centenas, se não milhares, de garimpos legais e clandestinos. “O setor mineral, que compreende mineração, metalurgia e transformação mineral de não metálicos, emprega cerca de 200 mil trabalhadores, e é responsável por 4% do PIB, com investimentos programados de US\$ 75 bilhões entre 2012 a 2016”.³³ No estado da Bahia, que tem a maior diversidade minerária do Brasil,

“multiplicam-se (...) os empreendimentos minerários e as obras de infraestrutura, públicas ou financiadas com recursos públicos, para viabilizá-los. Aqui já operam 340 empresas de mineração, em cem municípios, que geram apenas oito mil empregos. Preveem-se investimento de 6,5 bilhões de dólares no setor, entre 2012 e 2016 - 8,71% do total nacional (75 bilhões de dólares). Isto significa cerca de 25% de todo investimento econômico no Estado nesse período”³⁴.

Seguindo grande parte da margem direita do Rio São Francisco, do norte do estado de Minas Gerais até quase o norte do estado da Bahia, por quase 1.000 km, existem jazidas minerais que começam a ser pesquisadas e exploradas. Interessa, sobretudo, o ferro, de baixo teor, porém, entre 30 e 40% (o do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais e o da Serra do Carajás, no Pará, chegam a 65%). Imaginem os conflitos e as injustiças ambientais em algumas regiões mais populosas e com o volume de rejeitos que esta exploração vai acarretar!... A agravá-los ainda mais, as obras público-privadas de infraestrutura para viabilizar esta exploração, como a Ferrovia de Integração Oeste-Leste,

³² IHU On-Line. O modelo neoextrativista e o paradoxo latino-americano. Entrevista especial com Bruno Milanez. In: *Humanitas*. São Leopoldo, Instituto Humanitas Unisinos, 30/07/14. Em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/533720-o-modelo-neoextrativista-e-o-paradoxo-latino-americano-entrevista-especial-com-bruno-milanez>

³³ Portal Brasil. *Pesquisa inédita aborda impactos da mineração em 22 estados*. Publicado em 10/11/14. Em: <http://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2014/11/pesquisa-inedita-aborda-impactos-da-mineracao-em-22-estados>

³⁴ Siqueira, Ruben. Mineração na Bahia: “a maldição dos recursos naturais”? in *Alumeia* (Mineração: progresso ou destruição?). Salvador, Revista da Comissão Pastoral da Terra Bahia, 1ª edição (setembro), 2013, pág. 13. Disponível em: <http://cptba.org.br/2011/wp-content/uploads/2013/10/Revista-Alumeia-WEB.pdf>

que parte do estado do Tocantins e atravessa o estado da Bahia por mais de 1.500km, e o Porto Sul no litoral em área preservada de Mata Atlântica. Só comunidades quilombolas, quase todas identificadas, mas sem regularização de seus territórios, são 50 na Bahia e 16 no Tocantins, por dentro dos quais a ferrovia está passando.

A região Nordeste do Brasil perdeu a importância econômica e política que tinha no período colonial e desde o século XIX passou a ser a principal fornecedora de mão-de-obra barata tanto para a ocupação da Amazônia como para o “desenvolvimento” urbano-industrial do Sudeste do país. Depois da expansão agrícola empresarial, a mineração e os projetos de energia chegam para explorar os recursos naturais da região, até então sem interesse. O modelo, porém, é essencialmente o mesmo. O povo do lugar, quando muito, é sócio menor. No mais, é quem arca com o ônus. A subalternidade e o colonialismo interno reproduzem a relação “externa” que o Brasil e a América Latina têm hoje com o mundo globalizado sob a égide do neoliberalismo predatório, espoliativo, consumista e concentracionista. Apressam-se, aqui, as autoridades nacionais, sob a pressão das grandes mineradoras e das corporações que as controlam, a aprovar um novo Código da Mineração que lhes facilite o negócio e a lucratividade.

Nem as Unidades de Conservação criadas por lei escapam: “20% de toda a área das unidades de proteção (integral e terra indígena) no Brasil tem algum registro de interesse mineral”³⁵. Há no Congresso Nacional projeto de lei que propõe modificar a lei para permitir a mineração nestas unidades. Decretos presidenciais que titulam territórios quilombolas – mais raros atualmente – deixam aberta a possibilidade de serem minerados. Tal é o caso de Brejo dos Crioulos, em Minas Gerais, uma luta histórica e sofrida pela retomada do território pelos negros³⁶.

O potencial de conflitos desta expansão é explosivo e já se dá, com pesadas perdas para comunidades humanas e toda a comunidade da vida.

“Conflitos em ato ou iminentes com moradores, lavradores, criadores, comunidades tradicionais, com o meio-ambiente e com a consciência e a vontade da maioria da população, sempre desprezados nestas ocasiões. As seduções de empregos, comércio, royalties para o erário municipal nem de longe compensam os lucros exportados e as degradações deixadas. Não faltam comprovações disso”.³⁷

Uma das mais sérias ameaças, já comprovada em alguns lugares é sobre os mananciais de água (“um território fértil é também aquífero”)³⁸, um

³⁵ IHU On-Line. A mineração em unidades de conservação. Como não comprometer oportunidades futuras? Entrevista especial com Joice Ferreira. In: *Humanitas*. São Leopoldo, Instituto Humanitas Unisinos, 18/11/14. Em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/537538-pl-3682-propoe-modificacoes-no-snuc-e-impactara-diretamente-as-areas-protegidas-brasileiras-entrevista-especial-com-joyce-ferreira>

³⁶ INCRA. *Quilombola - Mesa mineira discute sobre regularização de Brejo dos Crioulos e a mineração como agente de conflitos*. Brasília, INCRA, 15/10/13. Em: <http://www.incra.gov.br/quilombola-mesa-mineira-discute-sobre-regularizacao-de-brejo-dos-crioulos-e-a-mineracao-como-agente-de-conflitos>

³⁷ Siqueira, Ruben. Vale menos o minério do que a vida. In: *A Tarde*, 29/09/11, Opinião. Salvador. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2011/03/30/queremos-agua-ou-mineracao-vida-ou-degradacao-entrevista-com-ruben-siqueira-cptba-2/>

³⁸ Siqueira, Ruben. Queremos água ou mineração? Vida ou degradação? Entrevista especial com Ruben Siqueira. In: *Humanitas*. São Leopoldo, Instituto Humanitas Unisinos, 28/03/2011. Em: http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=41742

comprometimento cujas consequências já se podem imaginar, pela atual crise hídrica que assola o país. Por si só, as mudanças climáticas, evidentes nas alterações hidrológicas em curso, bastariam para exigir mais cuidado em bulir no corpo vivo da terra.

O Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva, que aconteceu de 19 a 22 de outubro de 2014, em Belo Horizonte - MG, constatou que ao discurso das “*promessas de criação de empregos, melhorias nas condições de vida, dinamização da economia e ‘crescimento’*”, contrasta a realidade que vem depois:

*“poluição, adoecimento da população, alteração de paisagens, biomas e modos de vida das comunidades atingidas, remoções, contaminação de cursos d’água, assoreamento, inchaço populacional durante o período de obras, especulação imobiliária e trabalho escravo, entre outros”*³⁹.

Todo este quadro em torno da mineração, aqui apenas introduzido, constitui-se um desafio para todos os implicados, em especial para nós, das Igrejas, que temos nos devotado à caminhada do povo. Essa, intensificada desde os anos 1960, nunca arrefeceu nas bases eclesiais populares, ainda que em cúpulas eclesiásticas e meios teológicos tenha sofrido retrocessos, gerado temores e incertezas, infundados ou não.

2. Ação pastoral

A diocese de Juazeiro, à qual pertence a paróquia de Campo Alegre de Lourdes, muda seu modo pastoral com a chegada do segundo bispo, Dom José Rodrigues de Souza, em 1975. Liderada por ele passa a priorizar a solidariedade com os que sofriam violenta expropriação e opressão em consequência da Barragem de Sobradinho (1974/1978), obra imposta pela Ditadura Militar que desalojou 72 mil pessoas. Quatro cidades foram realocadas e cerca de 50 mil camponeses perderam suas bases de vida e foram entregues à própria má sorte. Atender ao apelo das vítimas por defesa de seus direitos significou para elas quase o único refúgio. E para a Igreja reinventar o conteúdo e a forma da evangelização, traduzidos pelo serviço às vítimas, não como tais, mas como sujeitos de sua própria libertação.

Várias pastorais foram criadas para o trabalho com os atingidos pela barragem, em especial a CPT⁴⁰. Leigos e leigas assumiam protagonismos; investia-se em formação e mobilização populares, as comunidades de base eram perspectiva, eixo e objetivo. Em especial, a terra, a água, a educação e a saúde foram objeto de grande empenho de comissões específicas e do conjunto eclesial. Virou referência para as Igrejas e para a sociedade.

³⁹ Leal, Leila. *Mineração: o rastro do desenvolvimento e conflitos territoriais no Brasil*. Rio de Janeiro, Fiocruz / Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 07/11/14. Em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Noticia&Num=917>

⁴⁰ A CPT foi criada no Brasil em meados de 1975 como a ferramenta (o símbolo da enxada) encontrada por agentes de pastoral – bispos, padres, religiosos, leigos – para apoiar as lutas dos posseiros que sofriam o assédio violento sobre suas terras por parte de empresas patrocinadas com incentivos fiscais pela Ditadura Militar, sobretudo na Amazônia. Prestes a completar 40 anos, está organizada em todo o país e diversificou sua atuação entre os camponeses, incorporando as lutas pela reforma agrária, comunidades/territórios tradicionais, agroecologia, atingidos pelos projetos desenvolvimentistas (energia, mineração etc.). Cada vez mais enfrenta o desafio da sustentabilidade – pastoral/eclesial, política, financeira. Em Juazeiro, a CPT foi criada pouco depois, em resposta à demanda criada pelos desalojados pela barragem de Sobradinho. Mesmo não fornecendo mais o eixo à diocese, ainda é muito importante e respeitada pelo serviço diversificado que presta.

Numa linha de continuidade com a trajetória eclesial do povo da diocese de Juazeiro e de CAL, dá-se o enfrentamento da mineração, que veio se somar às outras lutas que desde a barragem de Sobradinho constituem o chão da caminhada de fé daquelas comunidades. A diocese e as paróquias, em geral, continuam buscando subsidiar e fortalecer esta caminhada. A CPT tem aí papel decisivo, mas é o conjunto da presença e da ação evangelizadora que, no caso específico de CAL, em parceria com organizações e movimentos sociais, faz a diferença. A Romaria expressou não um mero momento, mas um processo mais amplo e profundo.

A CPT, enquanto co-missionada pela comunidade cristã, prima por evangelizar pelo serviço, levando a boa-notícia da libertação aos pobres do campo e das florestas, independentemente de sua pertença a alguma Igreja. Importa por primeiro sua necessidade humana, revelação da vontade de Deus, como em Lucas 4,18-21 (*“O Espírito do Senhor está sobre mim, porquanto me ungiu para anunciar boas novas aos pobres...”*⁴¹). Por isso, coloca-se na fronteira – quase sempre em situações de urgência e conflito – das Igrejas, da sociedade e da cidade. Sobre o tripé Missão / Espiritualidade / Metodologia, parte das situações concretas das pessoas/grupos/comunidades do meio rural e suas demandas mais urgentes. Busca estabelecer com eles um caminho (*“método”*, em grego) de luta e superação, em que sejam os protagonistas e que, no horizonte histórico e transcendente, seja (busca da) realização da utopia do Reino de Deus (*“Deus seja tudo em todos”* – 1Coríntios 15,8).

No caso das comunidades atingidas pela mineração em CAL, esta ação se traduz concretamente em visitas às comunidades, reuniões, mutirão de visitas e intercâmbios, encontros e assembleias, formas de tomar pé na realidade, decidir coletivamente as linhas, prioridades e estratégias da ação e animar a fé e o empenho na caminhada – como paróquia, diocese e CPT. A partir de 2005, começa a aparecer nestas ocasiões a mineração como problema que afeta comunidades em quase todas as paróquias, em CAL especialmente, e por isso se impõe como demanda pastoral.

Em parceria com a paróquia e outras entidades, a CPT desenvolveu um trabalho de pesquisa, informação, formação e mobilização sobre os processos da mineração que chegava. A estratégia principal consistia na regularização da terra, como base para afirmar direitos e com isso dificultar a entrada das mineradoras e/ou exigir máximas compensações socioambientais. Desde Sobradinho, aprendeu-se que quanto maior a resistência, maior o poder de negociação, se e quando for o caso.

Grande parte das comunidades afetadas constitui-se de “fundos e fechos de pasto”: uma forma tradicional remanescente do desmembramento das Sesmarias, entre os séculos XVIII e XIX, restante hoje quase só na Bahia, de uso comum das áreas de Caatinga (e também no Cerrado), cercando-se a plantação para que no seu entorno os rebanhos de caprinos e ovinos (fundos) e de gado (fechos) possam pastar juntos, os animais com as marcas de seus donos. Contempladas na Constituição Estadual desde 1989, estas comunidades têm direito a receber do Estado a regularização dos seus territórios e das áreas de posse e uso familiar. Regulamentado o artigo em outubro de 2013, as comunidades têm até final de 2018 para se auto-identificar e requerer a regularização. Luta antiga, acabou tendo um importante revés nesta “conquista”. Antes, diante dos conflitos, muitos violentos, que custaram mortes de camponeses em alguns locais, o Estado concedia o “título de propriedade” em nome de uma associação comunitária. Agora, passou a ser “concessão real de uso”, pela qual a propriedade permanece em mãos

⁴¹ Citações bíblicas cf. trad. de João Ferreira de Almeida, versão atualizada.

do Estado, na certa para destinar estas áreas a empreendimentos privados como os de energia, de agronegócio e de mineração.

Marina Rocha, coordenadora da CPT diocesana de Juazeiro, em entrevista para este artigo, conta que:

“numa reunião, uma antiga moradora, animadora de comunidade, falou que há mais de 20 anos os agentes da CPT já alertavam sobre a entrada de empresas, mas como sua comunidade não tinha conhecimento concreto sobre os impactos causados por uma mineradora e com a promessa enganosa da Galvani, de que todas as pessoas que vendessem suas terras seriam empregadas, muita gente vendeu sua área, até por 100 reais”.

Hoje, nesta comunidade (Angico dos Dias), continua Marina:

“as pessoas estão mais sensibilizadas e passam a denunciar os impactos e a lutar por seus direitos, destacando como importante a defesa dos territórios. Os impactos percebidos são principalmente na saúde das pessoas, por causa do pó tóxico do fosfato, que causa doenças e suspeitas de mortes⁴², falta de água e perda de animais. No momento, oito comunidades no entorno da mina lutam contra a ameaça de grilagem de uma área de 44.800 hectares por parte de um ex-funcionário da Galvani, provavelmente para expansão da mina ou outros projetos, como carvoarias e monoculturas. A assessoria jurídica da CPT atua no processo em defesa das comunidades. Existe também um grupo articulado que luta por direitos negados pela empresa na mitigação dos impactos”.

Ao trabalho de base realizado junto às comunidades atingidas, somam-se atividades mais amplas como as assembleias dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e da paróquia em geral e as reuniões trimestrais do Fórum de Entidades (congrega as entidades da sociedade civil que atuam no município), onde o assunto mineração tem sido dos mais tratados e sobre ele medidas são planejadas. Segundo informações de Marina Rocha, surgiu daí a proposta de uma representação ao Ministério Público, respaldada por um abaixo-assinado, a qual resultou em duas Audiências Públicas com presença dos poderes Executivo e Legislativo locais. Uma específica para discutir a questão de Angico dos Dias e outra sobre os impactos da mineração.

Foram realizadas também duas sessões especiais na Câmara Municipal para discutir o Projeto de Lei (PL) que se transformou na Lei Municipal nº 292, de 26 de dezembro de 2012, sobre medidas de prevenção ambiental no município e que torna a região do Tuiuiú patrimônio natural e cultural do município. Em função desta proposta, realizou-se discussão nos diversos grupos, comunidades e escolas, da sede e do interior do município, concluindo com uma assembleia de representantes para colher sugestões ao PL. A CPT animou este processo, inclusive prestando assessoria jurídica.

Esta lei e também a nova lei dos fundos e fechos de pasto têm sido objeto de debate nos Cursos de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que acontecem com 800 famílias beneficiadas pela construção de cisternas de placa para aproveitamento das águas de chuva no telhado das casas para uso doméstico e em outras formas para uso na produção

⁴² Em 2011, com ajuda de um missionário espanhol da CPT, especialista em saúde, Jose Manuel, fez se uma pesquisa local sobre estes impactos. Resultou que o número de casos de doenças respiratórias e cardíacas era acima da média, mas não se tinha como estabelecer vínculos diretos com a atividade da mineradora.

agropecuária. Em conjunto com outros parceiros⁴³, a CPT realizou, com representantes de comunidades atingidas por mineração, dois encontros estaduais, dois diocesanos e três da região Centro-Norte do estado (soma também as áreas de atuação das CPTs diocesanas de Senhor do Bonfim e Ruy Barbosa). De CAL foram enviados participantes para o encontro que reuniu, em Ouro Preto – MG, em 2011, os atingidos de mineração em toda a Bacia do Rio São Francisco.⁴⁴

Pergunto à Marina Rocha que motivações ela tem para se dedicar aos atingidos pela mineração. Ela responde:

“os projetos de mineração têm destruído a vida das pessoas, o modo de ser e viver das comunidades, tem provocado morte de pessoas e do ambiente e destruído as fontes de água. Tudo em favor do lucro – algo que clama ao Deus da vida”.

Concluindo: Benção ou maldição?

Com a expansão da mineração mundo afora, torna-se mais conhecida a ideia trágica da “maldição dos recursos naturais”. Por ela, um país rico nestes recursos mais se deteriora do que se beneficia ao explorá-los.

“Maldição da abundância” é como Boaventura de Souza Santos a chama. E aponta seus riscos:

- *“crescimento do PIB em vez de desenvolvimento social;*
- *corrupção generalizada da classe política que, para defender os seus interesses privados, se torna crescentemente autoritária para se poder manter no poder, agora visto como fonte de acumulação primitiva de capital;*
- *aumento em vez de redução da pobreza; polarização crescente entre uma pequena minoria super-rica e uma imensa maioria de indigentes;*
- *destruição ambiental e sacrifícios incontáveis às populações onde se encontram os recursos em nome de um “progresso” que estas nunca conhecerão;*
- *criação de uma cultura consumista que é praticada apenas por uma pequena minoria urbana, mas imposta como ideologia a toda a sociedade;*
- *supressão do pensamento e das práticas dissidentes da sociedade civil sob o pretexto de serem obstáculos ao desenvolvimento e profetas da desgraça.*

Em suma, os riscos são que, no final do ciclo da orgia dos recursos, o país esteja mais pobre econômica, social, política e culturalmente do que no seu início. Nisto consiste a maldição da abundância”⁴⁵.

Está a nos parecer que o expansionismo minerário atual, nos territórios habitados pelos pobres, em nossos países, segue a linha da maldição... Não precisa ser assim, pois “a maldição dos recursos naturais não é destino, é escolha”, diz o Nobel de Economia

⁴³ Foram parceiros nestas atividades: Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais na Bahia (AATR-BA), Movimento pelas Serras e Águas de Minas (MOVSAM) e CEPASP - Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular do Pará.

⁴⁴ Cartas-finais destes encontros estão disponíveis na internet:

<http://www.cptnacional.org.br/index.php/noticias/rio-sao-francisco/592-carta-final-do-encontro-dos-atingidos-e-atingidas-pela-mineracao-na-bacia-hidrografica-do-rio-sao-francisco> e

<http://www.cptnacional.org.br/index.php/noticias/acoes-dos-movimentos/1748-carta-do-ii-encontro-dos-atingidos-e-atingidas-pela-mineracao-bahia>

⁴⁵ Santos, Boaventura Sousa. Moçambique: a maldição da abundância? In: *Carta Maior*, 23/07/12. Em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Mocambique-a-maldicao-da-abundancia-/26864>

Joseph Stiglitz, como a repetir Deuteronômio 30,19: “*pus diante de ti a vida e a morte, a bênção e a maldição; escolhe, pois, a vida, para que vivas, tu e a tua descendência*”.

É certo que precisamos de produtos minerários, siderúrgicos, mas não será algo ilimitado e sem controle. É certo também que a destruição é para sempre. Então, quais limites e controles? Quem decide sobre eles? Escolher a bênção seria escapar da lógica impositiva neoliberal focada exclusivamente no crescimento econômico irrestrito e sem limites, para tomar os bens da Criação (solo, subsolo, água, ar) como “*base de sustentação para a longevidade da vida humana*”⁴⁶, em que tanto comunidades das regiões produtoras como as consumidoras sejam mais importantes do que o lucro fácil, exorbitante e a qualquer custo, algo que se esgota em si, idolatria. Em última análise e propósito, efetivação do Reino que “*não é deste mundo*” (João 18,36), mas já “*está dentro de vós*” (Lucas 17,21). E não é idólatra, por seguir o amor fiel e rejeitar trocá-lo pelo que pode comprar, de exterioridade individualista e consumista, o metal tornado vil (cf. Êxodo 32,1-8: o bezerro de ouro em lugar do Senhor que os libertou do Egito...).

Em relato sobre a I Romaria em Defesa da Vida, assim a descrevi:

*“O final da Romaria se deu numa área que já foi objeto de grilagem, há quase 30 anos, e esbarrou na resistência vitoriosa dos moradores, muitos ali presentes. Numa clareira aberta em ligeiro declive, celebrou-se a missa, seguida de depoimentos, poesias e uma dança ecológica executada por adolescentes. As pessoas se aglomeravam sob fiapos de sombras das árvores desfolhadas ou compartilhavam acolhedores guarda-sóis e sombrinhas. Faixas e cartazes com dizeres em defesa da natureza, da terra e do povo, canções religiosas em defesa da vida. Ao fundo, soberano, o belo Tuiuiu se impunha sobre a sequidão. (...) Parece não haver outra esperança que não sejam o espírito solidário e a mobilização popular, como fizeram os romeiros de Campo Alegre de Lourdes.”*⁴⁷

⁴⁶ Ludolf, Rafaela Oliveira. *O mapa da mina: o tesouro e a sociedade*. Salvador, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano / Unifacs, 2011. Dissertação de Mestrado, p. 63. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/93977097/o-mapa-da-mina-o-impacto-social-da-mineracao>. Acessado em 10/09/2013.

⁴⁷ Siqueira, Ruben. Vale menos o minério do que a vida. Op. Cit.

(4) A peleja da vida contra o urânio

Thiago Valentim⁴⁸

Introdução

Quando a área da mina foi adquirida pelo governo, vários técnicos começaram a fazer pesquisas no local. Cada equipe fazia marcações nas pedras analisadas, furos. Meu avô, Assis Gomes, que trabalhava na Fazenda antes dela ser comprada, com medo daquelas pesquisas, depois que os pesquisadores saíam, virava as pedras para baixo no local das marcações. Quando vinha uma nova equipe de pesquisadores, o mato já tinha crescido e não conseguiam encontrar as pedras que estavam no mapa, pois as marcações estavam para baixo (Edivan Gomes, neto do Sr. Assis Gomes, Lagoa do Mato/Itaitira)

Com este relato de resistência do Sr. Assis Gomes, agricultor, inicio o texto sobre a Mineração de Urânio e Fosfato de Itaitaia, Município de Santa Quitéria, Ceará.

No ano de 1993 chegou à Madalena, pequena cidade do Sertão Central do Ceará, padre Ricardo Lee Cornwall, norteamericano de nascimento, vindo do Estado Amazonas, onde atuava como missionário junto a comunidades ribeirinhas e povos indígenas. Padre Ricardo se caracteriza por forte senso pesquisador, curioso por descobrir as causas de situações problemáticas por onde passa. Chegando em Madalena, para assumir a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, pertencente à Diocese de Quixadá, chamou-lhe logo à atenção o número de pessoas que morriam de câncer, os mais diversos, naquele município, que é também meu município de origem. Intrigado com tal situação, quis pesquisar as causas de tantos casos de câncer.

Foi então que descobriu um teste nuclear clandestino, realizado pelo governo dos Estados Unidos, sobre os céus de Madalena em 1957, donde se explica, segundo ele, pelo nível de radiação deixado na região, o elevado número de câncer e outras anomalias em pessoas, animais e plantas. Pe. Ricardo deixou aquela paróquia no ano de 2012, indo residir no município de Quixadá, na mesma diocese, mas continuou sua pesquisa, inclusive sistematizando-a num livro intitulado *Amargor: o teste nuclear atmosférico clandestino sobre o Sertão Central, 06 de agosto de 1957*, lançado em 2013. Neste livro, estão registrados os nomes de 773 pessoas que morreram de câncer entre 1958 e 2013.

Não vou me deter na pesquisa de Pe. Ricardo por não ser o foco deste artigo, mas recomendo a leitura do livro⁴⁹. Contudo, foi através de sua pesquisa sobre o teste nuclear e a radioatividade que chegamos a descobrir a existência do projeto nacional de mineração de urânio e fosfato, no município de Santa Quitéria/CE, conhecido como Mina de Itaitaia,

⁴⁸ Thiago Valentim é natural de Madalena/CE, graduado em Filosofia e Teologia pela Faculdade Católica Rainha do Sertão, em Quixadá/CE e especialista em Assessoria Bíblica pela Escola Superior de Teologia, Faculdades EST, em São Leopoldo/RS. Membro da Associação Brasileira de Pesquisa Bíblica (ABIB) e da Associação de Missionários e Missionárias do Nordeste (AMINE). Participa da Rede Glocal de Leitura Popular/Contextual da Bíblia pelo Centro de Estudos Bíblicos (CEBI), do qual faz parte. Agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Ceará, onde atua como membro da coordenação executiva regional. Faz parte da Articulação Antinuclear do Ceará (AAN), representando a CPT, atuando junto às comunidades atingidas pelo projeto de mineração de urânio e fosfato de Itaitaia, Santa Quitéria/CE. Pertence à União dos Irmãos e Irmãs de Jesus, uma fraternidade de pessoas que buscam viver a espiritualidade de Charles de Foucauld. Atualmente reside no município de Tabuleiro do Norte, no Baixo Jaguaribe.

⁴⁹ CORWALL, Ricardo Lee. *Amargor: o teste nuclear atmosférico clandestino sobre o Sertão Central, 06 de agosto de 1957*. Fortaleza: Tipografia Íris, 2013.

das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), que deverá realizar a lavra e o beneficiamento destes minérios.

1. O projeto de mineração

Segundo EIA/Rima, são objetivos do projeto: a produção de alimentos, através do aumento de “fertilizantes à base de fosfatos, atualmente em grande parte importados” e “por meio do Plano Nacional de Energia PNE 2030, que prevê a implantação de 4 a 8 mil megawatts elétricos de origem nuclear... aumentar a quantidade de urânio para a operação das usinas de Angra 1, 2, e 3”⁵⁰. Na mesma página dos objetivos acima, o documento afirma que “uma das opções de energia limpa é a energia gerada em usinas nucleares”. Esta afirmação é contraditória, pois nega todos os impactos que o ciclo do nuclear causa sobre as pessoas e o meio ambiente em geral, desde a extração do urânio, passando por seu beneficiamento e enriquecimento, até a utilização em usinas nucleares e a utilização do urânio para armamentos nucleares.

Sendo o urânio um minério radioativo, começamos a pesquisar sobre o projeto e os impactos da mineração desse tipo sobre o meio ambiente e a vida das populações do entorno da mina. Fomos visitar as comunidades que estão no entorno, a fim de tomarmos conhecimento do que as pessoas sabiam sobre esse projeto.

*São aproximadamente seis mil famílias, distribuídas em 27 comunidades no município de Santa Quitéria e 15 no município de Itatira, que ficam a uma distância média de 20km da Mina de Itataia; a estas, chamamos de comunidades diretamente impactadas.*⁵¹

Em 2010 soubemos de duas audiências que seriam realizadas, com representantes das empresas, das comunidades do município de Santa Quitéria, dos órgãos ambientais federal e estadual, da Cáritas Diocesana de Sobral e outras entidades. A primeira aconteceu na localidade de Riacho das Pedras e a segunda na sede do município, nos meses de maio e junho daquele ano, respectivamente. Fomos, Pe. Ricardo e eu, participar das duas audiências e assumimos uma posição de enfrentamento ao projeto. O Ministério Público Federal (MPF) em 2009 anulou o primeiro processo de licenciamento, cujas licenças foram expedidas pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE).

A SEMACE não tinha competência para tanto, pois todo empreendimento que manuseie material radioativo deve ser licenciado pelo órgão federal de meio ambiente, o IBAMA. A INB alegava que o urânio seria um subproduto e teria um licenciamento específico junto à Comissão Nacional de energia Nuclear (CNEN) e a SEMACE teria licenciado somente o projeto de extração do fosfato. Mas entendendo que a extração e beneficiamento dos minérios aconteceriam na mesma área, e que o urânio não era simplesmente um subproduto, o Ministério Público Federal entrou com um processo que culminou com a anulação do licenciamento. Inclusive a SEMACE já havia concedido a licença de instalação antes da conclusão dos estudos prévios.

A partir de então, a INB solicitou ao IBAMA a Licença Prévia (LP) para um novo processo de licenciamento. O IBAMA apresentou o Termo de Referência para a orientação dos estudos ambientais. Foi a partir daí que assumimos abertamente o enfrentamento à mineração de urânio e fosfato de Itataia, pois já vínhamos há anos discutindo os efeitos da radioatividade em Madalena e passamos a conhecer os impactos

⁵⁰ Cf. EIA/Rima do Projeto Santa Quitéria, p. 5. Disponível em: http://www.inb.gov.br/pt-br/WebForms/interna2.aspx?secao_id=171, acessado em 13/08/2014, às 09:45min.

⁵¹ CÁRITAS DIOCESANA DE SOBRAL. *No Ceará, a peleja da vida contra o urânio*, p. 2.

sobre o meio ambiente e sobre a saúde das pessoas no tocante à mineração de urânio em Caetité/BA, também de propriedade da INB. Decidimos mobilizar as comunidades para o enfrentamento, iniciando por um processo de formação e informação sobre o empreendimento.

O município de Santa Quitéria está localizado na região Norte do Estado, distante a 222km da capital cearense, Fortaleza. Segundo dados do IBGE 2012, possui uma população de cerca de 42.000 mil habitantes. Neste município situa-se a mina de urânio de fosfato de Itataia, a cerca de 57,7 Km da sede de Santa Quitéria. Fica ainda 25,4 km de distância da sede do município de Itatira e 11,3km do Distrito de Lagoa do Mato, Itatira. O projeto de mineração é conhecido como Projeto Santa Quitéria, do Consórcio INB e Galvani.

As pesquisas para fins de mineração na região tiveram início em 1976, período em que a então Fazenda Itataia foi adquirida pela Nuclebrás, a empresa estatal responsável pelo setor nuclear do Brasil. Em 1988 a Nuclebrás foi sucedida pela atual “Indústrias Nucleares do Brasil” (INB). Desde então, realizou-se uma série de pesquisas, por diversas empresas diferentes. Não raro, técnicos estavam na área da mina, inclusive invadindo pequenas propriedades ao redor, sem a permissão dos moradores, coletando amostras de água, de solo, de plantas, de leite, de pequenos animais, dentre outros corpos, para fins de pesquisa.

Segundo informações contidas no site da INB,

O Brasil possui uma das maiores reservas mundiais de urânio, o que permite o suprimento das necessidades domésticas a longo prazo e a disponibilização do excedente para o mercado externo. O País registra a sétima maior reserva geológica de urânio do mundo. Com cerca de 309.000t de U3O8 nos Estados da Bahia, Ceará, Paraná e Minas Gerais, entre outras ocorrências⁵².

Atualmente, o consórcio INB (responsável pela mineração do urânio) e Galvani (responsável pela mineração do fosfato) concluiu a primeira fase de um segundo licenciamento ambiental, conforme explicado acima⁵³. Em reuniões na região, os representantes da INB afirmaram que serão marcadas duas audiências, uma na região da mina e outra em Fortaleza para apresentar o EIA/Rima. No entanto, sabemos que essas audiências não possuem força nenhuma, pois qualquer contestação ao estudo não será considerada pelo IBAMA e Consórcio, por experiências anteriores. Porém, um grupo de pesquisadores, agentes de pastoral, militantes de movimentos sociais e lideranças comunitárias estão participando do que chamamos de Painel Acadêmico – Popular, um estudo do EIA/Rima por áreas (saúde, meio ambiente, social, técnico e jurídico), a fim de encontrar elementos que possam subsidiar as contraposições ao projeto. O EIA/Rima está disponível para consulta no site da INB⁵⁴.

Algumas informações para entender o projeto são importantes. Sobre o empreendimento, declara o RIMA:

Trata-se de um Complexo Mínero Industrial, ou seja, um projeto que faz tanto a exploração quanto o beneficiamento do minério, que nesse caso é o fosfato

⁵² http://www.inb.gov.br/pt-br/WebForms/interna.aspx?secao_id=48

⁵³ O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) sobre a mina de Itataia foram feitos pela empresa Arcadis Logos, contratada pelo Consórcio Santa Quitéria, e entregues ao IBAMA, que deve se manifestar sobre a aprovação ou não do estudo.

⁵⁴ http://www.inb.gov.br/pt-br/WebForms/interna2.aspx?secao_id=171

associado ao urânio, chamado colofanito. Este minério é encontrado na jazida de Santa Quitéria e deve ser explorado por cerca de 20 anos (tempo de vida útil do empreendimento).

O empreendimento será constituído por uma mina, duas unidades industriais (Unidade de Fosfato e Unidade de Urânio), uma pilha de estéril e outra de fosfogesso (um subproduto da indústria do fertilizante), uma barragem de rejeitos, além de estruturas de apoio.

O minério fosfatado será extraído e beneficiado, obtendo-se o ácido fosfórico, usado na produção de fertilizantes e ração animal. Como este ácido contém radioatividade, será também instalada uma unidade de purificação para remoção dos elementos radioativos e produção de concentrado de urânio.

O objetivo é que o empreendimento produza anualmente 1.050.000 toneladas de derivados fosfatados, que são fertilizantes e produtos para alimentação animal, e 1.600 toneladas de urânio (grifo nosso).

De modo geral, este Complexo contribuirá para o aumento da oferta de insumos para a agricultura e criação animal, fortalecendo o agronegócio na região nordeste do Brasil. Aumentará também os insumos para geração de energia nuclear, ajudando na diversificação da oferta de energia brasileira e na diminuição da dependência de outros países⁵⁵.

A pergunta que nos fazíamos era: como enfrentar um projeto tão grande, um consórcio do poder público com a iniciativa privada? Estava posto o desafio, já que as comunidades não tinham muitas informações sobre o projeto e teríamos que atuar no princípio da antecipação de riscos. Como acreditar em impactos que ainda não estão acontecendo, quando o discurso hegemônico era de que a mineração traria emprego, renda e desenvolvimento para a região?

2. A mobilização

Então, demos início a um processo de aglutinação de forças. Começamos a identificar os grupos (pastorais, movimentos, ONGs, universidades) interessados no tema ou que já tivessem feito algum trabalho sobre o assunto na região. Em fevereiro de 2011, numa reunião na sede da ONG Cactus, em Santa Quitéria, estiveram presentes representantes da CPT, Cáritas Diocesana de Sobral, Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) e Núcleo Tramas (Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para Sustentabilidade / Universidade Federal do Ceará). Com estas entidades foi criada a Articulação Antinuclear do Ceará (AAN/CE), existente até hoje,

com a idéia de contribuir e proporcionar o debate sobre os impactos socioambientais da Mina de Itaitaia e, ao mesmo tempo, criar alternativas de enfrentamento e construir caminhos concretos capazes de empoderar as famílias das comunidades atingidas diretamente.⁵⁶

Diante desse cenário, a primeira atividade da Articulação Antinuclear foi realizar um seminário envolvendo as entidades interessadas e representantes de todas as comunidades do entorno, que aconteceu nos dias 1 a 3 de maio de 2011, no Salão Paroquial da Paróquia Menino Deus, em Itaitira, com representações das entidades que compõem a Articulação, de comunidades dos municípios de Madalena, Santa Quitéria e Itaitira, representantes políticos destes municípios, da CPT de Caetité/BA, dentre outros.

⁵⁵ Cf. EIA/RIMA do Projeto Santa Quitéria, p. 6. Disponível em: http://www.inb.gov.br/pt-br/WebForms/interna2.aspx?secao_id=171, acessado em 13/08/2014.

⁵⁶ Ibid, p. 3.

Além de um amplo debate a partir das informações que tínhamos à época, fruto desse seminário foi uma plataforma de intenções, com objetivos, metas, atividades, resultados a serem alcançados pela Articulação em conjunto com as comunidades. Foi então que a Articulação se entendeu como um grupo de serviço às comunidades, com o objetivo principal de fortalecer o protagonismo dos atingidos e atingidas na luta contra a mineração de urânio e fosfato.

Várias atividades já foram realizadas, como: visitas domiciliares, seminários (em comunidades, sedes dos municípios, Fortaleza), rodas de conversa, visitas às escolas, intercâmbios (entre as comunidades do entorno e destas com Caetité/BA), cartografia social, Jornada Antinuclear, monografias e teses, participação em programas radiofônicos, participação em sessões de câmaras municipais, conversas com representantes políticos, elaboração de material didático (documentário e cartilha) e movimentações de rua.

Identificamos um avanço considerável nestes anos de atuação da Articulação junto às comunidades. Aumentou o nível de consciência das pessoas em relação aos impactos de tal mineração. O projeto já é questionado por várias pessoas e muitas já se posicionam decididamente contra ele. Nas redes sociais, os jovens principalmente já manifestam sua preocupação com os impactos do empreendimento. Nas escolas, equipes participam das Feiras de Ciências apresentando trabalhos que desmitificam o mito da geração de emprego e renda pra região e apontando os problemas que poderão chegar com o projeto. Assentamentos da região já impediram os técnicos de entrarem nos quintais das casas para coletar amostras. Representações foram entregues ao Ministério Público Federal solicitando que exija das empresas transparência e divulgação dos resultados das pesquisas feitas até então.

Várias discussões foram feitas para entender quais seriam os impactos sobre a saúde humana, o solo, à água, o ar, à produção e sobre o modo de vida das populações do entorno. Os intercâmbios com Caetité/BA foram fundamentais no processo. Escutando pessoas atingidas, comprovando *in loco* a situação das famílias, lideranças de Itatira e Santa Quitéria assumiram a luta com mais consciência, com informações mais precisas. A divulgação de estudos feitos em Caetité que comprovam as consequências nefastas da mineração, a denúncia dos acidentes ocorridos nas instalações da INB naquele município baiano, o conhecimento da lista suja da INB, a maneira irresponsável como trata parte de seus trabalhadores, principalmente os terceirizados, foram elementos que subsidiaram o processo de conscientização das comunidades em relação a esta mineração.

Contudo, temos nos esforçado para não restringir o debate em torno do posicionamento contrário ao empreendimento, mas também de reafirmar a necessidade de fortalecer um projeto alternativo a partir da vivência das comunidades e das potencialidades do local, ou seja, da convivência com o semiárido, da sustentabilidade ambiental e social, dos saberes do povo do lugar.

As famílias produzem seu próprio alimento a partir dos frutos da terra. O bolo, a tapioca, o cuzcuz, o mungunzá, a buchada e a panelada, entre tantos outros; constroem e fortalecem a relação com a terra e o princípio camponês de independência, quebrando a ideia de que, para comer, é necessário comprar. O/a camponês/a planta e faz a vida seguir em frente com seus costumes e modos de ser e viver feliz.⁵⁷

⁵⁷ CÁRITAS DIOCESANA DE SOBRAL. *No Ceará, a peleja da vida contra o urânio*, 2013, p. 27.

Sabemos que tal modo de vida está ameaçado por esta mineração. Embora as empresas afirmem que nenhuma família será removida do local, os impactos desta mineração tornarão inviável a permanência sadia e digna das famílias na região. Elas se sentirão forçadas a deixar a terra onde nasceram e cresceram, onde criam seus filhos e produzem seus alimentos. Outras, verão a terra conquistada com muita luta sendo degradada, poluída, contaminada com poeira e rejeitos radioativos. Camponeses e camponesas que residem nessa região estão aprendendo como conviver melhor com o clima semiárido, o bioma caatinga; a implementar pequenas tecnologias sociais de produção, mas grandes nos resultados; a reflorestar o espaço e cuidar melhor dos bens naturais; a identificar os animais e plantas adequados para o criatório e a plantação, gerando renda, sustentabilidade ambiental e social, soberania e protagonismo. Há muito ainda para avançar, mas não podemos deixar que uma mineração acabe com essas conquistas.

Vários grupos se juntaram à nossa luta. Porém, umas das dificuldades que tivemos, principalmente como CPT, foi conseguir envolver os representantes da Igreja Católica nos processos na região. Também não conseguimos envolver as lideranças das Igrejas evangélicas. Se considerarmos a Igreja no sentido radical do termo, a assembleia de pessoas, podemos afirmar que há uma participação positiva, pois agentes de pastoral, animadores e animadoras de comunidades, catequistas e alguns religiosos participam ativamente dos processos, entendendo essa participação como parte do compromisso cristão de defesa e promoção da vida dos seres humanos e da natureza.

Contudo, no que concerne às lideranças da instituição (padres, pastores, bispos), a participação e o apoio tem sido mínimos, por vezes até inexistentes. A área onde está situada a Mina de Itaia está no território de duas dioceses, Quixadá e Sobral. A não participação ou compromisso com as pessoas diante do conflito deve-se ao fato de uma Igreja voltada para o culto e os sacramentos, descomprometida com os problemas locais. A não ser quando estes assumem caráter de emergência, como numa seca, mas mesmo assim a atuação se dá de forma assistencialista. Um dos grandes desafios é motivar as lideranças das Igrejas a perceberem que este projeto não trará benefícios para as populações e, por outro lado, ajudar a construir alternativas possíveis. A prática pastoral precisa ter como critério central a defesa da vida. Tudo aquilo que ameaça a vida em todas as suas dimensões precisa ser denunciado, combatido. Insistimos neste ponto porque sabemos que as Igrejas possuem uma influência considerável nas atitudes das pessoas.

Para colaborar no trabalho com as comunidades, em 2013 Pe. Ricardo escreveu o *Catecismo de “Santa Quitéria”*, um texto constituído de perguntas e respostas, com o objetivo de esclarecer a população sobre o nuclearismo, a radioatividade, a mineração de Itaia e seus impactos. O *Catecismo de Santa Quitéria* pode ser encontrado no livro de Pe. Ricardo, citado acima.

Concluindo

Sabemos do desafio que está posto. A cada dia as empresas tentam convencer mais pessoas da viabilidade e de uma tal sustentabilidade do projeto. Os acordos entre o Consórcio e os representantes políticos são feitos sem muita transparência e o direito de participação no processo das populações do entorno está sendo negado desde o início. A INB já levou várias lideranças locais (prefeitos, vereadores, secretários municipais, diretores de sindicatos, dentre outros) para conhecer suas instalações em Caetitê, omitindo, é óbvio, qualquer elemento que possa servir de contestação ao projeto.

O empreendimento está orçado inicialmente em R\$ 850 milhões por parte do Governo do Estado, que está responsável por garantir toda a infraestrutura básica

necessária, como rede elétrica, adutoras, asfaltamento e ampliação de estradas. Direitos que as populações do entorno nunca tiveram garantidos, serão concedidos ao empreendimento.

Por todos os acidentes nucleares no mundo, pelos impactos já conhecidos das minerações anteriores de urânio, pelo pequeno percentual de energia nuclear produzida no Brasil e por não considerarmos uma energia limpa, dentre outros fatores, é que reafirmamos nosso posicionamento contrário à mineração de urânio e fosfato de Itaitaia.

Referências Bibliográficas

CÁRITAS DIOCESANA DE SOBRAL. *No Ceará, a peleja da vida contra o urânio*, 2013.

CORWALL, Ricardo Lee. *Amargor: o teste nuclear atmosférico clandestino sobre o Sertão Central, 06 de agosto de 1957*. Fortaleza: Tipografia Íris, 2013.

EIA/Rima do Projeto Santa Quitéria. Disponível em: http://www.inb.gov.br/pt-br/WebForms/interna2.aspx?secao_id=171

Site das Indústrias Nucleares do Brasil: www.inb.gov.br

(5) O trem passa, a sujeira fica. Tampa o trem!

Uma conversa com o acampamento Irmã Dorothy

Guilherme Gonzaga⁵⁸ - Nancy Cardoso⁵⁹

Introdução



*Um lugar o que é? é o território... mas é mais!
são as coordenadas geográficas... mas é mais!
um endereço e sua história
é o povo do lugar e o lugar do povo
um modo de ocupar o espaço
de organizar a vida na relação com o mundo
pedra, água, mata e chão
e os bichos, o vento e o trabalho que dá
criar a vida da vida mesma*

⁵⁸ Militante e educador do MST, doutor em educação pela UFF, orientador pedagógico na escola pública em Barra Mansa, RJ.

⁵⁹ Agente da Comissão Pastoral da Terra, assessora de formação, pastora metodista.

semente, comunidade, bicho, fruta e pão.

Eis aqui um lugar: acampamento Irmã Dorothy

Quatis, Rio de Janeiro.

Nove anos de ocupação e muita luta

de resistir a aprender o lugar,

de se organizar e insistir por nove anos... quase dez.

Nos reunimos no barracão para conversar e a cada 15 minutos ou meia hora um trem enorme, cheio de minério e barulhento cortava o ar bem acima de nossas cabeças. A ferrovia do aço atravessa toda a região, deixando marcas nas pessoas e no lugar⁶⁰.

A Ferrovia do Aço é fruto do "Milagre Econômico" do período da ditadura militar. A Ferrovia tem mais de 100 túneis, sendo que um deles é conhecido como Tunelão; considerado o maior túnel ferroviário, com 8,6 quilômetros de extensão. A proposta era de interligar as principais regiões produtoras de matéria prima para a siderurgia e as empresas do setor – Minas Gerais São Paulo e Rio de Janeiro - , respondendo também às demandas de exportação de minério e de mercadorias.

A construção demorou 14 anos, sendo inaugurada em 1989, e tomou quase 4 bilhões de dólares de recursos públicos... A linha férrea foi privatizada em 1997 e hoje faz parte da malha operada pela empresa MRS Logística.


Mesmo respondendo aos interesses do setor de mineração, siderurgia e exportação, hoje se sabe que a Ferrovia do Aço é mais um exemplo de desperdício de dinheiro público e mau planejamento, que deixou um rastro de obras inacabadas, impacto ambiental e social incalculável.

A Serra da Mantiqueira, seu relevo e suas matas, foram uma das principais dificuldades da construção da Ferrovia. Essas foram vencidas com resoluções da engenharia que desconsideravam os chamados de cuidado e preservação da Mata Atlântica, hoje reduzida a 5% de sua cobertura original.

A ferrovia se relaciona com o lugar com desprezo. Com indiferença e desprezo, o trem cheio de minério avança sem parar, trazendo de Minas Gerais o minério sem fim para siderúrgicas, portos e navios.

Olhando do alto, a ferrovia desconhece a comunidade. Cortou túneis e estirou enormes pontes, ferindo a Serra da Mantiqueira e suas matas. O trem passa deixando um rastro. Mas, o trem tem pressa de chegar com o minério no destino do progresso. Ali embaixo, o lugar é terra sem nada nem ninguém: é só um lugar de passar. Um corredor. Uma passagem. Um não lugar. A lógica da ferrovia, do trem e do minério desconhece o povo do lugar e seus seres.

Esta é a história de uma comunidade que não se conforma em ser corredor, passagem. O assentamento Irmã Dorothy desejou esta terra à sombra da Ferrovia do Aço

⁶⁰ Confira  vídeo do pontilhão da Ferrovia do Aço em Quatis >>
<https://www.youtube.com/watch?v=68AxJnEXxfU>

e por essa terra ocupou e resistiu. Agora, já com a imissão de posse, faz planos para o lugar... e pra isso precisa enfrentar o trem⁶¹.

1. “Nós brotamos da terra”

A Fazenda da Pedra, no município de Quatis, é uma síntese da história do latifúndio atrasado no Brasil. Passou pelo ciclo do café, depois pelo leite, mantendo uma tradição de degradação dos recursos naturais e dos trabalhadores. A mão de obra escrava, que cultivava a Fazenda no século XVIII, foi substituída por trabalhadores livres que nunca tiveram liberdade.

Essa degradação da natureza e dos trabalhadores criou situações limites que produzem condições objetivas e subjetivas, revoltados e revoltas. Foi nessas condições que se tornou possível a unidade da luta dos trabalhadores rurais, através do Sindicato Rural STR-BM, com os quilombolas do Quilombo de Santana e o Movimento Sem Terra. Daí resultou a ocupação da Fazenda da Pedra em outubro de 2005.

Os trabalhador@s acampad@s gostam de lembrar que a ocupação aconteceu em clima de tensão, que colocou de um lado: Sem Terra, sindicalistas e quilombolas, e de outro: Prefeitura, Polícia Militar, Fazendeiros etc. A PM e a Guarda Municipal realizaram um cerco no centro da pequena cidade de Quatis (exarcebação de poder do prefeito Alfredo de Oliveira – PT) (frase incompreensível), impedindo a primeira tentativa de ocupação no dia 12 de outubro. @s trabalhador@s se reorganizaram e ocuparam finalmente no dia 25. Quando indagados pela PM por onde tinham passado, posto que as vias de acesso à fazenda estavam todas cercadas, um trabalhador respondeu: “Nós brotamos da terra”.

A terra, avaliada pelo INCRA como improdutiva, começava a produzir esperança. Os primeiros dias foram de muita tensão, com o permanente risco de despejo, mas também de muita alegria e apostas em outro futuro possível. O compromisso com a preservação e recuperação do meio ambiente, com o resgate e a disputa da memória das lutas, levaram as famílias acampadas a batizarem o Acampamento com o nome de Irmã Dorothy.

Nesses nove anos a luta sempre foi árdua, as precárias condições de vida no acampamento, as disputas com as forças políticas locais tensas, o processo no poder judiciário sendo postergado. Finalmente em outubro de 2014 o INCRA emitiu a declaração de posse. A luta conquistou o território e o assentamento fincará raízes onde o trem apenas passa...

2. O lugar: a serra, o vale, a rodovia e o trem

As terras do Sul Fluminense são terras de passagem e entreposto, encontro da matéria com o trabalho. Entra o minério, sai o aço. Ou matéria + trabalho = mercadoria, exploração/erosão da natureza, degradação/erosão do trabalho, terra de trânsito. O trem, o caminhão e o ônibus levam daqui para ali as mercadorias e as matérias primas para serem produzidas e embarcadas e levadas até o porto e daí, para a exportação. (Exportar é o que importa, dizem).

⁶¹ Para informações técnicas sobre o impacto do transporte de minério e demais atividades confira: CID, Dissertação, in: [ftp://ftp.ifes.edu.br/cursos/Transportes/EduardoCid/SMS/DISSERTA%C7%D5ES%20FERROVIAS/DISserta%C7%C3O%20Mestrado%20ALESSANDRA%20PEREIRA%20-%20IME/Disserta%E7%E3o%20Mestrado%20Alessandra%20Pereira%20-%20Pdf/Parte2\[1\].pdf](ftp://ftp.ifes.edu.br/cursos/Transportes/EduardoCid/SMS/DISSERTA%C7%D5ES%20FERROVIAS/DISserta%C7%C3O%20Mestrado%20ALESSANDRA%20PEREIRA%20-%20IME/Disserta%E7%E3o%20Mestrado%20Alessandra%20Pereira%20-%20Pdf/Parte2[1].pdf) (acesso em 12/12/2014)

Com o fim do ciclo do café, esta região deixa de ser vista como área de investimento agrícola, ou de vitalidade da vida no campo. As antigas fazendas se abandonam à preguiça do turismo rural e os pobres vivem de uma agricultura de subsistência e de trato de pequenos animais. Existe algum investimento de proteção e preservação da Mantiqueira e de sua floresta, mas de modo subserviente à lógica industrial e de passagem quem marca a região.

Entre o Rio de Janeiro e São Paulo a região sul-fluminense é um corredor sem expressão, um entreposto, uma passagem, um não lugar. Neste sentido, a insistência e resistência das comunidades de sem-terras do MST e de Quilombolas que resistem na região são tão difíceis e necessárias. Estas comunidades são um enclave de viver o território desde um outro lugar, estabelecendo uma relação com a terra e na terra, que não se resume à passagem, ao trânsito rápido e à produção do lucro imediato. Estas comunidades querem ficar, permanecer. Fazer respirar o território sem a pressa de passar, que caracteriza a volúpia erosiva do capital.

A região é marcada pelos encontros provocados pela siderurgia, que faz encontrar junção do trabalho com o minério. A Siderurgia mantém na forma contemporânea a velha lógica da exploração ilimitada e irracional dos recursos naturais, transformando-os em mercadoria com a exploração ilimitada e irracional da força de trabalho (salários baixos, condições de saúde e segurança indignas, carga horária excessiva, pressão por produtividade). Perpetuando na história um padrão que vem desde o período colonial: a erosão ambiental, da força de trabalho e das condições de vida (leucopemia, efeitos de irradiação provocados pelos resíduos da siderurgia etc) daquel@s que sobrevivem de sua venda e habitam as regiões mais degradadas.

Nessas regiões, onde o capital deposita seus resíduos ambientais e humanos, formam-se possibilidades de resistências, de produção de outras formas de r-existir. No encontro dos resíduos, a criatividade se reinventa.

A região Sul Fluminense possui três terminais ferroviários privados que realizam o transbordo dos produtos - terminais privados – e estão localizados em:

- Floriano, município de Barra Mansa, com acesso ferroviário da MRS Logística;
- Município de Porto Real, com acesso ferroviário da MRS Logística;
- Ponte Alta, município de Volta Redonda, com acesso ferroviário da MRS Logística e Ferrovia Centro Atlântica.

Além desses terminais privados, existem os terminais das unidades produtoras. Na região Sul Fluminense, algumas empresas dispõem destes terminais, tais como a CSN, Votorantim Metais, Saint Gobain Canalização, Cimento Tupi etc.

O cenário retrata bem as opções desenvolvimentistas, degradadoras de recursos naturais e da força de trabalho, que vêm se mantendo na história do Brasil. A ocupação do MST em 2006 na região de Quatis (RJ) coloca a questão da terra em suas dimensões agrária, agrícola e ambiental, exigindo que a região seja entendida e vivida de outra maneira.

A presença do Acampamento Dorothy Stang na região do Vale do Paraíba é importante e vital para a reflexão e ação dos setores da sociedade que se juntam na luta por um modelo de sociedade que rompa com a lógica destrutiva do capitalismo, na busca de um desenvolvimento ecossocialista, baseado na agricultura orgânica dos camponeses e nas cooperativas agrárias, nos transportes coletivos, nas energias alternativas e na satisfação igualitária e democrática das necessidades sociais da grande maioria.

Neste busca e compromisso com a memória de Dorothy Stang, é muito importante aglutinar a luta pela terra na terra, com a luta ecológica e de defesa das maiorias pobres. Relembrar a vida, paixão e morte de irmã Dorothy cria o espaço da mística importante, reafirma a necessidade da resistência e da cumplicidade entre as lutas da cidade, da roça e da floresta. A conquista da terra em Quatis passa também pela discussão das questões da Serra e do Vale, o enfrentamento da lógica do capital expressa na Ferrovia e na Rodovia.

3. Os impactos do transporte de minério no *Dorothy Stang*

Com a emissão de posse (outubro de 2014), a comunidade do Acampamento Dorothy retoma suas conversas sobre o que plantar, como plantar, como viver na terra. Entre os muitos debates, a comunidade vai se encaminhando para a criação de animais e para a produção de hortaliças. Entretanto, surge um problema: se a comunidade optar por um modelo de produção agroecológica, o que será preciso fazer para resolver os impactos do pó de minério trazido pelo vento para as casas, as plantações e tudo que é vivo?

Então nos reunimos para isso, e a conversa foi assim:

Meu nome é Zezinho e aqui a gente tem um problema com o pó do minério sobre as vasilhas d'água. A gente pega as vasilhas pra colher as águas e se deixa destampado um pouco, cria uma crosta de ferro no fundo. Depois é difícil até de tirar aquele pó do fundo. E a segunda parte que eu quero falar é sobre a comida: se você fizer e deixar um pouco destampada, aquele pó de ferro vem e cobre por cima do arroz. Dá pra você ver aquele pó por cima o feijão. Claro que num dá pra ver, porque ele é preto, mas sente. E no angu você vê o pó de ferro na comida.

Meu nome é Célia. Aqui a gente está com um grande problema com esse trem que passa com a mineração porque está descoberto. O vento sopra e o pó vem tudo pra cima das plantas, da horta. A hortaliça fica toda manchada, toda pintada. Porque faz mal pras plantas deve fazer mal também pro nosso organismo, devido a este ferro e estanho que cai o tempo todo na horta, na plantação das hortaliças.

Meu nome é Iva e eu estou aqui para falar sobre o minério. Esse trem passa aqui com os vagões todos descobertos e eu trouxe aqui para mostrar um mamão todo pintadinho. É o minério que fica na pele das frutas e depois estraga as frutas. O mamão e o maracujá também ficam todos pintadinhos. Agora imagina a gente, como estamos tomando essa água cheia de pó de minério, comendo essa comida com minério, respirando minério... Eu tenho um pigarro que não acaba. Posso tomar o que eu quiser, ele não sai. Eu creio que meu pulmão tá todo tomado de minério.

Meu nome é Francisco Falcão. Tem oito anos que eu moro aqui nesse acampamento. Moro quase debaixo de uma ponte, que passa trem de 15 em 15 minutos e solta um pó que prejudica demais a saúde. Já houve caso aqui de câncer, de pneumonia e de outras doenças também causada ou piorada por este pó. Esse pó vem e faz uma cobertura nas plantas e nas matas. Prejudica os pássaros e as flores. Eu tenho criança que nasceu aqui e viveu nesse pó do minério. Eu vivo indo pro Posto de Saúde, para fazer revisão de problema de respiração. E os animais... Eu vejo ali na linha de trem: quati, raposa, cachorro do mato, boi, cavalo que é atropelado pelo trem, que passa com velocidade.

Meu nome é Célia. Tô morando aqui já há bastante tempo e quando o trem passa parece um terremoto! Parece que vai cair tudo, porque ele sacode os barracos, as vasilhas que estão na prateleira. À noite é mais visível, o trem passa e faz tremer tudo.

Meu nome é Zezinho e a gente tem um problema aqui com as pedras pretas da linha. Quando o trem passa, as pedras soltas caem de uma altura muito grande e vem com muita força. Se pegar numa pessoa ou numa criação é perigoso até matar.

Meu nome é Edmilson, conhecido como Quatis. Venho de uma cidade no Pernambuco chamada Petrolândia onde eu nasci nas margens do São Francisco. Nunca vi uma poluição como essa que eu to convivendo agora nessa cidade. Até a minha saúde está indo embora por causa desse minério que passa aqui descoberto. Eu peço que as autoridades tomem providência para a gente viver melhor e produzir na terra.

Quando as pessoas do assentamento Irmã Dorothy pensam o lugar, expressam a nítida compreensão dos impactos da passagem do trem de minério. Para eles e elas o trem “faz que não sabe” que existe gente, e animais e pessoas compartilhando o mesmo lugar. A indiferença do trem, e sua superioridade física e política, não diminuem a avaliação da comunidade. Ela tem consciência que seu projeto de produção agro-ecológica fica prejudicada pela soberania do trem no lugar.



Quando expressam seus comentários, as pessoas do Dorothy revelam a compreensão de que tudo que acontece com a terra... acontece com a gente! E quando dizem “terra” pensam grande e ampliado e querem dizer também das matas, da vegetação, da criação e dos animais da mata, das frutas e das plantas.

O pó de minério afeta o corpo pessoal com doenças, irritações e manchas... que também irritam e comprometem o corpo do mundo e a saúde do mamão e do maracujá. Este pensar sistêmico e integrado revela o profundo compromisso dessa comunidade do MST com uma mística de “todo o mundo habitado”.

O pó do minério afeta também o corpo social, porque cria dificuldades e inviabiliza planos de organização na terra. O trem de minério não passa tranquilo na linha, cumprindo suas tarefas! Ele compromete planos de trabalhar a terra, de “colher” a água e de viver saudável com a casa limpa, a roupa limpa... o organismo limpo.

Mesmo sem mencionar, o povo do Dorothy percebe as consequências do projeto desenvolvimentista, da lógica do progresso sem fim. Elabora não somente uma crítica mas também uma outra mística: a mística da convivência com a terra, na terra.

O amor e a compaixão pelo mamão e a criação não são superados pela soberania do projeto do trem. Diz a dona Iva: “*Olha esse mamão! Todo estragadinho! Era pra ser tão bonito, uma benção de Deus*”. Esta mística é vital para a consolidação de um projeto de soberania e autonomia na terra e da terra.

Esta mística reforça nos setores pastorais comprometidos com as lutas populares uma experiência de Deus também integradora, que aprende a descobrir a face de Deus no corpo do mundo – ah! o mamão - nas lutas sociais e no corpo da gente.

4. Uma proposta, a derrota e a resistência

As questões ambientais e os impactos na vida das comunidades não afetam somente a área rural do sul-fluminense. Todas as cidades cortadas pelo trem de minério convivem com os problemas, diariamente e de modo direto. Os trens passam dentro das cidades, bloqueiam qualquer organização urbanística, geram dificuldades no trânsito e problemas na limpeza e na saúde públicas.

Já houve uma tentativa de enfrentamento desta questão, mesmo que de modo parcial. A percepção geral do problema apontava para uma solução simples e eficiente, do ponto de vista da população afetada: tampar o trem!

Existem diversos tipos de vagões, fechados e abertos, que são classificados e usados de acordo com os interesses das empresas e o bem estar da carga. No caso do minério, é prática o uso do trem aberto.

Os impactos ambientais e sociais são bem conhecidos e em especial se pode destacar:

Na fase de operação, a qualidade do ar poderá ser impactada pela geração de particulado de minério no processo de estocagem em pilhas a céu aberto e pelos processos de movimentação deste minério (carregamento/descarga de navios e trens, bem como o transporte por sistemas de correias.

A queda ou perda de carga de minério de ferro transportado ao longo da ferrovia, ocasionada principalmente pela trepidação das composições, possibilita o acúmulo deste material sobre o solo. Este material particulado sofre arraste pelas chuvas, chegando aos rios e canais através da drenagem pluvial e/ou penetram diretamente no solo⁶².

Considerando a problemática da poluição de pó de minério em toda a região sul-fluminense, foi proposto um Projeto de Lei que tinha como objetivo acabar com a poluição causada pela dispersão de partículas de minérios transportados por trens de carga. A proposta da deputada Inês Pandeló (PT), autora do projeto de lei 3.179/06, tornaria obrigatória a cobertura dos vagões com lona.

“Os transportes ferroviários de carga cortam diversas cidades do estado transportando, principalmente, minério de ferro. Este transporte é feito sem nenhuma cobertura de seus vagões, causando grande poluição atmosférica e riscos à saúde da população, que fica exposta aos resíduos das cargas”⁶³.

PROJETO DE LEI Nº 2711/2014 (proposta)

EMENTA: DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE COBERTURA POR LONA DOS VAGÕES DE TRENS DE CARGA QUE TRAFEGUEM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOS TERMOS QUE MENCIONA.

Autor(es): Deputado INES PANDELÓ

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RESOLVE:

⁶² Ecologus Engenharia, Terminal de Granéis de Sólido TECAR 70 MTPA, CSN, Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, 2014, in: <http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mdi/~edisp/inea0022327.pdf>

⁶³ Inês Pandeló, entrevista, in: http://www.alerj.rj.gov.br/common/noticia_corpo.asp?num=30022

Art. 1º - Fica obrigada a cobertura de todos os vagões de trens de carga que trafegarem dentro da área geográfica pertencente ao Estado do Rio de Janeiro, que estejam transportando material poluente que possa ser espalhado com o vento.

Art. 2º - As empresas que descumprirem o disposto no artigo anterior pagarão multa de 50 UFIR-RJ por vagão irregular.

Parágrafo único: Havendo reincidência a multa será o dobro do valor da multa anterior.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.⁶⁴

Tal projeto foi apoiado pela Comissão de Meio Ambiente da ALERJ (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro) e encaminhado para a Comissão de Transporte. Essa não deu atenção devida ao debate e deixou morrer o projeto no final da legislatura de 2014!

Concluindo: a luta continua

A conversa no assentamento Irmã Dorothy recoloca a importância desta proposta e assume algumas *linhas de ação*:

- Articular as comunidades urbanas e rurais atingidas pelo pó de minério na construção de uma frente de ação que exija que o trem seja tampado! #tampaotrem

- Articular com setores comunitários, sindicais, eclesiais, estudantil e políticos para que seja uma luta de todos/as: #tampaotrem

- Buscar apoio no Ministério Público e nos setores ligados à questão ambiental e de saúde pública: #tampaotrem

- Retomar a proposta de lei na Assembleia Legislativa; ampliar e fortalecer o apoio para a proposta a partir da luta de base: #tampaotrem

⁶⁴ Inês Pandeló, Proposta de Projeto de Leis, 2014, in: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/2dc93e0802af5c1683256cee006c3d79/54038557fc809d4c83257c7400682ecd?OpenDocument> (acesso em 7/1/2015)

(6) Vida, Bíblia e Mineração

Sandro Gallazzi⁶⁵

Iahweh, teu Deus, vai conduzir-te a uma terra excelente, cheia de torrentes, de fontes e de águas profundas que brotam nos vales e nos montes; uma terra de trigo e de cevada, de vinhas, de figueiras, de romãzeiras, uma terra de óleo de oliva e de mel, uma terra onde não será racionado o pão que comeres, e onde nada faltará; terra cujas pedras são de ferro e de cujas montanhas extrairás o cobre. Comerás à saciedade, e bendirás Iahweh, teu Deus, pela boa terra que te deu (Dt 8,7-10).

Introdução

Começo minha contribuição com este texto, lindo e entusiasmante na sua simplicidade, como costumam ser todos os sonhos dos pequeninos e dos pobres: uma terra boa, rica de águas, terra que produz comida em abundância; terra rica em minérios, úteis para fabricar instrumentos de trabalho, para a vida da casa e até para a guerra.

Mineração é benção: faz parte da promessa e da terra prometida. Contanto que...

Esta pérola preciosa é emoldurada por uma palavra que nos desafia a rever conceitos, a reformar nossas pretensões e a avaliar as nossas escolhas, a nos converter. Este sonho só será possível, realizar-se-á somente se “*guardareis todos os mandamentos que hoje vos ordeno para cumpri-los; para que vivais e vos multipliqueis e entreis e possuais a terra que Iahweh jurou a vossos pais*” (Dt 8,1).

A concretização do sonho depende de como vivemos nossa realidade, uma realidade que deve ser marcada pela “obediência” aos mandamentos do SENHOR. Para isso é necessário “recordar”, trazer e manter sempre no coração os passos da caminhada que fizemos no deserto, quando nada deste sonho estava ao nosso alcance, duvidamos do amor presente de Deus, pensamos que ele estava nos castigando e aprendemos que a vida não dependia de ter tudo aquilo, mas de construir novas relações com Deus e entre nós:

Lembra-te de todo o caminho por onde o Senhor te conduziu durante esses quarenta anos no deserto, para humilhar-te e provar-te e para conhecer os sentimentos de teu coração e saber se observarias ou não os seus mandamentos. Humilhou-te com a fome; deu-te por sustento o maná que não conhecias nem tinham conhecido os teus pais, para ensinar-te que o homem não vive só de pão, mas de tudo o que sai da boca do Senhor. Tuas vestes não se gastaram sobre ti, e teu pé não se feriu durante estes quarenta anos. Reconhece, pois, em teu coração, que assim como um homem corrige seu filho, assim te corrige o Senhor, teu Deus (Dt 8,2-5).

Quarenta anos, maneira de a bíblia dizer: a vida toda. Quarenta: como os dias da caminhada de Elias, no deserto (1Rs 19,8); quarenta: como os dias e as noites que Jesus passou jejuando no deserto para, depois, ser tentado por Satanás (Mt 4,1-2).

O verdadeiro encontro com Deus se dá no deserto.

⁶⁵ Biblista, missionário italiano com longa experiência no Norte e Nordeste do Brasil. Autor de várias obras, dentre as quais: “Israel na História” (CEBI); “Por uma terra sem mar, sem templo, sem lágrimas (Vozes); O Evangelho de Mateus - Uma Leitura a Partir dos Pequeninos (Fonte Editorial).

Eis que eu a atrairei e a levarei para o deserto e lhe falarei ao coração. E lhe darei as suas vinhas dali e o vale de Acor, por porta de esperança; e ali cantará, como nos dias de sua mocidade e como no dia em que subiu da terra do Egito (Os 2,14-15).

A terra só será terra prometida e não terra maldita, se a gente lembrar a experiência do deserto e seguir as três orientações fundamentais para a vida do povo: *1ª guarda os mandamentos de Iahweh teu Deus, 2ª para andares nos seus caminhos e 3ª para o temeres (Dt 8,6).* E isso durante a vida toda, todos os dias, porque é fácil demais, nos tempos da fartura, esquecer o nosso Deus e seu projeto.

Guarda-te de esquecer Iahweh, teu Deus, negligenciando a observância de suas ordens, seus preceitos e suas leis que hoje te prescrevo. Não suceda que, depois de teres comido à saciedade, de teres construído e habitado formosas casas, de teres visto multiplicar teus bois e tuas ovelhas, e aumentar a tua prata, o teu ouro e o teu bem, o teu coração se eleve e te esqueças de Iahweh, teu Deus, que te tirou do Egito, da casa da servidão. Foi ele o teu guia neste vasto e terrível deserto, cheio de serpentes ardentes e escorpiões, terra árida e sem água, onde fez jorrar para ti água do rochedo duríssimo; foi ele quem te alimentou no deserto com um maná desconhecido de teus pais, para humilhar-te e provar-te, a fim de te fazer o bem depois disso. Não digas no teu coração: a minha força e o vigor do meu braço adquiriram-me todos esses bens. Lembra-te de que é o Senhor, teu Deus, quem te dá a força para adquiri-los, a fim de confirmar, como o faz hoje, a aliança que jurou a teus pais. Se, esquecendo-te do Senhor, teu Deus, seguires outros deuses, rendendo-lhes culto e prostrando-te diante deles, desde hoje vos declaro que perecereis com toda a certeza. Como as nações que o Senhor exterminou diante de vós, assim também perecereis vós, se não ouvirdes a voz do Senhor, vosso Deus (Dt 8,10-20).

E foi o que aconteceu e continua acontecendo.

1. Mineração e Bíblia

A simbologia bíblica não tem dúvida: é da descendência de Caim que saem os que sabem fazer *“toda obra de cobre e de ferro”* (Gn 4,22). Nos textos bíblicos é comum identificar o “progresso” e o “crescimento” com a opressão sobre o povo e a violência.

O número 666 - que no livro da Apocalipse indicará a besta, a grande ameaça para os seguidores de Jesus – está indissolivelmente ligado aos talentos de ouro que todo ano chegavam ao palácio de Salomão provindo de suas famosas minas (1Rs 10,14). Controlar a produção das minas de ferro, de cobre, de ouro e de prata era sinal inequívoco do poder imperialista e dominador, era sinal de “grandeza”:

Judas conheceu o nome dos romanos. Como eles eram poderosos guerreiros (...) Falaram-lhe também das façanhas que realizaram (...) e de tudo que fizeram na região da Espanha, onde conquistaram as minas de prata e ouro que lá existiam (1Mc 8, 1.3).

A apocalíptica destruição de Babilônia – símbolo da Roma imperial – levará ao choro os mercadores da terra, *porque ninguém mais compra as suas mercadorias: carregamentos de ouro e de prata e de pedras preciosas (Apoc 18,11s).*

Esta realidade de violência comportava a exploração de um número incalculável de escravos nas minas, nas grandes propriedades e na navegação a remo: um sofrimento

indizível que encurtava radicalmente a vida dos escravos⁶⁶. E tudo em nome de um poder econômico e político imperialista, legitimado, ideologicamente, pelo conjunto da filosofia grega clássica, segundo a qual o escravo era um ser sub-humano cuja realização plena consistia em obedecer ao amo.

O amo - que tinha desenvolvido as qualidades da ‘alma’ – era, por isso, um ser superior que tinha o direito e a obrigação de ‘governar’ o escravo, assim como a alma devia governar o corpo; os humanos deviam governar a terra e os animais; o homem devia governar a mulher; o sábio devia governar o bruto. Era a lei da natureza, lei eterna e imutável que nem os deuses podiam modificar. O livro deuterocanônico de Sirácida é o porta-voz bíblico desta ideologia de dominação.

*Para o jumento o feno, a vara e a carga.
Para o escravo o pão, o castigo e o trabalho.
O escravo só trabalha quando corrigido, e só aspira ao repouso;
afrouxa-lhe a mão, e ele buscará a liberdade.
O jugo e a correia fazem dobrar o mais rígido pescoço;
o trabalho contínuo torna o escravo dócil.
Para o escravo malévolo a tortura e as peias;
manda-o para o trabalho para que ele não fique ocioso,
pois a ociosidade ensina muita malícia.
Ocupa-o no trabalho, pois é o que lhe convém.
Se ele não obedecer, submete-o com grilhões,
mas não cometas excessos, seja com quem for,
e não faças coisa alguma importante sem ter refletido. (Sir 33,25-30)*

É por esta discutível “sabedoria” que alguém pode chegar a torturar seu escravo “sem cometer excessos seja com quem for”.

Neste contexto, vale a pena considerar as palavras de Jó que denuncia a violência cometida contra os pobres da terra, reduzidos a escravos, sem terra, sem casa, sem roupas (Jó 24,1-11). E, logo em seguida, descreve, em precisos e preciosos detalhes, o grande trabalho realizado nas minas. Mas, com fina ironia, o ridiculariza: onde está a jazida da sabedoria e da inteligência?

Na verdade, há minas de onde se extrai a prata e lugar onde se refina o ouro. O ferro tira-se da terra e da pedra se funde o cobre. O homem põe fim às trevas e esquadrinha até o extremo, a rocha escura e na sombra da morte. Longe dos lugares habitados ele abre galerias que são ignoradas pelos pés dos transeuntes; suspenso, vacila longe dos humanos. A terra, que produz o pão, é sacudida em suas entranhas como se fosse pelo fogo. As rochas encerram a safira, assim como o pó do ouro. A águia não conhece a vereda, o olho do abutre não a viu; os altivos animais não a pisaram, o leão não passou por ela. O homem põe a mão no sílex, derruba as montanhas pela base; fura galerias nos rochedos, o olho pode ver nelas todos os tesouros. Explora as nascentes dos rios, e põe a descoberto o que estava escondido.

Mas a sabedoria, de onde sai ela? Onde está a jazida da inteligência? O homem ignora o caminho dela, ninguém a encontra na terra dos vivos.

⁶⁶ Trata-se de um tipo de escravidão totalmente ausente nas cartas de Paulo, que só conhecia o escravo urbano, quase um doméstico, com o qual se podia até chegar a manter relações de fraternidade e comunhão, como indica a carta a Filemon.

O abismo diz: Ela não está em mim. Não está comigo, diz o mar. Não pode ser adquirida com ouro maciço, não pode ser comprada a peso de prata. Não pode ser posta em balança com o ouro de Ofir, com o ônix precioso ou a safira. Não pode ser comparada nem ao ouro nem ao vidro, ninguém a troca por vaso de ouro fino. Quanto ao coral e ao cristal, nem se fala, a sabedoria vale mais do que as pérolas. Não pode ser igualada ao topázio da Etiópia, não pode ser equiparada ao mais puro ouro. De onde vem, pois, a sabedoria? Onde está a jazida da inteligência? Um véu a oculta de todos os viventes, até das aves do céu ela se esconde. Dizem o inferno e a morte: Apenas ouvimos falar dela. Deus conhece o caminho para encontrá-la, é ele quem sabe o seu lugar, porque ele vê até os confins da terra, e enxerga tudo o que há debaixo do céu. Quando ele se ocupava em pesar os ventos, e em regular a medida das águas, quando fixava as leis da chuva, e traçava uma rota aos relâmpagos, então a viu e a descreveu, penetrou-a e escrutou-a. Depois disse ao homem: O temor do Senhor, eis a sabedoria; fugir do mal, eis a inteligência. (Jó 28,1-28)

Voltamos assim, ao nosso primeiro texto: toda atividade humana – inclusive a mineração - só adquire sentido e valor quando feita no “temor de Iahweh” e à luz do “temor de Iahweh” deve ser avaliada. Esta deve ser a pré-ocupação da teologia.

O horizonte se abre à nossa frente e - como já o foi o passado – torna-se paradigma da nossa caminhada de hoje. Entre memória e utopia se desenrola a nossa estrada, traçada no temor de Iahweh.

No horizonte está a meta final do nosso caminhar. Uma cidade maravilhosa:

A grande cidade, a santa Jerusalém, que de Deus descia do céu. E tinha a glória de Deus; e a sua luz era semelhante a uma pedra preciosíssima, como a pedra de jaspe, como o cristal resplandecente. E tinha um grande e alto muro com 12 portas, e nas portas 12 anjos, e nomes escritos sobre elas, que são os nomes das 12 tribos dos filhos de Israel. Do lado do levante tinha 3 portas, do lado do norte 3 portas, do lado do sul 3 portas, do lado do poente 3 portas. E o muro da cidade tinha 12 fundamentos e neles os nomes dos 12 apóstolos do Cordeiro. E aquele que falava comigo tinha uma cana de ouro, para medir a cidade, e as suas portas, e o seu muro. E a cidade estava situada em quadrado; e o seu comprimento era tanto como a sua largura. E mediu a cidade com a cana até 12.000 estádios; e o seu comprimento, largura e altura eram iguais. E mediu o seu muro, de 144 côvados, conforme a medida de homem, que é a de um anjo. E a construção do seu muro era de jaspe, e a cidade de ouro puro, semelhante a vidro puro. E os fundamentos do muro da cidade estavam adornados de toda a pedra preciosa. O primeiro fundamento era jaspe; o segundo safira; o terceiro calcedônia; o quarto esmeralda; o quinto sardônica; o sexto sárdio; o sétimo crisólito; o oitavo berilo; o nono topázio; o décimo crisópraso; o undécimo jacinto; o duodécimo ametista. E as 12 portas eram 12 pérolas; cada uma das portas era uma pérola; e a praça da cidade de ouro puro, como vidro transparente (Apoc 21,10-21).

Quase todos os produtos da mineração servem para fazer linda, maravilhosa a nossa cidade. Quase todos: faltam o ferro, o cobre e a prata, tudo que era usado para o trabalho, a guerra, o comércio, para comprar e vender. No texto só há o que serve para adorno, para a beleza, para a sedução. Sem templo, sem armazém, sem mar. Do mar sobram só as 12 pérolas que são as 12 portas da santa Jerusalém.

E, por isso, sem lágrimas:

E ouvi uma grande voz do céu, que dizia: Eis a tenda de Deus entre os homens, e com eles estará na tenda, e eles serão o seu povo e o mesmo Deus estará com eles, e será o seu Deus. E Deus limpará de seus olhos toda a lágrima; e não haverá mais morte, nem pranto, nem clamor, nem dor; porque já as primeiras coisas são passadas (Apoc 21,3-4).

Em toda esta visão está o elemento que nos ajuda entender qual é o sinal único e decisivo para saber se nosso caminho foi o caminho da verdadeira sabedoria, trilhado no temor de Iahweh: todos os números são derivados do número 12 que, aqui, se repete por 7 vezes. É a plenitude, a realização definitiva daquilo que o número 12 significa nos textos bíblicos: o povo, os 12 anjos, as 12 tribos de Israel, os 12 apóstolos.

O que, porém, chama mais atenção é o tamanho da cidade: um quadrado cujos lados medem 12.000 estádios. Aos nossos ouvidos, acostumados com a medição métrica, este tamanho só tem valor pelo número 12. Mas aos ouvidos dos que escutavam esta profecia, ressaltava com clareza: 12.000 estádios (1=185 m.) são 2.220 quilômetros. É a distância linear de Roma a Jerusalém! E, no centro, Patmos: a ilha do Egeu onde João está preso!



Não se trata de uma cidade, não é um lugar privilegiado, sagrado, separado, bonito. A nova Jerusalém é um quadrado que cobre todo o império romano oriental. Por isso, não vai haver mar. O símbolo do imperialismo explorador é substituído pelo rio de água da vida que sai do trono do cordeiro e atravessa a cidade.

È o projeto de uma nova sociedade: o reino de Deus que substitui o reino dos césores, do mercado e do militarismo. Roma (o império) e Jerusalém (o templo) que sempre quiseram ser o centro do mundo, ficam, agora, na periferia mais longínqua.

À luz desta profecia vamos esquadrinhar e avaliar as nossas experiências atuais no enfrentamento dos conflitos provocados pela mineração.

2. Nossa fidelidade aos pobres de Deus e à Terra para todos/as

O nosso ponto de partida não é a discussão do projeto de mineração em si – mesmo que isso precise sempre ser feito – mas a vida e os direitos dos pequenos. É a fidelidade profunda e irreversível aos “pobres de Deus” que determina o nosso agir, conforme afirmaram diferentes autores desta obra coletiva.

Nós, missionários e companheiros desse povo sofrido, tentamos acompanhar essa luta pelos direitos sócio-ambientais e, junto com eles, cultivamos a esperança e a utopia (Pe. Dario Bossi).

As resistências e conquistas populares dos afetados pela mineração são manifestações contemporâneas do Deus do Antigo e do Novo Testamento, que faz história com seu povo, e das melhores tradições das Igrejas, o Deus que se revela salvador no clamor e na ação libertadora dos pobres, na preservação e no cuidado com os bens da Criação, cujo destino original é a honra e glória do Criador, amoroso de seus filhos e de sua obra (Ruben Siqueira).

A opção clara pela vida dos pobres e da Terra é o filtro pelo qual avaliamos todo projeto, sobretudo quando nos é vendido como “crescimento”, “desenvolvimento” e “progresso”. Nós sabemos que tudo isso é ilegítimo, é ilusório, é perverso, quando provoca a concentração da riqueza, a devastação ambiental e a violência contra a pessoa. Deus não quer isso, não!

Nossa posição tem suas raízes na certeza que a TERRA e suas riquezas são para todos e todas que nela habitam e para todas as gerações.

“Nós sabemos que existem muitos interesses, mais fortes do que políticos, para fazer a mineração em nossa terra. São interesses de quem tem muito dinheiro, de quem quer ganhar muito mais dinheiro (...) Não somos apenas nós, povos indígenas, que vivemos na nossa terra. Vocês querem perguntar a todos os moradores da floresta o que eles acham sobre a mineração? Então perguntem aos animais, às plantas, ao trovão, ao vento, aos espíritos xapiri, pois todos eles vivem na floresta. A floresta também pode se vingar de nós, quando ela é ferida (Egon Reck).

Camponeses e camponesas que residem nessa região estão aprendendo como conviver melhor com o clima semiárido, o bioma caatinga; a implementar pequenas tecnologias sociais de produção, mas grandes nos resultados; a reflorestar o espaço e cuidar melhor dos bens naturais; a identificar quais os animais e plantas adequados para o criatório e a plantação, gerando renda, sustentabilidade ambiental e social, soberania e protagonismo. Há muito ainda para avançar, mas não podemos deixar que uma mineração acabe com todas essas conquistas. (Thiago Valentim)

Ecologia e economia tem a mesma origem na palavra “casa” (oikos): de que casa falamos (logos) e quais são as suas regras (nomos). Nós acreditamos que não podem conviver uma casa-grande e uma senzala. Cremos na tenda comum, onde todos e todas possam sentar ao redor da mesma mesa, partilhando do mesmo prato. Ecologia não pode ser reduzida a discutir o que fazer com o “quintal”. Podemos correr o risco de preservar o quintal em benefício só da casa-grande, deixando a senzala ao Deus dará.

Da ecologia (de que casa estamos falando) depende a economia (quais as regras da nossa casa) e depende também, a teologia (de que Deus estamos falando).

Antes de sermos portadores de um projeto concreto, somos movidos por este critério de fidelidade. A nossa casa, a casa que o nosso Deus quer e preparou para nós é a cidade santa. Não aceitaremos regras que façam de nossa casa uma casa-grande. Aliás, Faraó, literalmente, significa casa-grande. Deus sempre vai querer que nós saíamos de lá.

A desproporção entre os polos que estão se enfrentando nos conflitos produzidos pela mineração é gritante. Às vezes nosso coração duvida: se Deus é o Deus dos pobres, porque os pobres continuam sendo derrotados pelas gigantescas forças do mal? O grito, tão presente nas páginas bíblicas, continua ainda hoje: Até quando?

Ao longo do Corredor de Carajás (..) houve nos últimos sessenta anos uma sequência de ciclos econômicos e sociais extremamente violentos (...) Expulsão das famílias do campo, enfraquecimento da reforma agrária e dos projetos de agricultura familiar, contaminação por agrotóxicos e assoreamento das reservas de água no solo são algumas das consequências mais evidentes dessa última etapa da colonização do território (Pe. Dário Bossi).

A pergunta que nos fazíamos era: como enfrentar um projeto tão grande, um consórcio entre o poder público e a iniciativa privada? Estava posto o desafio, já que as comunidades não tinham muitas informações sobre o projeto e tínhamos que atuar no princípio da antecipação de riscos. Como acreditar em impactos que ainda não estão acontecendo, quando o discurso hegemônico era de que a mineração traria emprego, renda, desenvolvimento pra região? (Thiago Valentim)

A memória bíblica é repleta de situações onde a desproporção de forças era gritante. Quantas vezes o que parecia impossível aconteceu? Basta fazer um simples mutirão de recordação.

A mineração me traz à memória o sonho/projeto de Nabucodonosor que viu uma gigantesca estátua, esplendorosa, terrível: *A cabeça daquela estátua era de ouro fino; o seu peito e os seus braços de prata; o seu ventre e as suas coxas de cobre; as pernas de ferro; os seus pés em parte de ferro e em parte de barro (Dn 2,32-33).* Diversos impérios, um único projeto: estar de pé, ser visto e adorado por todos os povos. Apesar do sonho que termina com a estátua despedaçada, Nabucodonosor faz erguer uma estátua de ouro, alta 30 metros, o dobro da altura do templo de Salomão (Dn 3,1; 1Rs 6,2).

Ordena-se a vós, ó povos, nações e línguas: Quando ouvirdes o som da buzina, da flauta, da harpa, da sambuca, do saltério, da gaita de foles e de toda a espécie de música, prostrar-vos-eis e adorareis a estátua de ouro que o rei Nabucodonosor tem levantado. E quem não se prostrar e não a adorar, será na mesma hora lançado dentro da fornalha de fogo ardente (Dn 3,4-6).

É isso. O império não admite contestação, oposição. É, aparentemente, imutável, indiscutível, adorável. Como Deus!

3. Não nos deixes cair na tentação

A tentação está sempre à espreita. As gigantescas estátuas de ouro são terríveis e, ao mesmo tempo, sedutoras.

As empresas que se instalam com grandes projetos extrativistas em nossa região (..) prometem lucro fácil e rápido e iludem as pessoas afirmando implícita ou explicitamente que a única alternativa é o modelo no qual elas mesmas se fundam (Pe. Dário Bossi).

Como acreditar em impactos que ainda não estão acontecendo, quando o discurso hegemônico era de que a mineração traria emprego, renda, desenvolvimento pra região? (...) A cada dia as empresas tentam convencer mais pessoas da viabilidade e inclusive de uma tal sustentabilidade do projeto (Thiago Valentim).

Há mais de 20 anos os agentes da CPT já alertavam sobre a entrada de empresas, mas como sua comunidade não tinha conhecimento concreto sobre os impactos causados por uma mineradora e com a promessa enganosa da Galvani, de que todas as pessoas que vendessem suas terras seriam empregadas, muita gente vendeu sua área, até por 100 reais (testemunho citado por Ruben Siqueira).

As experiências que foram apresentadas relatam a dificuldade para alimentar a resistência das comunidades diante da realidade dos impactos econômicos, ideológicos e políticos provocados pelas mineradoras e pelas autoridades que estão a serviço delas.

Há um evidente embate ideológico: populações e comunidades tradicionais são consideradas atraso e ineficiência. Agronegócio, mineradoras, madeireira, hidrelétricas, são sinônimos de progresso, desenvolvimento: 130 milhões de hectares para a vida de 200 mil índios são desperdiçados. 160 milhões de hectares (a maioria deles grilados) nas mãos de 28.000 latifundiário são considerados fonte de riqueza e crescimento.

Conceitos atávicos, como o da Pacha-mama, não resistem à lógica contundente gerada pelo mundo mercantilista greco-romano que proclama a separação definitiva entre a natureza inanimada e o homem que, animado, é superior e, por isso, dono da natureza que só adquire valor quando se torna mercadoria a serviço do seu dono. Esta cosmovisão influenciou, e muito, a própria interpretação dos textos bíblicos, impondo uma leitura antropocêntrica à ordem divina “*enchei a terra e sujeitai-a; e dominai sobre os peixes do mar e sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que se move sobre a terra*” (Gn 1,28).

É importante notar que capitalismo e socialismo têm em comum esta mesma visão mercantilista da natureza inanimada e, por isso, consideram inferiores e primitivas as culturas de origem índia e africana, que celebram a mesma vida presente em tudo que existe: animismo, quando não, panteísmo!

É necessário reler os textos bíblicos, fora dos parâmetros da filosofia grega, para desmistificar a arrogância deste pensamento hegemônico e devastador!

Outro embate é o embate socioeconômico: nunca vi um Estudo de Impacto Ambiental – EIA concluir pela não implantação do projeto em análise. Todo EIA consegue provar a viabilidade econômica, a sustentabilidade ambiental e a equidade social de cada projeto. Um conjunto abalizado de estudiosos, muito bem pagos pela empresa, despeja na nossa frente milhares de páginas, gráficos, mapas, imagens que nossas comunidades não têm o tempo de estudar e que nos fazem sentir ignorantes e impotentes diante de tanta clareza a respeito da indiscutível importância e necessidade do projeto. Aliás, um ponto comum a todos os EIAs é: como ficaria a sociedade sem este projeto? E a resposta é sempre a mesma: ai de nós se não for implantado este projeto!

Nossa experiência, no Amapá, nos mostrou a importância de desmistificar os impactos sociais favoráveis que, no fim, enfiam o projeto goela abaixo das comunidades, pois compensariam os inevitáveis danos ambientais. É só ver o peso destes impactos “positivos” na tabela final de cálculos.

- a. A folha de pagamento (nunca fala em empregos) e os impostos são parte de qualquer projeto que só produz lucro pelo uso da mão de obra. Para as empresas folha e impostos são contabilizados como passivos que devem ser descontados para calcular o lucro; porque a sociedade deve contabilizá-los como ativos?
- b. Muitos impostos, em seguida, deixam de ser cobrados com a justificativa de facilitar a viabilidade e a competitividade do projeto.

- c. As medidas compensatórias prometidas e parcialmente realizadas, acabam quase sempre sendo descontadas do imposto de renda devido, por serem consideradas de importância social: isto é, eles nos “compensam” com o nosso dinheiro.
- d. É preciso por em discussão a repartição do lucro.

E, por fim, não podemos esquecer o embate político que está por trás da aprovação do projeto. Há todo um esforço, por parte das empresas e dos poderes locais, com o objetivo de cooptar as lideranças sociais e torná-las facilitadoras do projeto:

A INB já levou várias lideranças locais (prefeitos, vereadores, secretários municipais, diretores de sindicatos, dentre outros) para conhecer suas instalações em Caetité, omitindo, é óbvio, qualquer elemento que possa servir de contestação ao projeto (Thiago Valentim).

A tudo isso soma-se a fragilidade das CEBs nas dioceses e paróquias atingidas pelos projetos e que não hesitam em aceitar doações, considerando também a presença de movimentos de cunho pentecostal que pouco escrupulos têm neste sentido.

As tentações são fortes e profundamente sedutoras. Não nos deixes cair!

Concluindo: A pedra que derruba a estátua

Nas experiências que foram apresentadas nos capítulos anteriores está presente uma constante importantíssima: a resistência aos projetos de concentração, devastação e violência por parte dos pequenos que se organizam e se tornam protagonistas.

Nesse contexto de desproporção de forças e de injustiça ambiental estrutural, algumas pessoas, famílias ou pequenas comunidades conseguem igualmente manter-se em pé, na tentativa de traçar caminhos singelos em direção obstinada e contrária (Pe. Dário Bossi).

Sobre o tripé Missão / Espiritualidade / Metodologia, a CPT parte das situações concretas das pessoas/grupos/comunidades do meio rural e suas demandas mais urgentes e busca estabelecer com eles um caminho (“método”, em grego) de luta e superação, em que sejam eles os protagonistas e que, no horizonte histórico e transcendental, seja (busca da) realização da utopia do Reino de Deus (Ruben Siqueira).

Como não lembrar?

Do monte foi cortada uma pedra, sem auxílio de mãos, e ela esmiuçou o ferro, o bronze, o barro, a prata e o ouro; o grande Deus fez saber ao rei o que há de ser depois disto (Dn 2,45).

A pedra de Daniel, a mão de Judite, o fogo de Elias, a baladeira de Davi, a vara de Moisés... Tudo para que fique claro que: *Não deveis temer; estai quietos, e vede a libertação de Iahweh, que hoje vos fará; porque aos egípcios, que hoje vistes, nunca mais os tornareis a ver. Iahweh pelejará por vós, e vós vos calareis (Ex 14,13-14).*

Estas memórias, repetidamente celebradas, em todas as festas do povo, animam, alimentam, fortalecem nosso coração, iluminam nossas mentes e fazem de nós o único povo de Deus a caminho da terra boa e espaçosa.

Nada de mágico, nada de milagroso, a não ser a clareza que a vitória é do Senhor que conosco e em nós combate: *O Senhor visitará Israel pela minha mão. Disso tenho certeza (Jd 8,33).*

Este é o mistério insondável e inexplicável do Espírito Santo: o Deus que está em nós, misturado conosco e que nos envia para a missão a serviço da vida de todas as pessoas. Espiritualidade é deixar que o Espírito em nós e, através de nós, faça suas maravilhas:

Felizes os pobres no Espírito, porque deles é o Reino dos Céus (...)

Felizes os que são perseguidos por causa da justiça porque deles é o Reino dos Céus (Mt 5,3.10).

(VII) Igreja e Mineração – A busca da mística de resistência e vida

Frei Rodrigo de Castro Amédée Péret, ofm

Introdução

Sou um pequeno produtor da comunidade da Mata da Bananeira. Moro em frente à Barragem que vai ser construída pela VALE. Eu não vim aqui para xingar a VALE, não estou contra o processo da VALE, eu só estou contra a injustiça que a VALE está propondo para nós nesse período. Nós queremos fazer negociação, sim. A primeira proposta que eles fizeram seria de uma área de mais de 40 hectares. Nós fomos lá e visitamos umas duas ou três vezes. Mas a metade da terra é cascalho. O que eu vou fazer com uma área que é cascalho? Eu tenho 06 (seis) hectares de café, só terra vermelha. Eu nasci e me criei nessa região. Então, é justo eu deixar uma área minha, que é produtiva de café, 06 (seis) hectares de terra vermelha, e pegar uma área inferior, de cascalho? Cada dia que eu for sacudir a peneira lá, eu vou pegar cascalho. Então, nós não aceitamos! Eu estou aqui em nome meu e de outros vizinhos que estão lá. Não estou recusando valor nenhum. A VALE pode chegar na minha casa a qualquer hora! Só que eu acho errado; eu já moro lá há tantos anos. Não sou obrigado a sair para a VALE sair ganhando milhões e milhões de dinheiro e dar minha terra de graça. Eu tenho 05 (cinco) pessoas dentro da minha casa e agora tem minha sogra. Somos em 05, tenho 03 (três) filhos, minha esposa e eu. Como é que a gente vai viver?⁶⁷

Cito aqui parte do depoimento de Claudio Evangelista, agricultor familiar, morador da Comunidade Mata da Bananeira, no município de Patrocínio (MG), na reunião do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM), Unidade Regional Colegiada do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Trata-se de um conflito imposto pela empresa VALE FERTILIZANTES a 35 famílias de camponeses. A VALE irá construir uma barragem de rejeitos para seu projeto de exploração de minério de fosfato e titânio, atingindo 27 famílias dessa comunidade. Os produtores familiares estão sendo forçados a deixarem suas terras. Essas terras estão na micro-bacia do córrego do Bonito, com 17 nascentes, onde essas famílias fazem captações de água superficiais e por gravidade. Outra área que foi oferecida para permuta, além de ser menor e de pior qualidade, tem poucas opções para captação de águas superficiais. A ação da VALE está rompendo laços parentais e uma convivência já antiga com o meio ambiente, bem como com a economia familiar local e regional consolidada há décadas. Laços de identidade, solidariedade, parceria e cooperação, típicos da agricultura familiar estão sendo destruídos, a partir de interesses externos que passam a ocupar o território.

A apropriação física, material, da natureza através da mega-mineração provoca conflitualidade por territórios.

1. Mineração e territorialidade

Um território, mais do que uma determinada área física com suas relações, interações e fluxos ecossistêmicos é também a maneira como se vive e se sente esse espaço, de como é apropriado e construído socialmente, com sua dimensão histórica e de formação de

⁶⁷ Ata da 111ª reunião ordinária, Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. 2 de junho de 2014

file:///C:/Documents%20and%20Settings/Usuario/Meus%20documentos/Downloads/Ata_111%20AA_RO_COPAM_URC_TMAP%20(1).pdf

identidade cultural e religiosa.⁶⁸ Assim um território evidencia territorialidades como conseqüências históricas de construção social, política e simbólica. As territorialidades vão muito além da geografia.

Acredito que uma reflexão teológica a partir dos impactos e lutas em relação à mineração, pode ser construída a partir das territorialidades. Aqui, o conceito de território poderia ser expresso com o pensamento de Guimarães Rosa: “Sertão é o sem-lugar que dobra sempre mais para adiante, territórios” (Rosa, 1994: 697).⁶⁹ Para ele, a territorialidade do sertão é mais que geográfica, é psicológica, é metafísica. Território é experiência, sentimento, é mundo vivido.

A megamineração não só se apropria de parte material dos territórios, mas também os redesenham, como paisagem, nas áreas de extração e vizinhanças. Esse redesenho é fruto de impactos que alteram características físicas, químicas e biológicas do ambiente e variam conforme os diferentes processos e fases da mineração, bem como com os tipos de minerais extraídos. A mega mineração redesenha também os territórios para além das minas. Ela necessita de uma grande infraestrutura de suporte, como a geração de energia, toda uma cadeia de transporte, seja por mineroduto, estradas, ferrovias e portos, bem como a implantação da indústria de transformação e beneficiamento dos frutos da extração.

O redesenho material dos territórios altera de forma profunda as territorialidades impactando nas populações locais. A mega mineração gera tensões e destruição de territorialidades.

Freqüentes são as ocorrências de acidentes nos trabalhos nas minas. Os trabalhadores das minas e as pessoas das comunidades impactadas pela mineração enfrentam graves problemas de saúde. É significativa a destruição de valores e costumes tradicionais que são a base de sustentabilidade de comunidades indígenas, tradicionais e camponesas, afetando a solidariedade e os laços de unidade nesses grupos. Um exemplo claro é o da destruição de economias de subsistência que vão sendo substituídas pela de mercado sobre a qual, por exemplo, os povos indígenas não têm controle algum. A criminalização e a perseguição, muitas vezes violenta, dos que se opõem à invasão das operações de mineração, fazem parte do processo de controle e poder das grandes corporações nos territórios de mineração.

As populações e comunidades locais não são consideradas como sujeito de decisão. É comum a falta de consulta e envolvimento, bem como a falta de informações precisas sobre os impactos da mineração. Os processos de licenciamentos assumem cada vez mais uma dinâmica na qual as comunidades são desrespeitadas. Uma correlação de forças viciada, na qual os representantes do Estado estão sempre aliados aos da iniciativa privada, prevalece na concessão das licenças. Não raras vezes esses processos de licenciamento ocorrem com abusos e violência.

Um caso concreto é o processo de licenciamento de mina, em Morro do Pilar (MG), da empresa Manabi S/A, empresa que também pretende instalar no Espírito Santo um porto para escoar o minério extraído em Minas Gerais. De acordo com a denúncia do Comitê

⁶⁸ ABRAMOVAY, R. Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural: agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Brasília: IPEA, 1998. 25p. (Convênio FIPE/IPEA). Relatório final. TIZON, P. Le territoire au quotidien. In: DIMEO, G. Les territoires du quotidien. Paris: L'harmattan, 1995. p. 17-34. RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

⁶⁹ ROSA, João Guimarães. (1994), “No Urubuquaquá, no Pinhém”, in J. G. Rosa, Ficção completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. 1.

Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, a licença prévia (LP) da mina⁷⁰, desconsiderou as diversas falhas, incompletudes, contradições e até mesmo distorções da realidade, no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e no Parecer Único do Estado sobre o empreendimento, baseando-se exclusivamente em critérios econômicos. O documento aponta, ainda, que a maioria do colegiado desconsiderou o pedido do Ministério Público de Minas Gerais que, em seu relatório de vista, pediu que o processo fosse baixado em diligência.

A direção da Superintendência Regional de Meio Ambiente do Jequitinhonha também havia sido avisada por técnicos do Estado sobre a falta de condições operacionais de cumprimento das obrigações e condições profissionais para a análise e acompanhamento de processos. O documento da denúncia dá certeza de que a URC COPAM Jequitinhonha será devidamente questionada na Justiça. Como se não bastasse, o secretário de meio ambiente do município de Morro do Pilar agrediu fisicamente uma pesquisadora que se dirigiu ao microfone para solicitar direito de resposta à calúnia da prefeita de Morro do Pilar, contra o núcleo de pesquisa da UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais.

Por outro lado a imposição das operações de mineração geram diferentes expectativas de benefícios sociais e econômicos, que se somam às preocupações ambientais e disputas sobre o uso da terra, da água e compensação econômica.

2. Mineração, poder e Igreja. Uma longa história

A história da mineração, no Brasil, é uma história de apropriação de terras, exploração do trabalho e deslocamento de pessoas pertencentes aos setores mais pobres da sociedade. Desde cedo a mineração se impôs na economia da colônia. A partir do século XVIII, a Coroa Portuguesa, para propiciar a mineração reforçou seu domínio, militarizando os territórios das minas, através das Intendências das Minas. Os regimentos criados pelos guardas-mores das minas, eram instrumentos de regulação da ordem social, da produção, da arrecadação fiscal e do controle dos territórios das minas.

Hoje, vivemos em tempos do chamado neoextrativismo. Depois de mais de 500 anos de extração desenfreada de grandes quantidades de recursos naturais, os chamados governos progressistas e de esquerda na América Latina querem continuar nesse caminho. Falam, agora, de uma extração inserida em uma nova dinâmica. Com mais soberania nacional e com a finalidade de financiar as políticas públicas sociais. Esse neo-extrativismo é apresentado como condição para superar a pobreza. Isso seria uma alternativa para o desenvolvimento dos países do Sul.

Contudo, o que se presencia, no plano global, é uma inserção subordinada desses mesmos países às forças de mercado, controladas por corporações transnacionais, que continuam saqueando os bens comuns e impondo sua lógica de exploração sem fim. A demanda por matérias primas vem aumentando e a economia vive um processo de reprimarização.

A história entre Igreja e mineração no Brasil remonta ao período da colônia. Nessa época o regime vigente entre a Coroa Portuguesa e a Igreja era o do Padroado⁷¹, no qual a

⁷⁰ Emitida no dia 7 de novembro de 2014, pela Unidade Regional Colegiada (URC) Jequitinhonha, do Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (Copam-MG).

⁷¹ A Igreja delegava aos monarcas dos reinos de Portugal e Espanha a administração e a organização da Igreja Católica em seus domínios. O rei mandava, desde a nomeação de padres e bispos, sendo estas posteriormente aprovadas pelo Papa, até construções de igrejas. Segundo Eduardo Hoorneart: *“O direito do padroado dos reis de Portugal só pode ser entendido dentro de todo o contexto da história medieval. Na realidade, não se trata de uma usurpação dos monarcas portugueses de atribuições religiosas da Igreja, mas de uma forma típica de compromisso entre a Igreja de Roma e o governo de Portugal. Unindo os*

colonização e a evangelização eram partes de um grande empreendimento. Contudo, durante o século XVIII, havia grandes tensões entre a Coroa Portuguesa e as Ordens Religiosas, em particular, no território da Capitania de Minas Gerais. Inúmeras Cartas Régias proibiram a circulação de religiosos regulares e o estabelecimento e fixação de ordens religiosas (ordens primeiras) no território das minas. A política de controle do território das minas proibia a circulação de eclesiásticos e de estrangeiros.

Nos territórios das minas, a extração impôs uma territorialidade de exploração, trabalho escravo, militarização e forte controle da produção e cumprimento do regime fiscal régio. Sobre os religiosos regulares⁷² pesava a acusação, por parte da coroa, de que esses seriam nocivos à ordem pública. Os representantes da Coroa propagandeavam a idéia de que eles exerciam atividades incompatíveis com sua condição religiosa. As normas régias contra os religiosos os acusavam de relaxamento da vida no campo dos costumes, de incentivarem o povo a não pagarem os impostos e de desrespeitarem as autoridades, bem como de contrabando de ouro e de promoção e participação de levantes e sedições.

Inúmeros relatos, textos e processos da época, descrevem os religiosos como desagregadores de valores e costumes nos territórios das minas. Porém, o que salta aos olhos é que nesses territórios o valor primeiro eram os frutos das minas. E sendo assim, toda e qualquer iniciativa que ameaçasse esse valor deveria ser extirpada. A expulsão de clérigos regulares e seculares dos territórios das minas, teve motivação política: garantir a territorialidade imposta. Eles ameaçavam o funcionamento e os interesses da Coroa Portuguesa na região.

Na perspectiva absolutista da coroa existia grande preocupação a respeito do que poderia advir da atuação de regulares e eclesiásticos, nos territórios das minas. Esse temor tinha fundamento! Desde a primeira década do século XVIII há registros do envolvimento de religiosos regulares nas revoltas ligadas à mineração. A participação de Frei Francisco de Meneses na Guerra dos Emboabas, que acabou provocando a criação da Capitania de Minas, é um desses exemplos.

Vários frades e clérigos seculares forma líderes e estiveram envolvidos mobilizações dos colonos contrárias à ofensiva fiscal da Coroa portuguesa nas Minas. Desde a chamada Sedição de Vila Rica⁷³, em 1720, contra as medidas do Conde de Assumar⁷⁴ de instalar as Casas de Fundição, para a retirada do Quinto ou o ouro devido ao Rei, que contou com os frades Vicente Botelho, Bento e Francisco de Monte Alverne; até a Inconfidência Mineira.

O controle dos territórios das minas, no que diz respeito à realidade de Igreja, com a proibição da vida religiosa regular de se estabelecer na Capitania de Minas resultou na

direitos políticos da realeza os títulos de grão-mestre de ordens religiosas, os monarcas portugueses passaram a exercer ao mesmo tempo o governo civil e religioso, principalmente nas colônias e domínios de Portugal” HOORNAERT, Eduardo. O padroado português. História da Igreja no Brasil. Petrópolis: Vozes, tomo II, 1979, p. 160.

⁷² Nota do Editor: em linguagem canônica, “religiosos regulares” significa o grupo de homens ou mulheres consagrados, com determinado carisma, que vivem em comunidade, sob uma regra comum. Por exemplo: franciscanos, dominicanos e carmelitas. Já os clérigos diocesanos ou seculares são os padres que pertencem a uma diocese.

⁷³ Em 1720 os poderosos do ouro, com ideias republicanas, se revoltam contra o fisco régio.

⁷⁴ Dom Pedro de Almeida, o conde de Assumar, em 1711 assumiu como terceiro governador da Capitania de Minas. Em 1719 foi criada duas Companhias de Dragões, para guarda dos Governadores e proteger o comboio da Fazenda de Sua Majestade.

formação de irmandades de fiéis, dando à Igreja na região das Minas um perfil leigo, muito característico. A assistência social e os atos religiosos ficaram sob a responsabilidade dos leigos. Esses criaram várias irmandades e confrarias. Poderíamos dizer: uma territorialidade sobreposta e entrelaçada àquela imposta pela Coroa. É importante ressaltar o papel das irmandades e confrarias dos negros, nos territórios das minas, onde havia uma enorme população de escravos. As irmandades de negros davam a eles uma expressão pública. Em seus estatutos constavam diferentes cargos administrativos e compromissos; responsabilidades nos cultos e festas religiosas. Essas irmandades eram espaços de socialização e de ajuda entre os seus membros, de identidade e de resistência, em territórios marcados pela escravatura e poder da coroa. Irmandades e confrarias deram um perfil leigo à Igreja, nos territórios das minas, promovendo espaços simbólicos de fraternidade.

3. Uma mística ecológica: justiça ambiental

Seja nos territórios onde a mineração se impõe a mais de 3 séculos, seja nos novos territórios onde essa avança atualmente, qual seria a mística cristã para animar nossas territorialidades?

Não pretendemos aqui refletir as territorialidades na Bíblia. Mas somente buscar narrativas que animam nossa mística. A gente vive na terra. As cidades, as plantações, as florestas, os animais, tudo está na Terra. A nossa grande casa é o Planeta Terra.

A Terra faz parte de nossa fé. Herdamos de nossos pais na fé, a alegria de sabermos que somos parte dela, que somos frutos da terra (barro) e do sopro de vida de Deus (Gen 2). Uma maneira toda especial de dizer que somos ao mesmo tempo da Terra e de Deus.

Na tradição bíblica, a Terra é boa, a natureza é amiga – “... porque o Senhor teu Deus está para fazer-te entrar em uma terra fértil: terra de torrentes, de fontes e de águas subterrâneas que saem na planície e nas montanhas” (Dt 8,7). Criada como fértil jardim, banhada por rios, com árvores e todos os tipos de frutos e variados animais, a Terra é dom do Criador. Entregue ao homem e à mulher, cujo senhorio não é total. O uso do jardim tem limites e exigências. De uma árvore não se pode comer. A vida humana, também está sujeita à ordem da criação.

Poderíamos interpretar em linguagem de hoje que a natureza tem seus limites, têm seu equilíbrio. Não consiste só em recurso de desenvolvimento, para uso do progresso da humanidade, mas é a sua própria vida. Na relação do ser humano (que também é natureza) com a natureza que lhe é externa, o livro do Genesis propõe um desafio que provoca a esperança histórica. Sendo assim, mais que uma realidade perdida, o paraíso, é dinâmica a ser construída, sonho de Deus para a realidade, projeto político.⁷⁵

4. Territórios: comunidades de vidas

Quando a gente olha para o solo, não imagina a quantidade de seres vivos que ali habitam. Invisíveis a olho nu, microscópicos. O solo, portanto é cheio de vida, e mais ainda, ele age em processos interativos com as plantas e os outros seres vivos. Por isto, a preservação do planeta não consiste somente em luta para libertá-lo do domínio concentrado nas mãos de centros econômicos de poder, de corporações transnacionais, de organismos e políticas do sistema financeiro internacional, em sua lógica de mercado. Mesmo quando estes adjetivam o desenvolvimento de sustentável ou criam novo termo, para qualificá-lo de economia verde.

⁷⁵ MESTERS, Carlos. Paraíso terrestre: saudade ou esperança? Petrópolis: Vozes, 1983.

Para preservar o planeta temos que encará-lo não só como local onde a vida se realiza, mas como um organismo vivo. Lutar pela Terra é assumir tudo que está no chão, dentro dele, no entorno e acima dele. A Terra não pode ser considerada somente como base de recursos para serem explorados, extraídos para produção. Não estou só no planeta. Existem outros homens e mulheres, demais seres vivos e o ambiente necessário para a vida. A luta pela Terra visa preservar a vida, com toda a sua diversidade. Se ela desaparece, nós também morremos com ela.

No Antigo Testamento, duas verdades essenciais davam sentido à vida do povo hebreu, na relação Fé e Terra: (1) a Terra pertence ao Senhor - “Do Senhor é a Terra e sua plenitude, o mundo e aquele que neles habitam” (Sl 24) - “a Terra é minha” diz o Senhor (Lv 25,23) -; (2) a Terra é dom de Deus, fruto gratuito da criação. A questão da propriedade ganha contornos mais precisos, uma vez que possuir uma propriedade de terra é se apropriar de um pedaço do planeta, por menor que este seja em relação ao todo. Significa se apropriar de parte da vida que é comum e necessária a todos e a tudo, do presente e do futuro.

Segundo as Escrituras Judaicas, o uso e a distribuição da terra não eram direitos absolutos. Para nossos pais e mães na fé, eles possuíam limites: (1) no que diz respeito à concentração – “Não mudarás os confins do teu vizinho, colocados por teus antepassados na herança que ti caberá na terra que o Senhor teu Deus ti dá em possessão” (Dt 19,14) – (2) à especulação na venda (Lv 25, 14-17), (3) e à restituição para quem a perdeu (Lv 25, 23-28). O ano Sabático era uma instituição que garantia o descanso da terra, de forma cíclica. Significava uma legislação que possibilitava recuperar a capacidade produtiva do solo e o descanso aos trabalhadores. O ano Jubilar, também de forma cíclica, garantia o descanso da terra, a libertação dos escravos e a devolução da terra aos seus antigos donos, impedindo a concentração e mantendo a distribuição do povo na terra.

Como a terra pertence Deus, o povo sabia que não se pode usá-la à sua vontade, como bem quisesse. O princípio do senhorio de Deus sobre a terra se tornou o ponto de orientação básica na legislação sobre a distribuição e o uso da terra, após a conquista da terra prometida.

Atualizando esta mensagem, não falamos somente de democratização do acesso ao planeta, fazendo deste um recurso para todos, mas sim de uma democratização da vida, superando o antropocentrismo, que marca nosso pensamento. Pensamos o homem e a mulher se reencontrando com a vida em meio a outras vidas. Somos parte consciente de toda a vida que é o planeta, entendido como organismo vivo. Numa perspectiva do direito e de convivência, estamos falando de bens comuns à humanidade e à natureza.

Dentro desta perspectiva, o Evangelho nos coloca que o homem e a mulher se tornam mais gente, ao aprender da sabedoria da natureza, como elemento de referência ética:

Por isso eu digo a vocês: Não se preocupem com a comida e com a bebida que precisam para viver. Afinal, a vida Não é mais importante do que a comida? E o corpo não é mais importante do que as roupas? Vejam os pássaros que voam por aí: eles não semeiam, não colhem, nem juntam em depósitos. No entanto o Pai que está no céu dá de comer a eles. Será que vocês não valem mais do que os pássaros? Nenhum de vocês pode viver alguns anos mais, por se preocupar com isso. – E por que vocês estão preocupados com as roupas? Vejam como crescem os lírios do campo: eles não trabalham, nem fazem roupas para si mesmos. Mas eu afirmo que nem mesmo Salomão, sendo tão rico, usava roupas tão bonitas como essas flores. É Deus quem veste a erva do campo, que hoje está aqui e amanhã desaparece, queimada no forno. Então é claro que ele vestirá também vocês que têm fé tão pequena (Mt 6,25ss).

5. Um olhar franciscano

No seu contexto histórico, São Francisco de Assis, em sua paixão pelo Senhor, descobre nas criaturas a sabedoria, a potência e a bondade do Criador (1Cel. 80-81). Ao aproximar-se das criaturas por amor, revela-se em cada uma delas o Criador.

A atitude de Francisco para com a natureza é extremamente positiva. Especialmente numa época em que se anunciava a eminência do fim mundo, em que se processava um avanço da urbanização e em que a terra não era vista como mãe, mas sim como espaço do duro trabalho agrícola para produzir alimentos. Sua visão não coincide com a de muitos movimentos evangélicos de sua época, que possuíam uma concepção negativa do mundo, que ligavam o material ao mau e tinham uma visão sombria da natureza.

Recordemos, de forma rápida e simplificada, o contexto histórico em que viveu Francisco e se desenvolveu o pensamento e a mística originária franciscana. Estamos nos séculos XII - XIII. As principais fontes de energia eram o animal, a água e os ventos. A Europa experimentou, em algumas regiões, um aumento demográfico que resultou na expansão da agricultura, na modernização de técnicas e no impulso à urbanização. Houve uma mudança no sistema de cultivo da terra, avançando sobre áreas até então não cultivadas. A melhoria dos instrumentos provocou um excedente na produção agrícola. A utilização de carretas e a generalização do uso da ferradura contribuíram para a dita expansão das áreas agrícolas. Reduziu-se a distância entre o local de produção e o de consumo.

O excedente agrícola propiciou avanço no processo de urbanização e possibilitou maior diversificação do trabalho na cidade. O serviço artesanal se multiplicou em vários ramos. Nos lugares de troca de mercadorias apareceram as feiras e os mercados, constituindo um comércio de longo raio de alcance e de ação, com produtos vindos de lugares longínquos. As cidades se tornavam o principal lugar de troca, impondo a necessidade de mais recursos, com a moeda ganhando paulatinamente valor. As cruzadas, por sua vez, incentivavam a intensificação do comércio e novos produtos entravam no mercado. Com as longas viagens e a moeda, o comércio foi crescendo e gerou grupos de mercadores que se especializaram em moedas. Eram os cambistas, que funcionavam como uma espécie de banqueiros.

Tudo isto foi tornando as cidades um espaço econômico, centro de poder, mercado de trabalho e de mão de obra. Nas cidades (burgos) surgia um novo grupo social, o dos burgueses, que aos poucos iriam conquistar privilégios e liberdades, às vezes fazendo frente ao poder dos senhores. Surgiam assim novos valores na sociedade. Enquanto, que no campo apesar de algumas conquistas e concessões, a exploração aumentava, devido às dificuldades financeiras dos senhores, impostas pelo crescimento econômico das cidades.

Neste contexto, ocorre uma grande transformação em Francisco de Assis. Antes, era um jovem que considerava a natureza como recurso para alcançar a fama e o poder; e o mundo como um espaço à sua disposição; lugar do comércio e da busca de riquezas. Depois, alguém que vê em todas as coisas a proclamação da glória de Deus. Ele não é mais o rei do universo, mas o irmão pobre. Sua relação com a natureza passa a ser de respeito (Rnb 17,17; 23) e de cortesia, sem apropriar-se dela e sem instrumentalizá-la (2Cel 171).

6. Uma proposta franciscana de relação Igreja e Mineração

A atividade mineradora, com todo o seu impacto socioambiental, provoca um grande desafio para as territorialidades. As grandes corporações transnacionais redesenham os territórios, com suas cadeias produtivas ligadas à mineração, e impõem diferentes lógicas

de territorialidade. Buscam ressignificar as vivências, como é próprio do capitalismo, e entram em conflito com as pessoas, comunidades e povos que ali vivem.

Maristella Svampa afirma que o “*horizonte coletivo de lutas e a geração de um diagnóstico comum*” apontam para uma densa rede de organizações e de pontos de interseção, na América Latina, que propiciam um “*novo ciclo de lutas em nível regional e a criação de fóruns sociais*”.⁷⁶ Na pluralidade de sujeitos, Svampa sugere a necessidade de “*construção de marcos de ação coletiva, que funcionam como estruturas de significação e esquemas de interpretação contestatórios ou alternativos*”. Ela identifica, então, “*tópicos e marcos comuns*” que atravessam o que chama de uma “*linguagem ecoterritorial*”. Esses tópicos e marcos são os bens comuns, a justiça ambiental, o bem viver e os direitos da natureza. As lutas evidenciam a necessidade da democratização das tomadas de decisão, e ainda mais, o direito dos povos em dizer “não” aos projetos que afetam fortemente suas vidas comprometendo o futuro.

Em uma perspectiva de diálogo e de construção de caminhos e alternativas, arrisco sugerir a mística franciscana, dentro da diversidade de nossa América Latina, em torno do tema “Igreja e Mineração”. Levo em conta o que reflete Maristella Svampa:

“Na nossa perspectiva, no que diz respeito à discussão de caminhos e alternativas para o desenvolvimento nos últimos anos, a América Latina vem gerando um espaço comum de conhecimento alternativo, que deve ser lido em um nível mais modesto do que enunciam alguns atores envolvidos: assistimos à estruturação de temas, consignas, conceitos limites, significações, alternativas que operam como marcos de ação coletiva contestatória, alternativos à modernidade dominante. Estes marcos não são meramente discursos nem muito menos puras ferramentas analíticas, mas correm o risco de se tornarem, não somente devido à vertiginosidade e a envergadura dos projetos extrativos em curso, e a urgência de responder, parar ou neutralizar os ditos avanços, mas também porque eles se inserem em um espaço de tendências contraditórias, que ilustram a atual complementaridade entre linguagem progressista e o modelo de desenvolvimento dominante.”

O que nos une e reúne é a vida, considerada na sua diversidade, nas interações e fluxos ambientais e sociais, em uma perspectiva de fé. No Cântico das Criaturas, Francisco louva o Criador a partir das criaturas; reconhece seu valor intrínseco e relacional. Reconhece a terra como irmã e mãe: “Louvado sejas, meu Senhor, por nossa irmã a mãe Terra, que nos sustenta e governa.”

A captura corporativa das mineradoras se apropria, não só da parte material dos territórios, mas também do que vai além da materialidade física, como as vivências, o sentimento e os sentidos daqueles que ali vivem. Subtrai o futuro, destrói o ambiente e provoca exclusão. Esse processo evoca a necessidade de uma Igreja presente e viva lá onde a vida é destruída, e a dignidade das pessoas e da natureza é negada. Uma opção pelos pobres, entendendo-a como um abraço de justiça socioambiental.

Criatura entre as criaturas, natureza em meio à natureza, Francisco entende a realização do humano fazendo uma opção de *ser menor*. Ele encontrou o Cristo no leproso, o pobre dos pobres, na periferia da cidade de Assis (1Cel 17). Este encontro exigiu um abraço e um beijo, que levaram Francisco a um mundo diferente daquele da loja de seu Pai (Test. 1, 16). Ao mundo dos leprosos, dos lugares pobres e retirados. Nele nascia uma concepção diferente daquela de sua origem, de jovem dos burgos e comerciante, sonhador com a

⁷⁶ SVAMPA, Maristella. “Extractivismo neodesarrollista y movimientos sociales: ¿Un giro ecoterritorial hacia nuevas alternativas?”

nobreza. Francisco aderiu à proposta do evangelho, que diz: “*se queres ser perfeito, vai vende tudo o que tens, dá-os aos pobres e terás um tesouro nos céus, e vem e segue-me*” (Mt 19,21). Esta lógica está presente no primeiro capítulo da Regra: “E devem estar satisfeitos quando estão no meio de gente comum e desprezada, de pobres e fracos, enfermos e leprosos, e mendigos de rua”(R 9).

Conclusão aberta

Acredito que é no *ser menor*, na “forma minorum”, que se situa o caminho franciscano para o reencontro entre a humanidade e a natureza. Francisco valoriza e ama a natureza. No seu tempo, não havia discurso sociológico ecológico elaborados como hoje. Ele expressa, em linguagem religiosa, que as criaturas cumprem sua função na criação porque respondem positivamente à vontade de Deus escrita na natureza. Francisco questiona a pretensão do ser humano em relação à criação:

”Considera, ó homem, em que sublime condição te colocou o Senhor Deus, porque te criou e te formou à imagem de seu Filho dileto e a semelhança dele segundo o espírito. E, no entanto, de todas as criaturas que há debaixo dos céus, cada uma delas, a seu modo, serve e reconhece e obedece a seu Criador, bem melhor que tu o fazes. Mais ainda, não foram os demônios que o pregaram na cruz, mas tu com eles o crucificaste, e ainda agora o crucificas quando te deleitas nos vícios e pecados” (Adm. 5).

Francisco vê a vida a partir da perspectiva das criaturas e da vitalidade da vida. Está disposto a obedecer a todos (Rnb 16,7; 2Cf 47), porque descobriu o ser humano em sua dignidade de criatura de Deus, como membro da natureza.

Em Francisco, a visão de fé dá a tônica à visão de mundo, como lugar onde se realiza a salvação, onde em Cristo surge o homem novo (Ef 2,15) e toda a criação por Cristo, em Cristo e para Cristo se reconcilia (Col 1,15-20). A criação se torna então um grande hino de amor (Cântico das Criaturas), que revela Cristo, o irmão, “*primogênito de toda criatura*”. A natureza se torna “*palavra de Deus*” (“*Verbum Dei est omnis creatura, quia Deum loquitur*” - S. Boaventura Comment. in Eccl. c.1, q.2; resp.; Op. Omnia, IV,16b).

Ao reconhecer a grandeza de Deus, vem a consciência de ser menor (Cf 86); vê-se cada ser humano à luz de Deus: “O homem é o que é diante de Deus, nem mais nem menos” (Leg.M 6,1). Envolvido num amor imenso:

”Impelido por todas as coisas ao amor de Deus, ele se rejubilava em todas as obras saídas das mãos do Criador, e graças a esse espetáculo que constituía sua alegria, remontava até Aquele que é a causa e razão vivificante do universo. Numa coisa bela sabia contemplar o Belíssimo e seguindo os traços impressos nas criaturas, por toda parte seguia o Dileto. De todas as coisas fazia uma escala para subir até Aquele que é todo encanto. Em cada uma das criaturas, como derivações, percebia ele, com extraordinária piedade, a fonte única da bondade de Deus. E como a harmonia preestabelecida por Deus entre as propriedades naturais dos corpos e suas interações lhe parecia uma música celestial, exortava todas as criaturas, como o profeta Davi, ao louvor do Senhor” (Leg.M 9,1).

Referências

HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, tomo II, 1979

LIMA JR. Augusto. *A Capitania de Minas Gerais (Suas Origens e Formação)*. Lisboa: Tipografia Americana, 1940. 137 p

MAIA, Aristides Araujo. *História da Província de Minas Gerais*. in Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v.7, fac. I e II, p. 25 - 55, janeiro a julho, 1902

MESTERS, Carlos. *Paraíso terrestre: saudade ou esperança?* Petrópolis: Vozes, 1983.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993

ROSA, João Guimarães, “*No Urubuquaquá, no Pinhém*”, in J. G. Rosa, Ficção completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. 1, 1994

SILVEIRA, Idelfonso e REIS, Orlando (Org.) *São Francisco de Assis – Escritos e Biografias de São Francisco de Assis – Crônicas e outros testemunhos do primeiro século franciscano*, Ed. Vozes – CEFEPAL, 1981.

SVAMPA, Maristella. *Extractivismo neodesarrollista y movimientos sociales: ¿Un giro ecoterritorial hacia nuevas alternativas?*, In: LANG, Mirian e MOKRANI, Dunia (Org.). *Más Allá del Desarrollo*. Quito: Fundación Rosa Luxemburg/ Abya Yala, 2011, p. 185-216

Lista de Siglas

São Francisco de Assis – Escritos e Biografias de São Francisco de Assis – Crônicas e outros testemunhos do primeiro século franciscano, Ed. Vozes – CEFEPAL, 1981.)

1Cel Tomas de Celano, Vida Primeira

1Cf Primeira Carta aos Fiéis

2Cf Segunda Carta aos Fiéis

Leg.M São Boaventura, Legenda Maior

R Regra

Rnb Regra não Bulada

Test Testamento

Adm Admoestações

(VIII) Mineração e Igreja: contexto e critérios

A título de Conclusão

1. O Brasil no contexto da mineração global

Bruno Milanez⁷⁷

*Eu estava no salitre, com heróis obscuros,
Com o que cava neve fertilizante e fina
Na casca dura do planeta
E apertei com orgulho suas mãos de terra. [...]*

*Escutei uma voz que vinha
Do fundo estreito de uma escarpa,
Como de um útero infernal,
E depois assomar em cima
Uma criatura sem rosto,
Uma máscara poeirenta
De suor, de sangue e pó.*

*E este me disse: “Aonde fores
Fala destes tormentos,
Fala tu, irmão, de teu irmão
Que vive em baixo, no inferno”.
(Pablo Neruda, Canto Geral)*

O comércio global de minérios vem passando por um processo de grande intensificação. Entre os anos 2003 e 2013, as importações globais saltaram de US\$ 38 milhões para US\$ 277 milhões (um aumento de 630%!). Porém, o atendimento a essa demanda insaciável por minérios recai sobre poucos. Em 2013, apenas cinco países foram responsáveis por dois terços das exportações globais de minérios. O Brasil se destaca neste grupo, ocupando um orgulhoso (?) segundo lugar, e respondendo por 14,3% das exportações no mundo⁷⁸.

Essa intensificação das atividades extrativas tem impactos sobre a economia, sociedade e meio ambiente. Se os efeitos econômicos são dúbios, por outro lado, as consequências socioambientais são claramente negativas. Dentro desse contexto, coloca-se para a sociedade brasileira o desafio de superar o modelo de inserção subordinada ao mercado internacional e construir uma transição para um desenvolvimento calcado na busca da satisfação das necessidades da população do país e na proteção dos nossos bens comuns.

⁷⁷ Doutor em Política Ambiental, professor do Departamento de Engenharia de Produção e Mecânica e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora. bruno.milanez@ufjf.edu.br

⁷⁸ International Trade Center. (2015). **Trade map: trade statistics for international business development**. Disponível em: <http://www.trademap.org>

Do ponto de vista econômico, um dos primeiros aspectos que precisa ser mencionado é a crescente dependência do país com relação ao setor minero-exportador. Nesse sentido, deve-se levar em conta que, entre 2003 e 2013, a participação dos minérios na exportação do país passou de 5,0% para 12,6%⁷⁹.

Os defensores da expansão da mineração argumentam que a atividade permitiria o crescimento econômico do país; por exemplo, a entrada de US\$ 35 bilhões de dólares no ano de 2013. Porém, é preciso levar em consideração que essa riqueza é distribuída de forma pouco equânime. Por exemplo, em 2013, a Vale, a maior mineradora do país, gerou no Brasil, em valores econômicos, cerca de US\$ 40,2 bilhões. Segundo seu relatório de “sustentabilidade”, desse total 25% foram pagos aos “provedores de capital”, 7,0% aos empregados na forma de salários e benefícios, e 0,5% aplicados nas comunidades⁸⁰.

Além dessa desigualdade na distribuição, deve-se considerar também que a “riqueza” obtida pela extração dos recursos minerais é altamente volátil, o que compromete significativamente a manutenção dos eventuais benefícios gerados com a receita mineral. No caso brasileiro, o exemplo mais emblemático é o do minério de ferro, que responde por cerca de 70% das operações minerais do país. Ao longo dos anos 2000, o valor da tonelada saiu de um patamar de US\$ 40 (2003), chegou ao um pico de US\$ 152 (2008), e regrediu a um valor de US\$ 92 (2014)⁸¹. Essa variação impactou as empresas, mas também teve grande efeito sobre o orçamento das prefeituras que, em muitos casos, planejam seus gastos sem considerar a oscilação na receita dos impostos associados à mineração. Tal oscilação, em alguns casos, tem como consequência uma grande variação na qualidade dos serviços públicos prestados aos moradores das cidades mineradoras, muitos dos quais existentes para compensar os efeitos ambientais negativos da extração mineral.

Dessa forma, pode-se argumentar, ao contrário do que dizem os defensores da mineração, que os benefícios econômicos da extração mineral não são garantidos. Por outro lado, os impactos socioambientais negativos associados a esta atividades são quase certos.

- As megaminas são a céu aberto e, tanto a abertura de novas cavas, quanto a ampliação daquelas existentes avançam sobre comunidades rurais, populações tradicionais ou em locais onde a biodiversidade ainda se encontra preservada.
- Da mesma forma, à medida que se intensifica a extração mineral, aumenta a necessidade de espaço para a construção de barragens de rejeitos, restringindo ainda mais o uso do território para outras atividades sociais ou econômicas.
- Ainda, devido à insalubridade e à periculosidade inerentes ao trabalho em mineração, o aumento da participação deste setor na economia tem como consequência o crescimento do número de acidentes de trabalho e do adoecimento laboral no país.
- Ao mesmo tempo, o constante aumento da profundidade da cavas, obriga as empresas a bombear água e rebaixar o lençol freático, causando impactos diversos em escala regional, como o desaparecimento de nascentes ou inviabilização de poços existentes.

⁷⁹IBGE. (2014). **Contas nacionais trimestrais: indicadores de volume e valores correntes**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

⁸⁰ Vale. (2014). **Relatório de Sustentabilidade 2013: para um mundo com novos valores**. Rio de Janeiro: Vale S.A., p. 97.

⁸¹ World Bank (2015) **World Bank Commodity Price Data (The Pink Sheet)**. Disponível em <http://econ.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/EXTDECPROSPECTS/0,,contentMDK:21574907~menuPK:7859231~pagePK:64165401~piPK:64165026~theSitePK:476883,00.html>

- Da mesma forma, nos casos em que as minas se encontram em regiões próximas a centros urbanos, a intensificação da produção implica no aumento da emissão de material particulado e na piora da qualidade do ar, como nos casos de Congonhas e Itabira, em Minas Gerais.
- Por fim, como a maior parte do minério extraído é exportado, existe a intensificação do uso dos sistemas de transporte, em particular ferrovias, com o aumento do fluxo de trens e do conseqüente risco de acidentes, atropelamentos e diversos conflitos com as comunidades atravessadas pela ferrovia, particularmente em áreas rurais, como nos estados do Pará e Maranhão.

Ironicamente, embora o desempenho econômico da mineração seja cíclico, os impactos negativos da atividade sobre as populações e o meio ambiente tendem a ser crescentes. As grandes empresas, orientadas por sua lógica exclusivamente econômica e, na grande maioria dos casos, de curto prazo, veem apenas uma estratégia para manter seus negócios: expandir cada vez mais a extração de minérios.

Em momentos de alta demanda, quando os preços se elevam, as mineradoras buscam “oportunidades de negócio” e investem na abertura de novas minas. Esse foi o processo identificado no estado de Minas Gerais, com a entrada de novas mineradoras como a Anglo American, a Manabi e a Sul América Mineração (SAM).

Alternativamente, quando há redução de preços, as empresas, ao invés de diminuir a oferta, também optam por aumentar sua produção. Isso se deve ao fato de as mineradoras competirem por preço e quanto maior a mina, menor a participação dos custos fixos no preço final do minério. Estratégias como essa já vêm sendo buscadas pela Vale, pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e pela própria Anglo American. Como conseqüência, minas menores, com maior custo operacional, tendem a ser fechadas, demitindo seus trabalhadores e gerando períodos de alto desemprego nas cidades mineradoras.

Sendo assim, o comportamento cíclico do preço do minério tende a ter efeitos diferenciados sobre as empresas e regiões mineradoras. No caso das pequenas minas, existe a sucessão de abertura e fechamento (nesse segundo momento, muitas vezes acompanhado de aquisições e fusões pelas maiores mineradoras). Por outro lado, os grandes projetos tendem sempre a se expandir, assim como seus impactos negativos.

Muitos desses impactos e dos conflitos deles resultantes seriam passíveis de mitigação se o sistema de licenciamento ambiental no país fosse efetivo. Porém, o que tem se observado nos últimos anos é uma crescente precarização das agências estaduais de meio ambiente, bem como a flexibilização da legislação ambiental, ou mesmo a deturpação da legislação existente. Exemplos emblemáticos desses processos ocorreram na fragmentação do licenciamento ambiental do Projeto Minas-Rio e da duplicação da Estrada de Ferro Carajás.

Ainda no âmbito institucional, um novo campo de disputas e debates vem se conformando sobre a elaboração do novo Código Mineral. A proposta da mudança da legislação, iniciada em 2009 pelo Executivo Federal, tinha como principais objetivos intensificar a extração de minérios, além de aumentar a participação do Estado na captura da renda mineral. A partir do envio do projeto de lei para o legislativo, este se mostrou ainda mais permeável aos interesses das empresas, buscando definir a atividade de extração mineral como prioritária sobre qualquer outra atividade econômica ou social. A elaboração das mudanças pelo legislativo ainda foi caracterizada por ignorar as principais propostas apresentadas pelos movimentos sociais, pelos trabalhadores e pelas comunidades atingidas.

Em resposta a esse processo, foi constituído o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração (CNDTM). Entre os membros do Comitê estão organizações como a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Movimento pelas Águas e Serras de Minas (MOVSAM), a Ação Sindical Mineral e a rede Justiça nos Trilhos. O Comitê se propõe não apenas a questionar o processo de elaboração do novo marco legal, como também tentar influenciar a formulação da legislação de forma que incorpore a perspectiva das comunidades afetadas e dos trabalhadores da mineração.

Dessa forma, o cenário que se coloca é desafiador. Os impactos, bem como os conflitos, são múltiplos e dispersos. As análises incorporam perspectivas econômicas, sociais e ambientais. Os níveis de discussão - e de diálogo - perpassam o local, o regional e o nacional. Nesse contexto, somente o trabalho conjunto, a confiança e a solidariedade parecem ser capazes de criar um movimento que supere os obstáculos postos na construção da transição para um novo modelo de desenvolvimento. Diante de tamanho desafio o envolvimento e engajamento das igrejas traz força, motivação e esperança para as pessoas que lutam e resistem aos efeitos negativos da mineração.

2. A aliança com a criação. Um olhar bíblico-teológico

Marcelo Barros⁸²

Na América Latina, aprendemos a ler a Bíblia a partir da realidade social. Queremos ouvir a palavra de Deus para nos fortalecer na luta das comunidades diante das mineradoras. Ao fazer isso, não queremos sacralizar as lutas sociais. Não precisamos justificar ou legitimar com a leitura bíblica o nosso compromisso com a justiça e a luta pelos direitos humanos e dos direitos da Terra. Por serem justos e em defesa da vida, eles são sagrados e são caminhos e instrumentos de união com Deus. Além disso, temos que levar em conta que, na luta, há participantes que são cristãos, outros que pertencem a outras tradições religiosas e também aqueles que não têm nenhuma religião. A Bíblia não é uma referência comum.

Além desse cuidado de respeito ecumênico e intercultural, desejamos, a partir da Bíblia e da história da revelação divina ali narrada, descobrir o que o Espírito diz, hoje, às Igrejas, a nós e a nossas comunidades, assim como à terra ferida pelas mineradoras. Para isso, convido vocês a fazermos uma meditação sobre a aliança com a criação e a realidade atual.

Conforme os textos bíblicos, a aliança de Deus não se limita ao povo de Israel. Através dele, a aliança se estende a toda a humanidade e também à Terra e à natureza, criadas por Deus. Foi no meio das lutas, para animar o povo em sua caminhada e, como argumento de que Deus é libertador e não falharia com o seu povo que profetas como Jeremias e o 2º Isaiás afirmaram que ele (Deus) tinha criado o céu e a terra e que toda a criação é testemunha e parceira da aliança de Deus com o povo oprimido (Cf. Jr 33, 20 e 25; Is 42, 5- 6). Para o nosso tema, é importante lembrar:

1º – os seres humanos fazem parte de uma comunidade mais ampla e com a qual Deus fez uma aliança de amor (Gn 9, 8- 17) que é permanente. Dura enquanto durar o mundo. Não pertence em si ao Antigo Testamento. Mesmo se é narrada de forma mítica e a partir do mito do dilúvio, ela é atual e fundamenta uma visão teológica que Raimon Panikkar

⁸² Biblista e assessor internacional de grupos pastorais e de movimentos sociais.

chamava de *cosmoteândrica* porque une cosmos, Deus e o ser humano. Do mesmo modo, o salmo 104 diz que Deus dá lugar a todos os seres e o ser humano é apenas um entre os seres da Terra.

2º - a criação não existe para o ser humano, mas para a glória de Deus. Na Bíblia, a glória significa a manifestação de sua presença. Então, o universo e a terra existem como sacramentos, expressões vivas da presença divina e do seu amor.

3º - a salvação é para toda a criação (Rm 8, 20- 21). A humanidade não tem futuro independentemente da natureza. Há uma inter-relação ecológica. Não se trata apenas de uma ecologia de fachada que cria o tal “desenvolvimento sustentável”. Ou a “economia verde” que opta pelo Capitalismo predador, somente controlando-o para não deixar que a terra e a natureza pereçam. Nem uma ecologia interesseira que pensa: se a natureza acabar, o homem se acaba. Vamos então proteger a natureza! Não é isso. É compreender que o projeto divino, aquilo que os evangelhos sinóticos chamam de “reinado divino”, ou “reino de Deus” não diz respeito somente à humanidade e sim a toda a terra e ao Cosmo.

4º - Deus confiou à humanidade a missão de salvaguardar a Terra e a natureza. Em uma sociedade no qual elas estão como que acorrentadas e vendidas como mercadoria (escravizadas), é função da humanidade libertar-se e libertar a Terra. A questão ecológica põe em debate a própria visão de Deus e questiona a Teologia da Libertação sobre como falar de um Deus comprometido com a libertação dos oprimidos, que inclui nessa ação libertadora o cuidado com a terra, a água e todo o universo.

5º - A terra é aliada do ser humano na criação e como tal tem na Bíblia sua voz e sua profecia. De acordo com a Bíblia, quando se derrama sangue, a terra fica impura e sofre (Nm 35, 33).

6º – Nós, cristãos/ãs, cremos que Jesus ressuscitado recapitula toda a criação. As cartas paulinas e os escritos joaninos falam de Jesus como aquele que em sua pessoa reconcilia o universo e recapitula toda a criação, restituindo ao universo um equilíbrio que o pecado quebrara e pela ressurreição Ele restaura e plenifica tudo o que existe (Cf. Rom 8, 20-22; Col 1, 15-17; Jo 1, 1-5). Cristo é cabeça, base de toda a natureza reconciliada com Deus. Paulo chama de “plenitude”, em grego *pleroma*, o universo *crisificado*, cheio da presença amorosa de Deus.

Conforme o quarto evangelho, o túmulo aberto de Jesus dá para um jardim que não é o mesmo do Éden, mas o refaz. Também nele se encontra um casal que representa uma humanidade recriada: Maria Madalena e o Ressuscitado. Quando, naquele mesmo domingo, novo primeiro dia da criação, Jesus sopra sobre seus discípulos reunidos, lhes dá o seu Espírito como novo sopro de vida. O Espírito Mãe renova a face da terra e é princípio de uma nova relação entre a comunidade humana e o universo que nos cerca.

3. A Igreja diante da mineração. Critérios pastorais

*Padre Ari Antônio dos Reis*⁸³

O debate sobre a mineração está presente em várias regiões do mundo, com maior ou menor amplitude, dependendo dos contextos onde acontecem atividades de mineração, pois esta tem gerado graves impactos sociais, econômicos e ambientais nos países onde é exercida. O crescente interesse pelas atividades de mineração, fruto da demanda por

⁸³ Mestre em missiologia (ITESP), assessor das pastorais sociais da CNBB até o ano de 2015.

produtos de origem mineral, requer ampla reflexão nos diferentes grupos sociais e nações para além do viés econômico.

No Brasil o debate tem crescido pela percepção do avanço da atividade no solo brasileiro e pelos interesses a ela ligados. Sobre isto, no contexto da tramitação do Marco Regulatório da Mineração, organizado pelo poder executivo e entregue ao Congresso Nacional, a Conferência Nacional dos Bispos se posicionou publicamente:

“Preocupa-nos a proposta, no novo Marco Regulatório, da criação das áreas de relevante interesse mineral e das regiões de interesses estratégicos. Nestas áreas a mineração seria feita a partir de procedimentos especiais que podem ferir o bem comum, além de provocar uma inversão de prioridade entre os direitos individuais e coletivos e o interesse econômico, público e privado”⁸⁴.

Tal declaração é fruto da preocupação da Igreja no Brasil com as consequências da aprovação de um marco regulatório para a atividade de mineração rompido com os referenciais de justiça social e cuidado ambiental. Quando estas questões estão em jogo ou ameaçadas é necessário manifestar-se com voz profética para que os pobres não sejam mais uma vez explorados em nome do lucro, mesmo que tal atividade seja de interesse nacional. Isto para que o direito corra como água e a justiça brote como riacho que não seca (Cf. Am 5,24).

Manifestar-se sobre a mineração é uma atitude de serviço que a Igreja presta ao povo brasileiro. Este tema é acentuado na Campanha da Fraternidade de 2015, que convidava à reflexão sobre a relação entre Igreja e sociedade. O lema era sugestivo: “Eu vim para servir” (cf. Mc 10,45).

A dimensão servidora faz parte da caminhada evangelizadora da Igreja. Evangelizar e servir são dimensões de um mesmo processo. Estão em sintonia com o Reino querido por Jesus. O mandato missionário (Mt 28, 19-20) é o seguimento, pelo discipulado, da decisão de Jesus de encarnar-se no mundo (Jo 1,1,) na perspectiva de recuperar a dignidade dos homens e mulheres atingidos pela doença, prisão, fome ou miséria (Lc 4,16-20), isto segundo o mandado do Pai, para que efetivamente todas as pessoas vivessem com dignidade, sinal do Reino de Deus (Mt 11, 2ss).

A tarefa primeira da Igreja é a evangelização e esta é um caminho para tornar o Reino de Deus presente no mundo (EG. 176), o que demanda compromissos e consequências: “a Igreja é convocada a ser advogada da Justiça e defensora dos pobres diante das intoleráveis desigualdades sociais e econômicas que clamam aos céus” (DAP 395). Se a tarefa da Igreja é o anúncio do Reino, considerando que este anúncio tem um conteúdo social (EG 177), cabe também denunciar todas as situações que se configuram como anti-Reino pelo fato de ameaçar a dignidade das pessoas e o equilíbrio do espaço de vida, a casa de toda a humanidade.

A presença da Igreja na reflexão sobre a mineração é parte desta índole e se desdobra em algumas iniciativas constantes do seu horizonte missionário. A problemática da mineração sugere para a Igreja a possibilidade de concretizar de forma precisa o princípio do serviço, destacado nesta Campanha da Fraternidade, vivenciado por Jesus na sua missão (Mc 1, 29ss) e colocado como regra de vida para os discípulos (Mc 10, 45; Jo 13, 1ss). Assim, o serviço da Igreja pode ser analisado a partir dos princípios que apontamos a seguir.

⁸⁴ Carta Aberta da CNBB sobre o Marco Regulatório da Mineração, 2013.

Serviço à vida em toda a sua extensão

A ação pastoral da Igreja é o serviço à vida. A sua missão demanda da Trindade Santa. Cabe considerar no horizonte pastoral da Igreja o atendimento a todas as situações onde a vida está ameaçada. Como pastores cuidadosos e zelosos, cabe aos agentes de pastoral se manifestarem e agirem com contundência diante de situações de vulnerabilidade social e ambiental.

As atividades de mineração, em muitos casos, representam esta ameaça à vida dos pobres. A Igreja se coloca junto deles. Pois, no embate, são os mais fragilizados. E faz isto como a mãe que está preocupada com o futuro dos seus filhos. Mas cabe um passo além: pronunciar-se sobre as situações contrárias à dignidade das pessoas e povos, pois a tarefa da evangelização implica e exige a promoção integral de cada ser humano (EG 182).

Primazia do ser humano sobre o econômico

O Papa Francisco chamava a atenção para a economia que não coloca a dignidade humana em primeiro plano. A dignidade de cada um(a) e o bem comum deveriam estruturar toda a política econômica (EG 203). Neste sentido cabe a atenção às movimentações da economia que, nos seus processos, ameaçam a dignidade humana.

No caso da mineração vê-se um histórico de violações no tocante à saúde dos trabalhadores e membros comunidades atingidas, as relações de trabalho e a expropriação das riquezas dos povos tradicionais e comunidades indígenas. Não é aceitável que o ser humano fique em segundo plano em nome do lucro. O serviço à vida, princípio estruturante da missão evangelizadora, começa pelo respeito à dignidade da pessoa humana, exigindo que ela seja tratada como fim e não como meio (EG 203).

Preocupação ambiental

É sabido que a atividade de mineração tem grandes impactos no meio ambiente. Temos visto, em diferentes regiões do Brasil, o resultado avassalador de atividades de mineração, exercidas sem o devido cuidado e voltadas apenas ao lucro. O princípio do cuidado é exigência da criação. Nisto ressalta-se a importância do cuidado com a vida do Planeta, dilapidado tanto ética quanto ecologicamente pelo uso ganancioso e irresponsável dos recursos naturais (Cf. DGAE, 121).

Não é possível considerar justa uma ação que poderá condenar uma região imensa à degradação eterna. Cabe considerar se a justificativa econômica basta nestes casos ou se necessita levar em consideração outros critérios, tais como, a segurança dos povos, o equilíbrio ecológico e a equidade social. O esforço por um maior crescimento econômico, seja em qual for a atividade, deve ser orientado para o desenvolvimento sustentável (DGAE, 122).

Teologia do cuidado

É importante que o pensar teológico seja um aporte para este compromisso eclesial. Em diálogo com as outras ciências, a Teologia pauta reflexões ligadas ao meio ambiente, nas quais o debate da mineração está relacionado. A reflexão teológica tem a tarefa de recordar o princípio fundante da criação. Assim, compreender que o ser humano é parte da criação e as relações ser humano/natureza se embasam nesta necessária interação, sem a perspectiva da sobreposição de uma lógica sobre a outra, o que não implicará em um naturalismo ingênuo⁸⁵. A defesa da dignidade humana compreende também a defesa da

⁸⁵ Reis. Ari Antônio. Teologia e crise. Em busca dos sinais dos tempos: reflexão crítica sobre a História nos dias atuais, p. 104.

casa (oikos) onde vive o ser humano; uma tarefa para qual a teologia está convidada a colaborar.

Toda a reflexão tem a pretensão de iluminar a vida das comunidades, especialmente quando vivem situações de tensão devido à exploração. Os evangelhos foram escritos nesta perspectiva: partilhar a vida e missão de Jesus para ajudar as comunidades a manterem a fidelidade ao seu Projeto, mesmo diante de situações de perseguição e vida ameaçada. A reflexão teológica, que se enraíza na vida de Jesus, assume também este caminho.



ACCIÓN ECUMÉNICA PARA EL CUIDADO DE LAS COMUNIDADES Y SUS TERRITORIOS

iglesiasymineria.org | [facebook/IglesiasyMineria](https://www.facebook.com/IglesiasyMineria) | [twitter/@iglesiasymineria](https://twitter.com/iglesiasymineria)

